

José Domingos

DO ARMÁRIO AO ALTAR

A constituição do sujeito homoafetivo
no discurso midiático



José Domingos

DO ARMÁRIO AO ALTAR

A constituição do sujeito homoafetivo
no discurso midiático



Marca de Fantasia
Paraíba, 2020 - 2ª edição

Do armário ao altar:

A constituição do sujeito homoafetivo no discurso midiático

José Domingos

Série Veredas, 33 - 2020 - 2ª edição



Marca de Fantasia

Rua Maria Elizabeth, 87, apt. 407

João Pessoa, Paraíba. Brasil. 58045-180

<https://www.marcadefantasia.com>

marcadefantasia@gmail.com

A editora Marca de Fantasia é uma atividade da Associação Marca de Fantasia e do NAMID - Núcleo de Artes e Mídias Digitais do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPB.

Editor/Designer: Henrique Magalhães

Conselho editorial

Adriana Amaral - Unisinos/RS; Adriano de León - UFPB; Alberto Pessoa - UFPB;

Edgar Franco - UFG; Edgard Guimarães - ITA/SP; Gazy Andraus - UFG;

Heraldo Aparecido Silva - UFPI; José Domingos - UEPB; Marcelo Bolshaw - UFRN;

Marcos Nicolau - UFPB; Marina Magalhães - UFCG; Nilton Milanez - UESB;

Paulo Ramos - UNIFESP; Roberto Elísio dos Santos - USCS/SP;

Waldomiro Vergueiro, USP; Wellington Pereira, UFPB.

Capa: H. Magalhães sobre imagem sem referência capturada da internet.

Este livro é parte do texto da tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB em 2014.

Imagens usadas exclusivamente para estudo de acordo com o artigo 46 da lei 9610, sendo garantida a propriedade das mesmas a seus criadores ou detentores de direitos autorais.

ISBN 978-65-86031-07-2

Sumário

Apresentação	6
1. No princípio, uma vontade de saber	8
2. Revirando armários, flagrando práticas	31
2.1 O coming out do discurso	31
2.2 O sair do armário como prática discursiva	38
2.3 O armário e seu regime de verdade	45
2.4 Imagens do armário em páginas (re)vistas	52
2.5 O armário e as práticas de si	61
2.6 Armário e casamento: o acontecimento na fronteira das discursividades	71
3. Casamento gay e a produção do sujeito no funcionamento discursivo	87
3.1 Entre a afirmação sexual e direito civil: um deslocamento estratégico	87
3.2 A emergência do discurso na capa da revista	101
3.3 A lei das enunciações em Superinteressante e o exercício da função enunciativa	109
3.4 O enunciado em sua constelação discursiva	116
3.5 Casamento gay e as diferentes posições enunciativas na mídia	129
3.6 Formação de conceitos em enunciados da mídia	137
3.7 Tecendo as estratégias do discurso	161

4. Gays no altar: sobre os jogos de verdade no acontecimento discursivo	171
4.1 STF e as uniões homoafetivas: entre estrutura e acontecimento	171
4.2 Judicialização do casamento homoafetivo: o sujeito entre o visível e o enunciável	184
4.3 Apressando o casamento: os jogos de verdade no acontecimento discursivo	194
4.4 Casamento entre pessoas do mesmo sexo: memórias de um ritual	204
4.5 Casamento igualitário: o discurso como elemento tático	215
4.6 “Os mesmos direitos com os mesmos nomes”: casando estratégia e resistência	223
Considerações (in)conclusivas	231
Referências	239

Apresentação

Este livro é parte da tese que produzi com a pesquisa de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba sob a orientação da professora Dra. Regina Baracuhy. O trabalho investiga a discursivização do sujeito homoafetivo na mídia.

O que nos conduziu a este tema foi o fato de, na atualidade, as relações homoafetivas serem problematizadas no discurso midiático dentro de uma relação com o Direito Civil. Diante disso, entendemos que a emergência de novas práticas sócio-históricas tem transformado a produção discursiva sobre o sujeito homoafetivo. Consideramos, a partir desse fato, que é possível cotejar, historicamente, diferentes lugares enunciativos para o sujeito homoafetivo nos dizeres da mídia: o discurso militante/ideológico dá lugar ao do direito/cidadania.

Tendo em vista essa nova posição enunciativa do sujeito, objetivamos analisar, a partir de enunciados da mídia, o discurso sobre o sujeito homoafetivo, considerando os jogos de verdade que envolvem casamento e afirmação sexual. Teoricamente, ancoramos esta pesquisa nos pressupostos da Análise do Discurso, sobretudo, nos que fazem dialogar as ideias de Michel Foucault com o trabalho de Michel Pêcheux e com as contribuições de Jean-Jacques Courtine acerca da

Semiologia Histórica. Como gesto metodológico para a consecução desse estudo, recortamos dois trajetos temáticos – “sair do armário” e “casamento gay” – no interior do arquivo das discursividades por onde o sujeito homoafetivo se constitui historicamente.

Orientando-nos por este recorte discursivo, definimos três séries enunciativas a partir das capas das revistas *Superinteressante* (2004), *Veja* (2003) e *Time* (2013). Os enunciados destas capas delinham um sistema de correlação com os das outras publicações que compõem o *corpus*: *Istoé*, *Época*, *The New Yorker*, *The Village Voice*, *Newsweek*, *Le Nouvel Observateur*, *Elle*, *Les Inrockuptibles*, *Valeurs Actuelles* e *Libération*. Na análise dessa materialidade linguístico-imagética, verificamos a produção de sentido construindo efeitos de verdade sobre o sujeito homoafetivo, assim, tornando-o objeto discursivo. Além disso, o discurso pelo casamento igualitário constitui-se numa resistência que produz uma nova discursividade sobre o sujeito homoafetivo através do Direito.

No princípio, uma vontade de saber

Gostaríamos de introduzir a escrita deste trabalho fazendo menção a um distante episódio do cotidiano jornalístico brasileiro que reflete o funcionamento discursivo de jogos de verdade que interseccionam a mídia, a História e a produção de sentidos sobre a sociedade. Narramos o evento conforme texto publicado na revista *Brasileiros*, transcrito abaixo:

Em janeiro de 1978, uma intimação assinada pela Justiça Federal – a pedido do Ministério da Justiça – ameaçava com prisão um grupo de profissionais da revista IstoÉ, que tinham assinado, em conjunto, a matéria de capa da edição de número 53, com data de 28 de dezembro (1977), intitulada “O poder homossexual” [cf. figura 1].

A capa da revista (...) era de uma delicadeza sofisticada e respeitosa, em conformidade com o conteúdo da longa reportagem. Foi por isso – ficou-se sabendo ao longo do processo – que a equipe estava sendo intimidada: por tratar sem caricatura e sem preconceito uma legião de pessoas condenadas ao apartheid (...) “Apologia de comportamento desviante, anormal e obscuro”, bradavam as autoridades, no processo. É bom lembrar que, em 1978, mandava a ditadura fardada e a Justiça era, com raríssimas exceções, um subserviente fantoche dos militares. Ousadia suprema da IstoÉ: em vez de uma daquelas capas enfadonhas de Papai Noel e de figuras bíblicas, típicas de falta de imaginação de fim de ano das revistas semanais, levantava um tema incômodo e polêmico (*Brasileiros*, 2011).

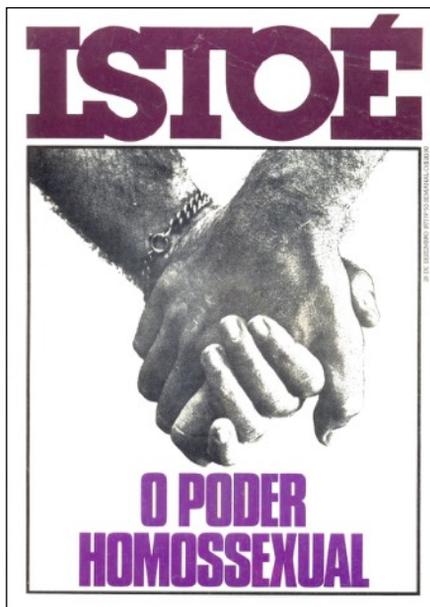


Figura 1: capa da revista *Istoé*, dez. 1977. Fonte: revista *Istoé*

Até a emergência daquela edição, em dezembro de 1977, nenhuma outra revista de circulação nacional havia enunciado a homossexualidade de modo duplamente ousado, àquela conjuntura histórica: além de matéria da capa, a questão da homossexualidade era exposta pela revista enquanto elemento potencial para a produção de subjetividades no interior da sexualidade e, ao mesmo tempo, fazia ver efeitos de destabilização dos sentidos legitimados no imaginário social acerca do sujeito homossexual. São mais de três décadas decorridas daquele acontecimento histórico-discursivo, ao qual tantos e outros se sucede-

ram¹, transformando práticas, pondo em marcha processos e mudanças históricos que suportam novas discursividades que, por seu turno, igualmente reúnem em torno de si sentidos de filiações polêmicas.

A alusão a este acontecimento fora um expediente ilustrativo para fazer ver a perspectiva sob a qual examinamos nosso objeto discursivo e sua relação com a História. Assim, a produção discursivo-midiática para qual ora nos voltamos insere-se numa cadeia relacional cuja historicidade determina o que pode ser dito em dado instante e lugar: as condições para o exercício da função enunciativa são determinadas historicamente. Nessa direção, o discurso enquanto *ordem* (FOUCAULT, 2008a), elemento de lutas políticas e estratégias, catalisador de relações de poder será analisado nos vestígios da História que, por sua vez, inscreve em nosso cotidiano as condições de emergência dos dizeres. A manchete da revista “o poder homossexual” atesta o papel das condições históricas que tornam possível determinados enunciados, neste caso, a ascensão do movimento *gay power* americano de que trataremos adiante.

No exemplo citado na abertura deste trabalho, o enunciador midiático assume um discurso cuja inscrição se dá em um outro saber sobre a homossexualidade que diverge daquele que, até então, organizara os sentidos em torno do sujeito homossexual e sua sexualidade. A propósito disso, há séculos, o campo de sexualidade vem for-

1. Pensando nas implicações históricas da relação entre discurso e poder, não se sabe se os profissionais envolvidos na matéria da *Istoé* e arrolados pela justiça receberam alguma condenação, no entanto, a temática da incômoda reportagem só retornaria a figurar a capa da dita revista 20 anos depois.

mulando um extensivo volume desses dizeres que reverberam ao longo da história, assim como os discursos acolhidos como verdadeiros em determinada época. Além disso, as construções históricas que sustentam o imaginário em torno da sexualidade sempre incorporaram elementos constitutivamente atravessados por questões morais, políticas e ideológicas. Na cultura ocidental, a sexualidade, como mostrou Foucault, assumiu as qualidades de um dispositivo e tornou-se o cerne de uma formidável *petição de saber*: obstinarmos-nos em conhecer a nós mesmos através do que seria o constituinte de nosso grande segredo, o sexo.

Nesse sentido, o homem contemporâneo é instado sempre a manter uma vontade de saber sobre a própria sexualidade. Vontade de saber esta, tributária das práticas e dos discursos da “verdade” do sexo. Experiência da qual não escapamos, pois se torna uma busca por *uma verdade que, impressa no corpo, funda a alma*. É nessa busca no interior de determinada vontade de verdade que entre os séculos XVIII e XIX, no Ocidente, se forma toda uma “ciência do sexo”. Na esteira disso, as práticas sexuais tornar-se-ão invólucro da identidade humana e indivíduos serão categorizados a partir da manifestação da própria sexualidade. Os códigos e as fronteiras em que se encerra o sexo demarcarão os lugares sociais do sujeito na relação com sua sexualidade, esta agora refúgio para o normal e o patológico.

Como espaço de produção de saber; normatividade e controle do sujeito, a sexualidade em sua plural manifestação tem abrigado, na contemporaneidade, diversas formas de subjetividade no interior da

mídia. É em torno da discursivização de um desses lócus contemporâneos da sexualidade que desenvolvemos esta pesquisa, mais precisamente sobre as reverberações, no discurso midiático, do sujeito gay² em sua relação com o casamento. Assim, indagamos a forma como o sujeito em questão é dado a ver nos discursos da mídia, discutindo as relações por meio das quais o ser humano se constitui historicamente a partir de uma relação determinada com um discurso sobre a verdade.

Quando falamos de “sujeito gay” nesta pesquisa, estamos partindo da ideia de M. Foucault (2003) de que o sujeito é uma forma, e não substância, mas que esta “forma” não é idêntica a si mesma. Isto significa que não se trata de, com este termo, homogeneizar todas as formas de subjetividade destoantes do modelo heteronormativo no campo da sexualidade (a propósito da diversidade característica dos LGBTs³), senão sinalizar o lugar enunciativo do discurso midiático, e então, desenvolvermos a nossa problematização, a partir mesmo da retomada do termo "gay" em seu registro generalizado na prática discursiva da mídia.

Também nessa perspectiva, e reconhecendo o papel da palavra enquanto instrumento de luta política, procuramos, com base nisso, demarcar na escritura deste trabalho nosso lugar de fala no discurso

2. Designaremos de forma sinonímica ao longo desta tese os termos gay, homossexual, suas flexões e derivações conforme observamos estes registros na elaboração discursiva da mídia sobre o tema, tendo em vista o escopo mais reflexivo e menos etimológico de nossas discussões sobre o objeto.

3. Denominação para lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

científico acadêmico. Dessa forma, demos prioridade ao uso da expressão “sujeito homoafetivo” em referência ao sujeito de que trata o discurso da mídia que analisamos. A palavra homoafetivo\homoafetividade no lugar de homossexual\homossexualidade tem tido maior inserção em contextos teóricos e políticos muito específicos no Brasil: a partir da discussão levantada pela então desembargadora Maria Benenice Dias (2001), o termo passou a ser amplamente utilizado no meio acadêmico e jurídico brasileiro.

Nossa preferência por este termo se justifica pelo pressuposto de nossa pesquisa de que há um deslocamento do lugar do sujeito no interior da produção discursiva pela qual o percebemos na atualidade. No caso do sujeito em questão, essas transformações ocorrem de início pela própria língua, que passa a dispor da forma *homoafetivo* como outra possibilidade enunciativa além de gay ou homossexual⁴.

Considerando esses deslocamentos históricos em torno de questões relativas à homossexualidade e seu funcionamento na constituição do sujeito contemporâneo, encontramos nas teses foucaultianas sobre a história da sexualidade, o elemento deflagrador de nossa escolha por esse domínio do conhecimento para desenvolver esta pesquisa: especificamente a ideia de que nos últimos séculos a nossa sociedade fomentou uma *Vontade de Saber* (2007a) sobre o sexo, a qual, menos que interdité-lo, fez deste um loquaz objeto discursivo.

4. No quarto capítulo discutimos o uso da palavra na arena da produção de sentidos sobre o sujeito e o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Nesse sentido, a criação histórica do sujeito, seu modo de ser, o olhar sobre si, a forma como é legitimado socialmente “começou a gravitar em torno da questão do sexo” (FOUCAULT, 2007a, p. 80). Com efeito, diversos mecanismos de produção discursiva, no terreno religioso, pedagógico, jurídico, médico foram inscrevendo o sexo “num regime ordenado de saber” (*id. ibid.*). Conjunta e progressivamente, essas instâncias de poder transformaram o sexo em um tipo de saber sobre o sujeito ao qual é preciso ter acesso: “fizeram-nos amar o sexo, tornaram desejável para nós conhecê-lo e precioso tudo o que se diz a seu respeito” (*op. cit.* p. 174).

Este foi o primeiro passo na instituição daquilo que o autor caracterizou como a *vontade de saber* que impulsionaria o projeto do discurso científico, de base cristã, de administração das práticas sexuais por meio de reelaborados dispositivos e técnicas produtores da verdade sobre a sexualidade dos indivíduos. Diante dessa ciência da sexualidade, constituída ao longo de séculos, como nós, enquanto pesquisadores, nos posicionamos, visto que a produção discursiva principia-se numa vontade de saber? Ou seja, considerando as transformações dessa forma de saber-poder sobre o sujeito em que o sexo se ordenou, que vontade de saber⁵, relativa à sexualidade hoje, nos conduziu à elaboração desta pesquisa?

5. *Vontade de saber* aqui deve ser compreendido no sentido daquilo que motivou o desenvolvimento deste trabalho de construção do conhecimento, a partir dos discursos sobre a sexualidade nos dias atuais.

A resposta direta a esta questão está na discursivização da mídia em torno de questões relativas à homossexualidade. Sobretudo, a discussão sobre o casamento gay e o tema da afirmação da orientação sexual, este configurando historicamente as condições de possibilidade para o discurso sobre as uniões entre pessoas do mesmo sexo. Inicialmente, nos inquietou esta realidade presente em que questões cotidianas para as quais, há bem pouco tempo, se reservava um relativo silêncio, tenham atingido nos últimos anos um nível discursivo mais explícito em que os *jogos de verdade* (FOUCAULT, 2006a) que as envolvem tenham possibilitado diferentes posicionamentos discursivos no interior do elemento midiático e para além deste.

Nessa conjuntura, a vontade de saber inicial faz ressoar o problema de pesquisa sobre o qual nos debruçamos nesta tese: o sujeito homoafetivo, na produção discursiva da mídia, desloca-se da afirmação da diferença sexual para o reconhecimento da igualdade de direito civil.

Nessa direção, a vontade de saber pela qual se enreda esta pesquisa se volta a uma questão da atualidade pouco investigada no campo dos estudos da linguagem, em especial no âmbito discursivo, qual seja o modo como as relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo, na perspectiva do Direito Civil, são problematizadas pela mídia. A partir desta inquietação, interrogamos: como o sujeito homoafetivo se constitui nos enunciados da mídia que tematizam práticas discursivas como o casamento gay? Estamos pensando com Michel Foucault (2005) que embora seja verdadeiro que o sujeito é constituído simbolicamente, sua constituição se dá, sobretudo, por

práticas reais. Práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam seus enunciados, o discurso em si. Isto é, enquanto prática sócio-histórica, o casamento gay funciona como prática discursiva, pois o discurso se constitui no interior de práticas, que a um só tempo o produzem e são produzidas por ele.

O levantamento desta questão da constituição do sujeito homoafetivo na relação com o discurso sobre o casamento faz com que pensem nas possibilidades de irrupção desta temática neste dado momento histórico. E o exame destes questionamentos passa pelos regimes de verdade que cada sociedade institui, bem como pelas realidades históricas nas quais se articulam. Desse modo, o presente estudo pretende uma articulação entre sexualidade, sujeito⁶ e jogos de verdade, orientando a investigação para o ponto no qual a temática do casamento gay se imbrica com a do “sair do armário”⁷ na produção discursiva da mídia.

É importante registrarmos que numa rápida busca na plataforma *Lattes* por pesquisas com palavras-chaves como *gay*, *homoafetivo*, *homossexualidade*, os resultados aparecem predominantemente na área do Direito, da Educação e das Ciências sociais. Quando refinamos a busca exatamente à expressão “casamento homoafetivo”, a plataforma encontra apenas dois trabalhos que trazem este tema em nível de pós-graduação, ambos em Direito. Em face disso, apostamos

6. A ideia de sujeito sobre a qual nos debruçamos é aquela desenvolvida por Michel Foucault; constituído nas tramas da história através de práticas de saber, poder e de si.

7. Expressão que caracteriza, *stricto sensu*, o ato de uma pessoa homossexual dizer publicamente sua orientação sexual. Analisamos detidamente este tema no capítulo 2.

na relevância desta pesquisa para contribuir com o debate sobre um tema pouco explorado (ou inexplorado) na seara linguística, sobretudo na perspectiva discursiva que se volta para a relação da língua com a produção histórica de enunciados na mídia. Assim, acreditamos que o frescor tanto social quanto acadêmico do tema possa trazer para o domínio da linguagem reflexões que já começam a ser empreendidas por outros campos do conhecimento e com os quais constitua uma interface para pesquisas ulteriores.

Para a abordagem dessa discursividade contemporânea que trata da relação entre o sujeito homoafetivo e o casamento civil, estaremos fundamentados nos postulados da Análise do Discurso que provêm dos trabalhos de Michel Pêcheux e sua relação com a obra de Michel Foucault, assim como em suas formulações posteriores que incorporam os elementos de uma Semiologia Histórica proposta por J-J. Courtine (2006, 2008, 2009, 2011) e pelas disciplinas com as quais ela dialoga. Interessam-nos, sobretudo, as contribuições advindas da Nova História Ariès (2009), Veyne (1998, 2008) bem como da Semiologia com Roland Barthes.

Essa abordagem analítica do discurso – Semiologia Histórica – tem seu suporte no conjunto das transformações por que passou o projeto teórico da Análise do Discurso empreendido por Michel Pêcheux (1938-1983). Todo um processo de reconfiguração da teoria e do método da AD foi se dando como fato incontornável em face, sobretudo, dos avanços tecnológicos que seguiram operando mudanças no modo de produção e circulação do próprio objeto discursivo.

Na esteira dessas mudanças no trajeto da disciplina, emerge a necessidade de reintegrar aos estudos do discurso a espessura propriamente histórica da discursividade que fora apagada em proveito, exclusivamente, de um tecnicismo linguístico a partir de meados dos anos de 1980 na França (COURTINE, 2008). Nesse sentido, a Análise do discurso, desenvolvida atualmente no Brasil, comporta em seu escopo teórico a possibilidade de incorporar a suas análises outras linguagens que suportem discursos imbricados em práticas não verbais. São análises que procuram dar conta da produção de sentido em torno das diferentes representações inscritas na ordem da língua e da história, que irrompem no suporte midiático contemporâneo, constituídas por discursos, imagens e práticas.

É no interior do quadro transformacional da Análise do Discurso, seus movimentos descontínuos e deslocamentos teóricos, ou ainda na sua pretensão de estender o alcance da visada discursiva (PIOVEZANI, 2007) para além de um enfoque linguístico-verbal que repousa teórica e metodologicamente esta pesquisa. Especialmente no desenvolvimento atual que acena para a possibilidade da inserção de novos e diferentes objetos no âmbito dos estudos do discurso. Considerar a Análise do Discurso no horizonte de suas transformações históricas é fundamental para compreender como nos é possível, na atualidade, pensar questões da sexualidade, como a problematização da homossexualidade na mídia, a partir de uma teoria do discurso e no interior dos estudos linguísticos.

Situado teoricamente o lugar de onde falamos nesta pesquisa, convém indicar a trilha metodológica por onde perseguimos nosso objeto de estudo nessa aventura da produção de conhecimento que ora empreendemos. Com vistas a abordar essa discursivização atual da mídia sobre homossexualidade e casamento, e diante da materialidade do *corpus* da pesquisa, consideramos algumas hipóteses que norteiam as discussões a serem aqui desenvolvidas: a) a produção discursiva que em nosso presente faz falar a homossexualidade, no geral, converge para a temática do “sair do armário” e do casamento gay; b) historicamente, a forma como se dá a ver o discurso sobre o sujeito gay opera um deslocamento por onde é possível cotejar diferentes posições discursivas em que se abrigam formas de subjetividade: o discurso militante/ideológico dá lugar ao do direito/cidadania; c) enquanto práticas históricas, o “sair do armário” e o casamento gay constituem-se como processos por meio dos quais os sujeitos envolvidos entram nos jogos de verdade que ligam o sujeito, a sexualidade e o cuidado de si; d) na mídia, a espetacularização de acontecimentos discursivos ligados à homossexualidade, funciona como elemento estratégico do discurso na produção e legitimação de verdades.

Partindo dessas hipóteses juntamente com nosso problema de pesquisa, já exposto, definimos os objetivos para nosso trabalho. Como objetivo geral propomos: analisar, em enunciados da mídia, a discursivização do sujeito homoafetivo, considerando os jogos de verdade que envolvem casamento e afirmação sexual. Pontualmente, estamos investigando a produção discursiva, na mídia, em torno das

temáticas do casamento gay e do *sair do armário*, procurando entender o fio condutor por onde historicamente ambos esses campos enunciativos se relacionam e sob que regras aí se constitui uma e não outra compreensão sobre o sujeito homoafetivo. Mesmo que a emergência desses acontecimentos não se dê no espaço de uma simultaneidade, sublinhar seu entrecruzamento nos possibilita entender algumas das transformações históricas no discurso da sexualidade em geral e da homossexualidade em particular, de onde decorrem diferentes efeitos de sentido que legitimam novos saberes.

A partir das formulações da Análise do Discurso no que respeita ao *acontecimento*, desenvolvemos nossas reflexões sobre “sair do armário” e casamento gay considerando-os enquanto acontecimentos histórico-discursivos marcados eminentemente por relações de poder e modos de subjetivação. Desse modo, trabalhamos o acontecimento na perspectiva das contribuições de M. Foucault para o campo da AD, o que significa considerar o acontecimento enquanto a irrupção de uma singularidade histórica (2008b). É exatamente nesse sentido que o “sair do armário” e o casamento gay podem ser analisados como acontecimento discursivo, pois caracterizam uma instância específica na história e, ao irromperem, produzem novas discursividades numa conjuntura sócio-histórica dada.

Ainda sobre os objetivos da pesquisa, buscamos com os específicos: a) discutir a ideia de sujeito do direito, relacionando-a à judicialização da homossexualidade; b) analisar os jogos de verdade que problematizam o casamento gay e seu imbricamento na instituição de

saberes e processos de subjetivação sobre a homossexualidade; c) mostrar o papel da mídia enquanto dispositivo de saber/poder que, na contemporaneidade, integra-se à estratégia da vontade de saber sobre a sexualidade; d) contribuir com uma reflexão sobre o funcionamento das novas discursividades, a partir do enfoque da Análise do Discurso, constituídas e instituídas no elemento midiático, oferecendo, a partir de nossa problematização, algumas possibilidades analíticas para trabalhos ulteriores sobre o discurso e sua espessura histórica no âmbito da sexualidade.

Diante da proposição dos objetivos e pressupostos da pesquisa, e antes de entrarmos na caracterização do *corpus*, é pertinente aqui precisar a escolha temática para o nosso trabalho: por que investigar o sujeito e as relações homoafetivas pelo enfoque do casamento? Esta é, sobretudo, uma questão de método, mas também uma questão foucaultiana: “por que esta enumeração e não outra?” (2008b, p. 48). A eleição do casamento gay como o viés para abordagem do nosso objeto se dá no fluxo de uma realidade sócio-histórica atual (já mencionada no início) em que este tema tem estado na ordem do dia⁸. Em diversos lugares, discussões políticas em torno da efetivação desse tipo de união têm mobilizado diferentes posições enunciativas. Além disso, a elaboração de legislação oficializando essas relações se inscreve num panorama de transformações históricas em que concei-

8. Atualmente, em alguns países da Europa, Estados Unidos e América do Sul (incluindo o Brasil) o casamento entre pessoas do mesmo sexo tem sido tema de decisões políticas, jurídicas e campanhas midiáticas.

tos e convenções de normatividade são reposicionados, determinando novas condições de existência para o sujeito ao mesmo tempo em que lança à sociedade a necessidade de pensar sobre nós mesmos e nosso processo de constituição no presente histórico, ou seja, *como nos tornamos o que somos*.

Nos limites dessa *atualidade* (FOUCAULT, 2006a), a mídia se institui como instância discursiva na problematização do tema e será por meio dela que se desenvolve nossa investigação. A constituição do material de análise para o nosso estudo se deu baseada nas seguintes razões: em primeiro lugar, consideramos o princípio discursivo da *dispersão*, para o qual, conforme nos propõe o método arqueológico, o discurso se caracteriza pela coexistência de enunciados dispersos e heterogêneos (FOUCAULT, 2008b). Seguindo este princípio, na Análise do Discurso a montagem do *corpus* envolve diversos textos, de gêneros diferentes, veiculados em distintos suportes, mas que se debruçam sobre um mesmo tema, conceito ou acontecimento (SARGENTINI, 2007).

Quando tratamos do *corpus* em sua dispersão, estamos considerando-o no espaço descontínuo do arquivo de que ele faz parte. No método arqueológico, o arquivo se caracteriza como “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (2008b, p. 148-149). Na Análise do Discurso, o arquivo aparece como um importante e produtivo elemento metodológico, visto que é por meio dele que o discurso e o sujeito se relacionam à história. É pelo arquivo que temos acesso ao

modo do sujeito se constituir enquanto objeto nesta ou naquela relação de saber e poder, ou mesmo quando se constitui enquanto sujeito de sua própria ação. Além disso, é o arquivo que determina a forma de organização dos *corpora* nas pesquisas desse campo discursivo.

Assim, no interior desse sistema de enunciabilidades (im)possíveis sobre o objeto que investigamos, constituímos um *corpus* para análise guiados pelo encadeamento histórico entre os dois trajetos temáticos que estruturam nossa pesquisa: o casamento gay e o sair do armário. O trabalho com o trajeto temático, noção metodológica formulada por Guilhaumou e Maldidier (2007) que caracteriza um conjunto de configurações textuais que articulam determinados temas através de diferentes acontecimentos, evidencia “o novo na repetição”. Seu papel principal é sistematizar o funcionamento do arquivo.

Os dois trajetos temáticos que estabelecemos para esta pesquisa orientarão nossa leitura do arquivo que, mesmo inapreensível em sua totalidade, é o que define os diferentes regimes enunciativos sobre o objeto. Para acessarmos ambos os trajetos no interior do arquivo, montamos três séries enunciativas, observando nas regularidades e dispersões como as séries se relacionam entre si e o modo como significam, produzem sentidos sobre o sujeito de um enunciado a outro.

Com base na edição 1808 de 23 de junho de 2003 da revista *Veja*, cujo título é “a vida fora do armário”, dispomos uma série acerca do sair do armário. Integram esta primeira série, por onde se enreda o fio histórico que nos levará a posterior discussão sobre o casamento gay, enunciados de outras quatro edições também da revista *Veja* e

uma capa de *Época* e das revistas americanas *Time* e *Christopher Street*. A segunda série enunciativa que compõe nosso *corpus* tematiza propriamente o debate em torno do casamento gay. O recorte discursivo que orienta os elementos desta série enfatiza o casamento gay enquanto direito civil. Sua constituição se deu a partir da edição 202 da revista *Superinteressante* de julho de 2004. A materialidade enunciativa desta capa da revista brasileira delinea um sistema de correlação com outros enunciados das publicações estrangeiras *The New Yorker*, *The Village Voice*, *Elle*, *Les Inrockuptibles*, *Valeurs Actuelles* e *Libération*.

Na organização da última das três séries que integram o *corpus*, nos detivemos à narrativa do casamento gay observando a sua condição de *acontecimento discursivo*. O modo como o discurso da mídia faz trabalhar o tema das uniões entre pessoas do mesmo sexo nos coloca diante da relação deste acontecimento do presente com outras séries de acontecimentos dispersos na história. Montamos esta série a partir da edição de 08/04/2013 da revista *Time*, cuja chamada de capa antecipava: “o casamento gay já venceu”. A esta, somamos outras três capas (*Época*, *Newsweek*, *Le Nouvel Observateur*) cujas materialidades nos dão a ver o casamento gay em sua instância de acontecimento.

Além do já mencionado princípio da dispersão, em seus diferentes sistemas, o segundo fator determinante na montagem do *corpus* foi a decisão de não analisar o objeto a partir de publicações e produtos segmentados ao público LGBT. Ainda que este fosse um viés possível,

contudo, escolhemos pesquisar o discurso sobre o sujeito gay na relação com o casamento tomando algumas das principais revistas da atualidade que fazem parte, de forma mais ampla, das práticas sociais e discursivas do nosso cotidiano. Com isso em vista, fizemos um recorte com aquelas revistas de cunho mais informativo-jornalístico, que abordam temas culturais, econômicos, políticos, entre outros que interessam a um público em geral.

Outro elemento preponderante na constituição da materialidade do corpus recai sobre a necessidade de não dar ao objeto de estudo, um enfoque circunscrito ao discurso da mídia nacional, daí a inserção das publicações estrangeiras ao *corpus*. Esta escolha tem sua justificativa reforçada pelo fato de que o processo de discursivização sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo tem sua emergência histórica no contexto político americano e europeu nos primeiros anos da década de 2000, e só posteriormente, vindo a ser um objeto discursivo na mídia brasileira.

O último, e igualmente importante, critério para a seleção destas publicações do *corpus* consiste na relevância com que o tema foi abordado na mídia: trabalhamos apenas com aquelas revistas em que a temática da homossexualidade e/ou do casamento está sendo discutida a partir da matéria de capa. Assim, a base do *corpus* selecionado se configura a partir do gênero capa de revista materializado em suporte impresso.

Contudo, o trabalho com o arquivo nos coloca diante de uma multiplicidade de enunciados acerca de determinado tema cujo apareci-

mento não é regido por um dado suporte, por este ou aquele gênero. Nesse sentido, o conjunto das três séries aqui selecionadas é uma centelha do material discursivo produzido no interior de um arquivo referente às dizibilidades sobre o sujeito gay e o casamento.

Procedendo assim, integramos ao *corpus* materialidades discursivas que circulam por outros suportes midiáticos e cuja constituição envolve aspectos semiológicos sincréticos: peça publicitária, cartum. Nesse intuito de compreender a discursivização na mídia em torno do sujeito homoafetivo e o casamento, somamos às séries de enunciados das capas das revistas o slogan da campanha em favor do projeto de lei que visa ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo no Brasil, divulgado no site www.casamentociviligualitario.com.br. No último capítulo, destacamos a produção enunciativa da página eletrônica a fim de refletir sobre o discurso enquanto lugar de lutas, estratégias, bem como sobre a legitimidade do dizer.

Tomamos este percurso como um trajeto de leitura que nos possa viabilizar uma análise das relações existentes entre a sexualidade, a constituição do sujeito, os jogos de verdade e as práticas de poder. Para isso, trabalhamos numa perspectiva arqueológica, como ensina Foucault, em que a descrição do acontecimento discursivo, no interior de um arquivo, vai tentar constituir séries enunciativas, mas não de forma a encontrar uma unidade que as inspira, senão as relações que as mantém dispersas e, no entanto, regulares. Regularidade observada também no jogo das relações de poder que se espriam, em

geral, por toda a tessitura social e, em particular, no liame entre o sujeito e a mídia.

Nesse sentido, foi necessário evidenciar os mecanismos de poder e saber que possibilitaram a emergência histórica de acontecimentos através dos quais se instauram as rupturas, o repetível e as fronteiras das discursividades de um determinado tempo. Todavia, o caminho para caracterizar a historicidade em que se inscreve o objeto do nosso estudo não passa por um retorno ao ponto originário onde tudo começou, nem por uma interpretação cronológica de distintas irrupções históricas, mas, identificar quais práticas discursivas e sob que jogos de verdade puderam constituir vontades de saber possíveis que organizam modos de subjetivação para o sujeito gay.

Após traçar os principais fundamentos teóricos desta tese, no segundo capítulo – Revirando armários, flagrando práticas – descrevemos o fio histórico-discursivo que une o campo enunciativo do sair do armário e do casamento gay. Desse modo, considerando o casamento gay enquanto prática discursiva, descrevemos o conjunto de relações que tornaram possível sua emergência somente numa conjuntura histórica dada. Assim, nossa discussão se prolonga para o aparecimento daquele acontecimento discursivo que o precede: o *coming out*⁹. Para analisarmos esse acontecimento histórico-discur-

9. Salientamos que nossas análises de ambos esses acontecimentos não buscam as relações de causa e efeito entre eles, nem uma suposta continuidade que os motivariam. Antes, nos importam as condições sócio-históricas sob as quais foi possível a emergência de determinados enunciados sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo, onde figura o *coming out* como discursividade constitutiva.

sivo, concordamos com Foucault (2008b) que as práticas discursivas não se superpõem, mas coexistem no limiar da historicidade como condição para novos acontecimentos.

Na sequência, sustentamos que a discursivização da homossexualidade, na mídia, pelo discurso do *coming out* configura-se como um mecanismo de produção de verdade. Desse modo, procuramos trazer a campo como o discurso do *coming out* se integra ao funcionamento do dispositivo da sexualidade: as práticas discursivas se articulam com diversos saberes vindo a constituir matrizes de conhecimentos possíveis, determinando as regras do enunciável, submetendo os discursos ao jogo do verdadeiro e do falso. Partindo dessa relação que o sujeito estabelece com o discurso sobre a verdade, observamos na prática do sair do armário um gesto que, apoiado em técnicas de si, funciona como elemento coercitivo, prescritivo e disciplinador ao mesmo tempo que sinaliza ao sujeito a possibilidade para o exercício da liberdade sexual enquanto experiência do cuidado de si.

Considerado o discurso do *coming out* num quadro das condições de possibilidade para discursividades ulteriores, como o casamento de pessoas do mesmo sexo, no capítulo Casamento gay e produção do sujeito no funcionamento discursivo, discutimos que na esteira das lutas pelos direitos humanos e liberdades individuais, há uma mudança estratégica no discurso do movimento gay: a luta por direitos civis como modo de reinscrever o sujeito em outros domínios de verdade opera um deslocamento do discurso político\ideológico para o discurso do direito\cidadania. Observado esse movimento tático do

discurso, passamos a analisar as relações discursivas que as revistas, como instância de emergência, efetuam para falar do objeto em questão. Tratamos da judicialização do sujeito gay como condição para objetivá-lo na revista *Superinteressante*.

Seguindo os passos do que, no método arqueológico, Foucault denominou de *unidades do discurso*, e considerando as condições de emergência dos enunciados, destacamos o lugar discursivo da revista na problematização do casamento gay, observando as práticas discursivas que definem essa posição e os lugares institucionais de onde vêm os enunciados da mesma. Na esteira disso, enfatizamos a mídia como campo de regularidade para diferentes posições enunciativas, bem como para a dispersão do sujeito do discurso, relacionando o enunciado da revista com outros que o refutam.

Para o capítulo Gays no altar: sobre os jogos de verdade no acontecimento discursivo, tratamos do discurso em sua dispersão e analisamos, em séries enunciativas, a materialidade-repetível que o constitui. Assim, observamos um conjunto de representação discursiva e icônica que sempre é retomado no discurso midiático quando tematiza o casamento gay. Para a apreensão e a compreensão dos sentidos produzidos na mídia em torno deste tema, julgamos necessário concebê-la no interior dos jogos de verdade sobre a experiência da homossexualidade, que por seu turno, se inserem na lógica do funcionamento de dispositivo da sexualidade no qual, a verdade vai sendo produzida historicamente enquanto *jogo*. Desse modo, e considerando a imagem como *operador de simbolização* (PÊCHEUX, 2007),

demonstramos o acontecimento do casamento gay produzindo sentido entre *o visível e o enunciável* da mídia.

E finalmente, reafirmando o discurso enquanto lugar de lutas e estratégias, analisamos o *slogan* da campanha pelo casamento civil igualitário, observando a inflexão discursiva que o mesmo propõe no sentido de afirmar as liberdades individuais ao passo que nega as categorizações em seu reducionismo. Recorrendo ao proposto pelo “último Foucault”¹⁰, para quem o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos, ou seja, reinventar-se a si mesmo. Nossa reflexão retoma o trajeto histórico, e descontínuo, por onde é possível cotejar as diferentes posições discursivas do sujeito gay nas enunciações da mídia.

10. Diante da prática usual dos debatedores de M. Foucault em sistematizar sua obra em “fases” distintas, estamos considerando aqui seu último estágio, dedicado à relação do sujeito consigo.

Revirando armários, flagrando práticas

Lembro quando você me falou:
dentro do armário,
só tem bolor e naftalina.
Vem já pra fora meu bem,
que só aqui é que tem
calor e adrenalina (...)
Zeca Baleiro; “Armário”

2.1 O *coming out* do discurso

Consoante com os objetivos que recortamos para esta pesquisa, o trabalho analítico que ora conduzimos se movimenta por entre uma extensa malha discursiva que nos permite pensar a questão do sujeito homoafetivo a partir do discurso sobre o casamento gay. Não é dispensável dizer do gesto metodológico que empreendemos para nos inscrever nos contornos deste *trajeto temático*. Dentre as vias possíveis para a discursivização do sujeito homoafetivo hoje na mídia, a do casamento é a que tem calado (ou seria falado?) mais intensamente na história que ainda se inscreve em nosso cotidiano. No entanto, a dispersão enunciativa do percurso temático do casamento entre pessoas do

mesmo sexo no domínio da história nos colocou diante do “agrupamento” deste com outro trajeto temático: o “sair do armário”.

Estamos trabalhando a noção de *trajeto temático* a partir do que dizem Guilhaumou e Maldidier (1997, p. 167): “vemos que a análise do trajeto temático fundamenta-se em um vaivém de atos linguageiros de uma grande diversidade e atos de linguagem que podemos analisar linguisticamente e nos quais os sujeitos podem ser especificados”. Assim, a apreensão de um trajeto temático se dá na análise dos enunciados que se entrecruzam em dado momento histórico. Esse entrecruzamento enunciativo é o que torna possível a identificação referencial de um tema pelos diversos usos da linguagem ou mesmo pelos sujeitos que aí podem ser observados. Para esses autores, o trabalho sobre o trajeto temático sempre remete “ao novo no interior da repetição”.

Nesta perspectiva, a investida em nossa pesquisa sobre o trajeto temático nos fez ver como se colocam em constante relação, no discurso da mídia, as temáticas do casamento e da “saída do armário”. Nosso olhar sobre a conjuntura sócio-histórica que marca a irrupção do casamento gay como acontecimento histórico-discursivo objetiva descrever o encontro desta *atualidade* com elementos de uma *memória* que ecoam em enunciados inscritos, também, no percurso histórico do “sair do armário”. Uma vez identificados os trajetos temáticos por onde se prolonga o objeto, nosso trabalho de analista deve, então, avançar no sentido de, como instrui Pêcheux (2008, p. 60), “descrever montagens, arranjos sócio-históricos de constelações de enunciados”.

Isto posto, e antes de nos lançar precisamente sobre os jogos de verdade que tematizam o casamento gay na mídia, vamos percorrer o fio histórico que nos conduz à emergência do *coming out* enquanto prática discursiva: antes de chegarmos ao altar com noivas, buquê, véu e grinalda, elementos retrabalhados incessantemente nos enunciados da mídia, reviraremos os sentidos depositados no já quase empoeirado, mas sempre eloquente, espaço do armário. São sentidos que, às vezes, parecem querer nos levar para além do arco-íris qual a pequena Dorothy¹¹, outras, às batalhas de *Nárnia*¹², e até parecem remontar nossas memórias da infância: do armário, esconderijo de criaturas assustadoras que “atacam” crianças desobedientes. De todo modo, o trajeto temático do armário põe em funcionamento, os silêncios, retornos e rarefações, as permanências e as movências dos discursos que inscrevem o sujeito gay em um regime particular de visibilidade, normatizado por ideais de que é preciso falar de si, reverberando de modo vigoroso as linhas do visível e do dizível que fazem funcionar o dispositivo da sexualidade.

No decorrer da segunda metade do século XX, vimos irromper a luta de diversos grupos de cunho emancipatório e de defesa do exercício da livre sexualidade. Na esteira desses movimentos, na efervescência das mobilizações ganha corpo e voz, ao longo dos anos de

11. Personagem da adaptação cinematográfica de *O mágico de Oz* cuja trajetória se constituiu num conjunto de simbologias para a comunidade gay.

12. No romance, *As crônicas de Nárnia: o leão, a feiticeira e o guarda-roupa*, ao cruzar um armário mágico, as personagens têm acesso a um mundo fantástico e cheio de aventuras e perigos, porém, uma vez ali, são tratadas como heróis.

1970, o *gay power* americano. Empenhando-se em dar visibilidade a esse modo de expressão da sexualidade, o ativismo do *gay power* propunha que homens e mulheres homossexuais assim se afirmassem; passassem da vergonha para o orgulho em relação a própria sexualidade. Como mostra Simões e Facchini (2009, p. 45): “o amor que não ousava dizer seu nome tinha saído às ruas, criara sua própria rede de trocas, encontros e solidariedade, desenvolvera um senso mais positivo de autoestima pessoal corporificado nas novas identidades de gays e lésbicas”. Nesse sentido, precisamos destacar que havia, naquele momento, uma necessidade do próprio movimento de demarcar em seu discurso a separação do “sujeito político gay” daquele sujeito homossexual reduzido à sexualidade, uma “espécie”, como lembra Foucault¹³.

Nessa conjuntura, um dizer vai reverberar e produzir sentidos a partir da ideia do *gay power*: o discurso *coming out*. Enquanto estratégia discursiva do movimento gay, o “sair do armário” (como ficou traduzido no Brasil) consistia em incitar homossexuais a afirmarem publicamente sua orientação sexual. O objetivo dessa articulação estratégica apoiava-se no pensamento de que o respeito e o reconhecimento político daqueles sujeitos na sociedade seria decorrente de uma prática discursiva sobre si: o exercício da liberdade do sujeito sobre a própria sexualidade, tornando público modos de ser diferentes do instituído. É

13. “Para estes, ‘ser gay’ deveria ser completamente diferente de ‘ser homossexual’. Não dizia respeito a uma preferência ou orientação sexual determinada, mas equivalia, antes, a um modo de vida eroticamente subversivo”. (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p. 45).

no interior desse quadro, que se encontram as condições de possibilidade para a emergência do seguinte enunciado de capa na revista gay americana *Christopher Street* em julho de 1976:

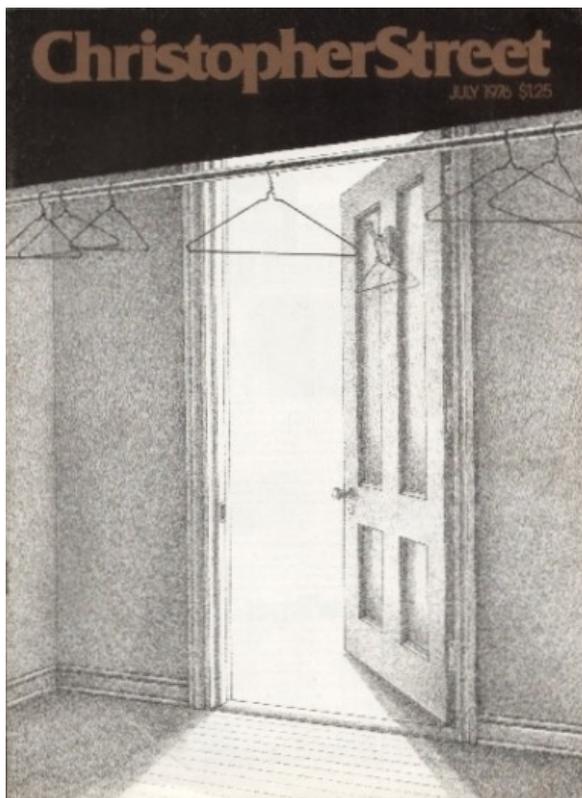


Figura 2: capa da revista *Cristopher Street*. Fonte: Google imagens

Quando Foucault afirma que “língua e enunciado não estão no mesmo nível de existência” (2008b, p. 96), ele está nos alertando para a relevância de outros sistemas semiológicos na constituição dos enunciados. Exatamente como nos é apresentado o enunciado na figura 2: composto em sua materialidade exclusivamente por signos

não verbais, esse enunciado nos põe diante da imagem¹⁴ de uma porta que se abre para uma dimensão externa que transcende o alcance de nosso olhar, enquanto no vão de seu interior, restam apenas cabides vazios pendurados, notados através da intensa luz externa que invade o lugar. Lugar que de imediato nos remete à imagem de um armário, e de igual modo, à da sala de estar de uma casa, tomada pela luz do sol.

Essas imagens possíveis, a que remete o enunciado da capa da revista, estão inscritas num percurso de sentido que se efetiva diante da análise das condições históricas em que este enunciado foi produzido: as políticas de emancipação do movimento naquele momento que convocava os gays a declararem sua homossexualidade, mostrarem-se, tomarem as ruas, enfim, “saírem do armário”. Juntamente com esses sentidos que emergem na capa da revista, surge também o reflexo de uma posição-sujeito que se evidencia nos temas e estratégias que mobiliza ao enunciar: o destaque para a luz no centro da imagem reforça o contraste que alimenta a díade claro/escuro.

O armário (ou um cômodo da casa) como um local escuro, constrito, reconstitui a memória de um discurso que traduz a ideia de opressão, tão combatida pelos gays naquele contexto. Ao mesmo tempo, a intensa luminosidade que se estende ao infinito na imagem sinaliza para uma leitura positiva do que seria a liberdade da vida fora do ar-

14. Estamos compreendendo a imagem aqui como um elemento discursivo (ou o próprio discurso em si), portanto, uma construção sócio-histórica sobre a qual se inscreve um espaço de interpretações possíveis, assim como ocorre com o enunciado linguístico-verbal.

mário; armário este que, naquele momento, encontrava-se apenas entreaberto. Esta luz que vem do exterior e incide sobre o espaço sórturo e vazio do armário produz efeitos de sentido que, naquele momento, reafirmam o discurso da militância gay que opunha o armário como lugar (social e psicológico) oculto da homossexualidade ao gesto político do *outing*, que traria “à luz” o próprio sujeito. É importante destacar que, figurativamente, a “luz” em diferentes formas de linguagem é um elemento fundador de determinada matriz de sentido sobre os objetos a que faz referência; o que não parece ser diferente no caso do seu aparecimento no discurso da saída do armário. Nesta perspectiva, nosso *corpus* parece nos sinalizar uma espécie de *invariância histórica* (ERIBON, 2008) em torno dessa questão dentro do trajeto temático do “armário”.

Ao demarcar seu lugar discursivo, o sujeito o faz no jogo das relações de poder em que se dá esse discurso. No enunciado da figura 2, essas relações vêm à tona no modo como o sujeito que enuncia interpela o enunciatário: este tem seu lugar demarcado na enunciação. Como elemento discursivo, o enunciatário é “arrastado” para a imagem, e o enunciado, em si, extrapola os limites do suporte midiático. Para Barthes, é “como se a imagem lançasse o desejo para além daquilo que ela dar a ver” (1984, p. 89). Quer dizer, a imagem do armário é vista, nesse caso, na perspectiva do leitor. É dele o olhar que espreita e captura o entorno a partir do interior do armário (estaria o leitor no armário?). Podemos ler então, que o sujeito gay, leitor potencial da revista, passa a se constituir nesse enunciado por uma prá-

tica discursiva de subjetivação/objetivação, esta autorizada por uma *vontade de verdade*¹⁵ assentada naquela formação discursiva.

Considerando o discurso no “nível das coisas ditas”, observamos no funcionamento do nosso arquivo sobre o sair do armário um *sistema de acúmulo* (FOUCAULT, 2008b) de enunciações acerca desse tema. São dizeres que, uma vez observados em sua existência histórica, evidenciam-se enquanto condição de aparecimento para a discursivização do casamento gay. Assim como o discurso do “sair do armário”, o “coming out” para o casamento gay acontece somente na conjuntura histórica das transformações culturais das últimas décadas. Então, ao trabalhar na perspectiva do acúmulo enunciativo funcionando para o aparecimento de outros acontecimentos discursivos, nossa análise leva em conta este acontecimento do *coming out* como uma prática discursiva que possibilitará a existência, hoje, de uma discussão em torno do casamento gay.

2.2 O *sair do armário* como prática discursiva

Julgamos pertinente ressaltar o tema da saída do armário enquanto prática discursiva que, conforme M. Foucault (2008b) modifica os domínios por ela relacionados. Assim, a prática discursiva no limiar de sua historicidade não se confunde com a mera expressão de ideias,

15. Uma das defesas da militância gay naquele momento era que cada homossexual fosse além da autoaceitação da orientação sexual, e que a tornasse pública a fim de tirar da invisibilidade essa forma de experiência da sexualidade.

pensamentos ou formulação de frases, mas como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época (...) as condições de exercício da função enunciativa” (*idem*, p. 136), ela nos expõe as relações que se desenvolvem dentro de um discurso. A partir desta definição, estabelecemos duas correlações acerca da questão do sair do armário: primeiro, na condição de prática discursiva, este enunciado tem seu aparecimento em local e época específicos, contudo, o sistema discursivo que ele constitui não está circunscrito aí; ele, enquanto prática, se desloca na história para acontecimentos e domínios discursivos diversos, porém mantendo as especificidades de seu sistema de regras.

No caso da prática em análise, é característico do sistema de regras que a constitui a reivindicação de uma visibilidade do sujeito gay através da própria enunciação da sexualidade. Nesse sentido, as práticas sócio-históricas desses sujeitos são objetivadas e postas em circulação pela mídia em dizeres que evidenciam um modo de relação do sujeito consigo mesmo. Quando fala do sujeito gay ao mesmo tempo em que o faz falar de si, a mídia põe em circulação uma forma de saber que o especifica no interior dessa prática discursiva. Nesse caminho, temos na edição de 8 de setembro de 1975 da revista americana *Time*, o sujeito que no exercício enunciativo torna explícita a regra de funcionamento da prática discursiva na qual se constitui:

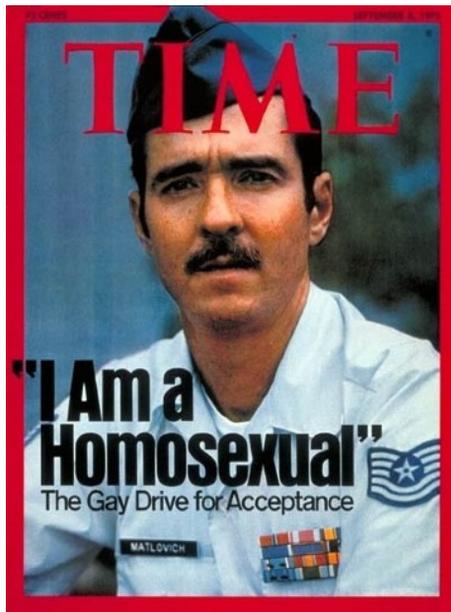


Figura 03: revista *Time* de 08 set. 1975. Fonte: <http://www.time.com>

Ressoando o discurso do *coming out* defendido pelo movimento gay naquele momento, a matéria de capa desta edição da revista *Time* expõe a estratégia do movimento gay na luta pela igualdade e aceitação social. O tema é discutido através da história do sargento da força aérea americana Leonard Matlovich que, desafiando a política do serviço militar americano que criminalizava a prática homossexual, assume-se gay, pede demissão das forças armadas e move uma ação pelo fim da proibição de homossexuais no serviço militar. O caso do sargento na mídia deflagrou, naquele país, a discussão sobre os direitos gays. Matlovich tornou-se notório na militância gay com uma de suas frases: “quando eu estava no exército, me deram uma medalha por matar dois homens e uma demissão por amar um”.

O sujeito enunciativo no espaço da revista faz mais do que falar de si: na densidade de uma prática discursiva, falar é fazer alguma coisa, pensando com M. Foucault (2008b). Com isso, a prática discursiva de saída do armário ao expor a sexualidade do sujeito que enuncia, não exerce seus efeitos apenas no nível do discurso, mas se inscreve também na relação com outros elementos sociais que ela articula, resultando na modificação de domínios a esta prática relacionados; pensemos, por exemplo, nos lugares discursivos da homossexualidade desde os anos 1970.

No enunciado-capa¹⁶ da revista, a prática discursiva do sair do armário produz sentidos em relação a outras práticas como aquelas ligadas ao domínio militar, domínio que na imagem aparece articulado a um sentido de mudança que desestabiliza os sentidos sobre a sua moral rígida: a materialidade da imagem destacando a figura do oficial uniformizado, em conjunto com a materialidade verbal “Sou um homossexual” parece nos dizer que a homossexualidade não é sinônimo de doença ou condição inferior, mas outra forma de pessoas comuns situadas nos lugares sociais diversos viverem sua sexualidade.

Ainda sobre a materialidade verbal do enunciado, temos em “o caminho gay para a aceitação” a voz da revista como suporte midiático que nos dá a ver esta prática discursiva e a faz circular para a sociedade, reafirmando um saber que deu lugar a essa prática: para reco-

16. Cientes da importância dos gêneros textuais para os estudos do discurso, neste trabalho nos voltamos à análise de capas de revistas não interessados em sua configuração enquanto um gênero discursivo, mas em seu estatuto e possibilidade histórica para o desempenho de dada materialidade enunciativa. Por isso, preferimos a expressão *enunciado-capa*.

nhecimento e aceitação do sujeito homossexual, é necessário que ele torne-se visível à sociedade, isto é, saia do armário. Outros enunciados circularam na mídia à época, mas mantendo um campo de regularidades sobre o sair do armário. por exemplo, a edição da revista *IstoÉ* de 28 de dezembro de 1977 (a mesma a que aludimos na introdução deste trabalho), traz em sua matéria principal dizeres cujos sentidos se somam aos da revista *Time*. Já na manchete, afirmava: “Os gays saíram à luz”, e o assunto girava em torno do *gay power* e o lugar do homossexual na sociedade. Acerca disso, o saber científico vem ocupar uma posição no funcionamento da prática discursiva do *coming out* através da fala de um psiquiatra ouvido pela revista, que atende homossexuais “ajudando-lhes a sair do armário”. Sobre a sexualidade de seus clientes, o médico assegura: “não é contagioso, não é doença, não é safadeza. É uma forma de comportamento”. Em outra passagem seu discurso reafirma aqueles sentidos mobilizados na capa da revista americana: “não há um lugar onde não haja homossexuais. Até na polícia que reprime homossexuais” (*ISTOÉ*, 1977, p. 11).

Outra mostra de enunciações que nos fazem ver as condições de aparecimento e acúmulo da prática discursiva do sair do armário, assim como o sujeito de que ela fala, está no jornal *Lampião da esquina*¹⁷ cujo editorial da primeira edição tinha como título o enunciado “Saindo do gueto”. Há um encadeamento discursivo entre o enuncia-

17. O jornal *Lampião* foi o primeiro periódico brasileiro dirigido ao público gay, com circulação nacional. Criado por um grupo de jornalistas, escritores e intelectuais, foi às bancas entre 1978 e 1981, já no momento da abertura política do regime militar.

do-título do editorial de Lampião e as anunciações das revistas *Time* e *Istoé* que examinamos acima. Estabelece-se uma regularidade de sentidos nesse conjunto de enunciados que descreve e caracteriza a prática discursiva da saída do armário: “é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual” (LAMPIÃO, 1978, p. 2). Esta sequência enunciativa traz uma síntese dos efeitos de sentido do discurso no qual ganha corpo a prática de saída do armário.

Feita a correlação do sair do armário com a noção de prática discursiva enquanto conjunto de regras, consideremos uma segunda relação entre esses elementos. Pensar a prática discursiva como o que “define as condições do exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008b), é considerar *o feixe complexo de relações* que possibilita que esta prática “se refira a tal ou tal objeto, empregue tal ou tal enunciação, utilize tal ou tal conceito, organize tal ou tal estratégia” (*id. ibid.* p. 82). Por enquanto nos concentraremos no primeiro desses quatro níveis da função enunciativa. Isto quer dizer que analisamos a prática discursiva como lugar onde *se formam, e se deformam*, os objetos de que ela trata. Neste caso, nosso objeto é esse sujeito gay que tem lugar no discurso do armário, o sujeito que se forma nessa prática discursiva.

O que nos permite analisar o “armário”¹⁸ como prática discursiva é o fato de que através dessa prática, os indivíduos tornam-se sujeitos.

18. Sempre que empregarmos esta forma abreviada, é do discurso do armário que estamos a falar.

Nesse caminho, estamos interessados, sobretudo, na forma como esse sujeito gay é dado a ver no espaço em que a mídia nos oferece essa prática discursiva. Pensando no sujeito que se constitui historicamente no espaço ontológico dos saberes (FOUCAULT, 2008b), temos nos limites da produção enunciativa da mídia o funcionamento de um modo de subjetivação: para tornar-se objeto de um discurso, o sujeito precisa reconhecer-se a partir da própria sexualidade, “sair à luz”, “sair do gueto”, conforme os dizeres da mídia.

A prática que o tira da invisibilidade, da condição de um *saber-sujeitado* – a saída do armário – “muda de lugar” o sujeito da homossexualidade, e um diferente regime discursivo passa, então, a caracterizar o exercício da função enunciativa para o sujeito gay na mídia: antes apenas objetivado pelo discurso, agora passa também a falar de si mesmo na mídia. Por “saberes-sujeitados”, entendemos o que Foucault (2005, p. 11-12) define como toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos.

Por fim, podemos observar que a questão do sair do armário enquanto prática discursiva vai possibilitar o funcionamento de uma série de elementos articulados entre si dentro da discussão sobre a homossexualidade. A regularidade entre eles pode ser observada no nível do objeto, por exemplo, na emergência do “sujeito gay” que prefere afirmar o orgulho à vergonha de sua orientação sexual. No plano

das enunciações, há uma mudança no exercício da função enunciativa: esse sujeito já não é apenas o objeto de um discurso autorizado – o discurso científico – sobre sua condição, mas agora ele próprio enuncia um discurso sobre si.

Outras regularidades podem ser notadas como o aparecimento do próprio conceito de “gay”, que desde então, tornou-se nas culturas ocidentais uma referência, às vezes, genérica para referir-se a homens e mulheres, demarcando a sua sexualidade. Em relação às estratégias, a prática discursiva do sair do armário funciona como um espaço de luta por reconhecimento ao propor que o sujeito gay afirme sua orientação sexual, pois o que subjaz a esta estratégia certamente é a ideia de que a invisibilidade desse sujeito produz uma indiferença social e política em relação a sua existência. Enfim, como é próprio da prática discursiva, o sair do armário modifica os domínios por ela relacionado – como a sexualidade – ao reposicionar o sujeito em relação à homossexualidade e operando assim deslocamentos discursivos e mudanças na sociedade.

2.3 O *armário* e seu regime de verdade

Ainda no exercício de historicizar a prática discursiva da saída do armário, buscamos compreender como a mesma se inscreve em um regime de verdade sobre a homossexualidade. Pensamos as relações entre saberes e poderes que se articulam nos dizeres da mídia submetendo os discursos que envolvem a afirmação sexual ao jogo do ver-

dadeiro e do falso. É importante salientar que continuamos igualmente interessados naquelas dimensões do dispositivo abordadas na seção anterior: a *enunciabilidade* e a *visibilidade* (DELEUZE, 1990). Considerar essas questões no nível de um dispositivo (como o da sexualidade) nos remete ao funcionamento dos saberes enquanto táticas e estratégias de poder, sem, contudo, ignorá-los em suas condições de emergência.



Figura 4: revista *Veja* de 25 jun. 2003.

Fonte: <http://veja.abril.com.br/acervodigital>

Nesse caminho de por em questão a *vontade de verdade* e as relações de poder que animam os discursos sobre o “armário”, passemos a ler uma das matrizes de análise do nosso *corpus*, a edição 1808 da revista *Veja* cujo tema de capa são os gays e a saída do armário.

Um primeiro olhar para a revista nos faz ver que esta traz um enunciado multimodal, do ponto de vista da sua materialidade: no plano não-verbal, há a imagem de dois homens sorridentes caminhando abraçados. O casal é focalizado de costas e é desse ângulo que o observamos pelo buraco de uma fechadura (do armário?). Sim, o texto verbal nos propõe isso na *headline*: “A vida fora do armário”, complementada com os dizeres: “conflitos existenciais e desafios cotidianos dos que tiveram coragem de assumir a homossexualidade”. Feito este registro, percebemos que uma imagem do armário vem nos visitar: decorridos quase 30 anos temos um prolongamento, na mídia brasileira, daquele acontecimento materializado na capa da *Christopher Street* americana (cf. figura 2). Buscaremos identificar num primeiro momento de nossa análise, os *vestígios* que dialogam no enunciado de ambas as revistas.

Antes de proceder na descrição desse diálogo entre o enunciado de ambas as capas, é pertinente um registro sobre o funcionamento discursivo do acontecimento no elemento da história: atravessada pela ordem da dispersão, a produção enunciativa nas figuras 2 e 4 evidencia uma ideia foucaultiana bastante retomada, mas não menos importante, de que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (2008a, p26). Através desta referência, queremos destacar o acontecimento se emaranhando por diferentes emergências históricas e ressoando outros acontecimentos, neste caso, na própria ordem discursivo-midiática. Ou seja, o acontecimento do *coming out* discursivi-

sado pela revista americana funciona como condição de possibilidade histórica para o acontecimento enunciado na capa de *Veja*.

A volta de um acontecimento num “novo” acontecimento atesta o papel fundamental da história na transformação dos discursos de uma sociedade. É importante considerar como os dois enunciados, ainda que dispersos no tempo e no espaço, convergem na produção de sentido em torno da metáfora do armário. Contudo, será o lugar do sujeito no discurso, seu modo de constituição – num, invisível; noutro, entrevisto – que vai caracterizar cada um desses acontecimentos e sua historicidade.

Dito isso, o primeiro aspecto ligado às relações de poder presentes no enunciado de *Veja*, que nos chama a atenção, é o direcionamento da ordem do olhar do leitor para a imagem. Mais especificamente, o modo como o leitor é inserido no acontecimento enunciativo. O fundo ensolarado e colorido (pelas cores do arco-íris) da capa da revista vai sutilmente sendo tomado pela opacidade de uma sombra escura que preenche o primeiro plano da imagem. Desse espaço escuro (simbolicamente, o interior do armário), o leitor da revista vislumbra a cena feliz de quem “teve coragem de assumir a homossexualidade”. Essa estrutura do enunciado-capa de *Veja* nos remete à ideia do *punctum* como “pontos sensíveis”, uma marca, um detalhe que na imagem funcionam como uma extensão do olhar para além dos limites da cena mostrada (BARTHES, 1984). Quer dizer, o leitor “entra” no enunciado. Ele não somente lê a imagem da capa, mas integra sua materialidade: o jogo dicotômico que se estabelece no par fora/den-

tro, sugerido na estrutura verbal do enunciado, nos diz que “a vida fora do armário” está sendo observada de “dentro” do armário, afinal, quando o léxico fala “dos que tiveram coragem de assumir a homossexualidade” faz entrever que outros não o fizeram.

Esta alusão à díade dentro/fora sugerida na capa de *Veja* dialoga com um trabalho pioneiro de Eva Kosofsky Sedgwick ([1993] 2007) acerca do papel do discurso da saída do armário na sociedade contemporânea. Sedgwick afirma ser o “armário” um dispositivo de regulação, não apenas da vida dos gays, mas também dos heterossexuais uma vez que está diretamente relacionado aos privilégios de visibilidade e hegemonia de valores destes últimos. A pesquisadora argumenta também que toda a atenção dispensada em torno da questão da homossexualidade desde o final do século XIX esteve pautada fundamentalmente na demarcação de binômios como segredo/revelação, privado/público.

Pensando no “armário” como estrutura de controle das identidades sexuais, conforme Sedgwick, e nesse sentido, um elemento a serviço do dispositivo da sexualidade, o segundo momento da análise da capa de *Veja* põe em relevo o papel da mídia enquanto instância que faz circular sentidos em torno da sexualidade cujo lastro sustenta todo um regime de verdade sobre o modo de vida gay. Com isso, no enunciado da figura 04, vários elementos semiológicos participam dessa construção: a expressão feliz do casal, o espaço ensolarado (um parque, talvez) sob um céu de nuvens brancas (que preenche a logomarca de *Veja*), as cores vivas do arco-íris em contraste com a som-

bra escura que contorna as bordas da imagem (em direção ao interior do armário?). Tudo parece convergir para um *jogo de verdade* acerca do sujeito diante da própria experiência da homossexualidade. É o que nos oferece a revista ao fazer funcionar um discurso cujos sentidos parecem recriar nossa história do presente: o “armário” e seu estatuto de acontecimento.

Outra vez nos valem de M. Pêcheux (1995) para refletirmos sobre a produção de sentido desses jogos de verdade enunciados na revista¹⁹. Esse autor nos mostrou que é preciso “desconfiar” daquilo que nos parece evidente. Esta forma “desconfiada” de olhar as práticas ao nosso redor nos põe diante de um *real da história* significando e fazendo sentir-se no discurso. Estamos dizendo com isso, que os efeitos de sentido inscritos na materialidade do enunciado-capa remetem a uma realidade não instituída, ou pelo menos pouco observada, na história das práticas cotidianas: a cena em que gays namoram despreocupados ao ar-livre e em espaços públicos não é uma prática comumente visível, com exceção dos locais e eventos destinados aos LGBTs²⁰.

Considerando isso, observamos no conjunto dos elementos enunciativos que figuram na capa da revista, aquilo que, na falta de outro termo, chamaremos de *ficcionalização do armário*: não obstante a

19. Michel Pêcheux ainda que não tenha teorizado acerca de “jogos de verdade”, entendemos que sua tese sobre a produção de sentido, determinada no funcionamento da história afetada por uma contradição, seja produtiva para compreendermos a posição do sujeito no interior das relações de poder que produzem jogos de verdade.

20. Sigla que designa lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros.

referência aos “conflitos existenciais e desafios cotidianos” do pós saída do armário, o sentido de colorido é o que aparece escandindo o enunciado. O colorido instala um lugar de memória para a vida fora do armário, este efeito de sentido se materializa na diversidade de cores da bandeira do movimento gay – aquelas do arco-íris – que ocupa todo o espaço da capa, além da claridade que compõe a cena entrevista pelo que seria o buraco fechadura. Todos esses elementos, culturalmente relacionados ao universo gay, articulam-se na composição de uma cena que se aproxima do que PocaHy (2011), citando Foucault, denomina como a indução política diante de efeitos de verdades: “‘ficcionalamos’ uma história a partir de uma realidade política que a torna verdadeira, ‘ficcionalamos’ uma política que ainda não existe a partir de uma verdade histórica” (FOUCAULT, 2001 *apud* POCAHY, p. 19).

No sentido do exposto, “a história se torna história do que consideramos como verdades” (MILANEZ, 2006, p. 33). Dito de outro modo, a narrativa do “armário” produz construções discursivas que inscrevem o sujeito gay em uma realidade política, ao mesmo tempo em que a torna um dado da história, história cuja tessitura se dá em jogos e efeitos de verdade. A discursivização da homossexualidade pelo viés da saída do armário nos oferece a ver na capa de *Veja* um regime de verdade que caracteriza esta prática discursiva como quase um “estágio” da homossexualidade, cujo gesto “mágico” de ultrapassar os limites escuros do armário, de deixá-lo sem olhar pra trás seria a senha de acesso para o lado mais, digamos, “colorido” da experiência gay.

À luz da nossa análise, a emergência desses efeitos de sentido configura-se como um mecanismo de produção de verdade. Verdade esta que, segundo Foucault (2005), há muito no Ocidente foi colocada em relação ao prazer sexual, e a partir de então, no que concerne ao sexo, coube ao sujeito não simplesmente fabricar prazer, mas fabricar verdade.

2.4 Imagens do armário em páginas (re)vistas

Enquanto prática discursiva que liga sujeito, sexualidade e verdade, a questão do “armário” integra uma estratégia discursiva da mídia, cuja regra de funcionamento dá lugar à homossexualidade como objeto de seu discurso. Na defesa disso, e concordando com M. Foucault (2008b) que o conjunto das regras de funcionamento de um saber se modifica ao longo do tempo, à medida que se transforma a prática discursiva constitutiva desse saber, buscamos as *escolhas temáticas* (op. cit.) as quais, articuladas nos enunciados da mídia, produzem sentidos sobre o sujeito gay. Por esta via, trataremos de uma série enunciativa apreendida na dispersão de nosso arquivo que caracteriza a posição discursiva da mídia quando assinala o discurso do “armário” como elemento em torno do qual se organiza e é descrita a experiência da homossexualidade em si.

A montagem das séries de enunciados nos permite olhar o movimento histórico por onde os discursos são construídos e se engendram *status* e posições possíveis para os sujeitos. Para tanto, recuperamos as ideias da *Vontade de Saber* (FOUCAULT, 2007a) que esbo-

çamos no capítulo anterior, fundamentalmente, a de que a partir do século XVIII saber e sexo se tornaram inseparáveis na busca de uma verdade que constitui o ser humano.

Em torno disso, num gesto metodológico, discutimos antes as condições de possibilidade do discurso que se materializa na montagem desta primeira série enunciativa, que intitulamos *Saindo do armário*, em seguida, buscamos um campo de regularidade para posições do sujeito em sua relação com a homossexualidade.

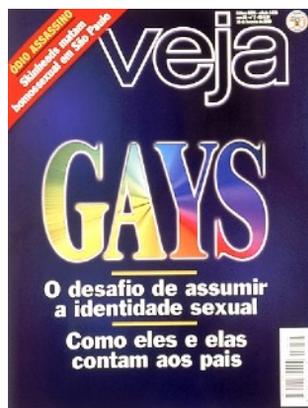


Figura 5: revista *Veja*, 12 mai. 1993. Figura 6: revista *Veja*, 16 fev. 2000. Figura 7: revista *Veja*, 25 jun. 2003. Figura 8: revista *Veja*, 12 mai. 2010. Fonte: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/>

A materialidade verbal no enunciado da figura 5 nos oferece a ver o funcionamento efetivo do dispositivo da sexualidade que, permeado por técnicas de saber e mecanismos discursivos, institui o sujeito gay como objeto possível em dada conjuntura histórica: manchete e subtítulo da capa são categóricos em antecipar para o leitor que há um saber produzido em torno do “ser gay”. E o saber é este “espaço em que o sujeito [nesse caso, a mídia] pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso” (FOUCAULT, 2008b, p. 204).

Ao lançarmos nosso olhar sobre a capa da revista *Veja* de 1993, temos a imagem em close de duas mãos que se entrelaçam, formando um ângulo no espaço vazio sobre o fundo desfocado do cenário. A estrutura anatômica dos braços juntamente com a parte que aparece da manga da camisa indica tratar-se de dois homens. Logo abaixo, a chamada: “o que é ser gay no Brasil”.

A conjunção dessas duas dimensões – linguística e imagética – na composição da materialidade do enunciado-capa da revista remete-nos a um dos posicionamentos teóricos de M. Pêcheux (2008) sobre o discurso como lugar de encontro da língua e da história. A articulação conjunta e irreduzível dessas duas ordens de materialidades sobreterminam o processo de produção de sentido. Cientes disso, não podemos reduzir os elementos simbólicos que atravessam esta produção discursiva aos aspectos formais da língua. É em função disso que a composição imagética desse enunciado é tão determinante para apreendermos os sentidos que subjazem à prática discursiva da revista.

Se tomarmos primeiramente, nessa “materialidade discursiva complexa”, apenas a parte da imagem das mãos dadas, é possível retermos, num fio histórico-discursivo que lhe possibilita a existência, à materialidade de outro enunciado-capa da revista *Isto é* de 1977 (edição a que aludimos no início da apresentação). A imagem das mãos, em ambas as capas, como uma forma de presença metonímica para o sujeito homossexual instala um trajeto de sentido sobre esse objeto discursivo, que determina o contorno de sua existência no espaço enunciativo da mídia. O primeiro aspecto em torno desses registros discursivos que nos chama a atenção é uma certa forma de “silêncio” sobre o objeto que se materializa na imagem das capas. Ou seja, no funcionamento simultâneo da materialidade da imagem com o enunciado linguístico, restabelecem-se sentidos sobre “o que é ser gay no Brasil”.

A sequência verbal do enunciado nos autoriza a leitura de que ser gay designa um lugar sócio-histórico que se dá a conhecer a partir de uma produção discursiva elaborada em seu entorno e cujos efeitos pautam o modo como a sociedade se relaciona com esse sujeito. Desse modo, a mídia pelo suporte da revista discursiviza o sujeito com base nas verificações dos institutos de pesquisa que, como verdade admitida, atestam um pensamento partilhado socialmente sobre ser gay. Diagnosticamos aí uma vontade de saber, que é um saber sobre a sexualidade, sobre o sujeito.

A fim de verticalizar a análise e refletirmos as condições históricas em que emerge esta capa, propomos pensar este enunciado junta-

mente com outra sequência enunciativa (que seria um prolongamento da manchete) presente no sumário da revista: “**Sexualidade clandestina:** [...] Discriminados na sociedade e rejeitados pela família, eles [os gays] escondem sua condição”. (VEJA, 1993). Tratemos, então, de determinar as condições históricas a que se liga esta sequência enunciativa. Trata-se do início dos anos de 1990, quando no Brasil a Aids era um espectro que ao mesmo tempo assombrava e jogava luz sobre as práticas e manifestações da sexualidade. Sobre isso escreveu Trevisan:

O vírus da Aids realizou em alguns anos uma proeza que nem o mais bem-intencionado movimento pelos direitos homossexual teria conseguido, em muitas décadas: deixar evidente que homossexual existe e não é o outro, no sentido de um continente à parte, mas está muito próximo de qualquer cidadão comum, talvez ao meu lado (2000, p. 269).

Se a Aids provocou na sociedade uma epidemia de informação e pôs em discussão temas tabus relativos à sexualidade, também trouxe o discurso estigmatizante às vítimas da doença. E este aspecto produzirá uma inflexão em todo o movimento *gay power, coming out* em marcha até o início da década de 1980: a associação inicial da Aids aos homossexuais silenciou o discurso da livre experimentação da sexualidade, o assumir-se, a “saída à luz dos gays” (ISTOÉ, ed. 53, p. 8). São essas condições que nos permitem apreender os sentidos que circulam nos enunciados de *Veja* sobre os gays. Como aqueles dos dados da pesquisa mostrada na revista em que, dos entrevistados,

“61% acreditam que os homossexuais são responsáveis pela disseminação da AIDS pelo mundo” (VEJA, ed. 1287, p. 53). Nessa perspectiva, a revista fala de uma “sexualidade clandestina” dos gays, que em função da discriminação “escondem sua condição”.

Esta abordagem da questão gay pela revista oferece-nos um modo de articulação com o tema do “armário”. Assim, pensamos que todo este conjunto de condições que permitem tematizar o sujeito gay na revista funciona reatualizando o discurso do *coming out*: a problemática do “armário” atravessa todo o enunciado 5, desde a imagem do casal gay sem rosto, mostrando apenas as mãos (memórias da imagem do armário), até materialidades da língua como “clandestina”, “escondem”, tudo converge para a presença do “armário” como parâmetro de construção sobre a sexualidade, neste caso, aquela sexualidade ocultada, invisível. Diante da discriminação e rejeição da sociedade (enunciadas na revista), entendemos haver um refluxo em relação ao movimento de saída do armário, e os gays, naquele momento, pois, voltaram a ele.

Numa perspectiva arqueológica, para analisar um enunciado, é preciso determinar suas condições de emergência e seu modo de funcionamento em relação a outros enunciados. Seguindo esses passos, observamos que as condições históricas em que é produzido o enunciado na figura 6 da série já não são as mesmas de 5: após o processo de reestruturação por que passou o movimento gay nos anos de 1990 que culminou numa institucionalização do que se chama hoje de mo-

vimento LGBT²¹ (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Com isso, o destaque da revista na edição de 2000 é a palavra *gay* nas cores do arco-íris ocupando o centro da capa seguida da sequência verbal “o desafio de assumir a identidade sexual. Como eles e elas contam aos pais”.

Considerando isso, os elementos imagéticos do enunciado-capa marcam uma descontinuidade discursiva entre as figuras 5 e 6: a relação do gay à clandestinidade presente em 5 é substituída pelas cores vibrantes do arco-íris e da bandeira-símbolo do movimento gay em 6. No plano verbal também há outras emergências enunciativas específicas de cada temporalidade no conjunto da série: enquanto a capa de 1993 fala de ser gay como “condição”, a de 2000 fala de “identidade sexual”, em 2010 (cf. figura. 8) ser gay é uma questão de “orientação sexual”.

A propósito da identidade sexual discutida na figura 6, é pertinente destacar os sentidos que têm lugar no discurso da revista: tratando a questão gay pelo viés da identidade, nas páginas de *Veja*, lemos que assumir-se gay “é quase sempre um alívio na vida de quem não quer mais esconder da família e dos amigos sua verdadeira *opção sexual*”. (VEJA, ed. 1636, p. 104; grifo nosso). A equivalência entre *identidade* e *opção sexual* enunciada na revista parece pensar a identidade como

21. No rastro dos efeitos da Aids, o movimento gay se reorganizaria, mas a partir de uma diversidade de segmentos. O estudo referenciado acima mostra que o movimento apoiado por órgãos internacionais de defesa dos direitos humanos fez surgir, em sua identidade multifacetada, uma rede de ONGs, grupos e associações que passaram a flertar com os partidos políticos através dos quais demandas do movimento tornaram-se visíveis e articuladas politicamente. Um sinalizador da articulação LGBT pela via da política foi a proposição do projeto de lei sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo, em 1995, de autoria da então deputada federal Marta Suplicy.

natureza essencial do sujeito (gay) e este, por sua vez, seria o lugar originário imanente onde repousaria uma “verdade” identitária, *per se*. Nesse caso, os dizeres sobre os gays não passam pela compreensão do sujeito e da identidade enquanto produções históricas e temporais ancoradas em saberes e práticas instituídas pelo discurso.

Ainda sobre o modo de relacionamento entre os enunciados 5-8 na série, é possível verificar que em 6 e 7 os enunciados se caracterizam por apresentar uma *materialidade repetível*: o *design* em destaque da palavra *gays*, a presença das cores da bandeira do movimento, a recorrência a elementos do léxico como *desafio*, *assumir*. Isto nos indica a posição discursiva do sujeito que enuncia – a revista – e faz estes enunciados produzirem sentido como “um elemento em um campo de coexistência” (FOUCAULT, 2008b, p. 123). Nessa forma de coexistência enunciativa, as condições de emergência de cada enunciado na série sempre permitem que haja exclusões, limites, lacunas entre eles. Nesse sentido, há uma descontinuidade de 6 e 7, em relação a 5 no que concerne às *escolhas temáticas* que problematizam a questão gay. O primeiro enunciado da série articula temas como culpa, medo, discriminação e, sobretudo, clandestinidade. Aquelas condições de seu acontecimento excluía outras formas de dizer, estando ausentes, portanto, sentidos ligados à colorido, bandeira, arco-íris, vida fora do armário. Quando desenredamos todo esse feixe de relações que articula os enunciados em uma série, compreendemos a provocação foucaultiana sobre a existência de determinado enunciado e não de outro em seu lugar (*op. cit.*).

O sistema que rege a forma de coexistência dos enunciados evidencia também as transformações que eles sofrem. É o caráter transformacional dos enunciados de um discurso que faz ver numa série enunciativa a ausência (ou mesmo o desaparecimento) de conceitos e escolhas temáticas acerca de um objeto. Partindo disso, temos na materialidade da capa de *Veja* de 2010 um jovem sorridente fotografado sobre um cenário branco com a manchete ao lado: “ser jovem e gay. A vida sem dramas”.

Observando esta composição enunciativa, temos em 8 a *ausência* daquelas temáticas que enredam os demais enunciados da série: *sexualidade clandestina, desafio de se assumir, conflitos sociais cotidianos, gays sem rosto*. As relações agora se estabelecem numa direção inversa: os gays são jovens que, “sem dramas”, assumiram-se para os pais já desde os 14 anos. Na capa da revista, ganharam nome, corpo, e rosto. “Geração tolerância que, sem bandeiras nem passeatas, encara a homossexualidade como uma característica que nem qualquer outra” (VEJA, ed. 2164, p. 110-114). Ao falar tranquilamente da própria orientação sexual, os “novos gays” (*id. ibidem.*) tornam visíveis as mutações no campo discursivo em que se coloca a homossexualidade cuja historicidade marca a descontinuidade nas diferentes posições de subjetividade desse discurso.

Ao lado dessas descontinuidades da história e do próprio sujeito que caracterizam a série de enunciados analisada, nos voltamos, por fim, para o campo de regularidade que rege os enunciados na dispersão da série. Estamos falando de um elemento que atravessa este

conjunto de enunciados, tomado cada um em relação aos demais: a presença do “armário”. Seguindo a ordem da história que organiza as discursividades, os enunciados 05-08 expõem saberes e discursos que delimitam histórica e distintamente o sujeito gay.

No entanto, no exercício da função enunciativa da qual a revista é portadora, os lugares para o sujeito gay que ali são ocupados aparecem ligados discursivamente pelo gesto (ou sua impossibilidade) de declarar publicamente a homossexualidade.

Assim, a lógica do “armário” é o elemento deflagrador em torno do qual se organiza toda uma produção discursiva sobre o sujeito gay. Um jogo de verdade do discurso em que mesmo a ausência é presença²². Ou seja, só é possível falar do “armário” mantendo a relação da lógica binária dentro/fora, dele.

2.5 O “armário” e as práticas de si

Não é possível cuidar de si sem se conhecer, nos alertava M. Foucault (2006b). Há que sublinhar o fato de o autor referir-se aqui ao princípio socrático-platônico do cuidado de si pela verdade, diferente do conhecer a si mesmo do Cristianismo. Desse modo, partimos desta

22. Mesmo aquele enunciado (fig. 8) cujos sentidos recaem sobre uma suposta “naturalização” das diferenças sexuais, a metáfora do armário se faz presente em sua materialidade: o uso da expressão “assumiu-se gay” atesta isso. E mais: o estudante fotografado na capa aparece abaixado num espaço cercado por duas peças divisórias de aparência leve cujo ângulo forma uma espécie de cubículo (o armário?). Com as mãos apoiadas nas extremidades da estrutura, em seu gesto ele parece pronto para desmontá-la com um simples toque. Uma referência semiológica à memória do “armário” de uma geração em que ser gay não é um drama.

ideia para chegarmos às práticas de si, escolhemos primeiro examinar as práticas discursivas fundadas em saberes que nos dão a conhecer o sujeito gay. Paramos, portanto, diante do “armário” e o espreitamos como uma prática discursiva em que jogos de verdade determinam modos de discursivização do sujeito gay na mídia. Agora, e ainda diante do “armário”, vamos remexer em sua estrutura discursiva, a fim de perceber os jogos de verdade que aí se articulam numa prática de autoformação do sujeito. O trabalho discursivo do sujeito sobre si mesmo só é possível no funcionamento dos mecanismos e instâncias de saber/poder sob as regras dos quais a verdade vai sendo produzida historicamente enquanto *jogo*. Verdade que, no caso, são os efeitos de jogos, de regras do dizer verdadeiro.

Falamos de um sujeito que é produzido em saberes e práticas, duplamente objetivado, para os outros, e para si mesmo. É esse jogo que evidencia processos simultâneos de objetivação e subjetivação sobre o gay que agora analisamos, observando a prática de saída do armário, a partir do que Foucault (2006b) denominou de práticas de si. Dessa forma, estamos interessados na circulação dessa prática de si nos discursos da mídia e ao fazermos, procuramos sustentação no pressuposto de que os enunciados por onde se materializa o discurso midiático acerca do sujeito gay são formulados no interior do dispositivo da sexualidade que, integrado a uma vontade de saber, ainda encontra na técnica de confissão um mecanismo contemporâneo para a produção de verdade sobre esse sujeito. Decorre daí que reunimos

sexualidade, verdade e sujeito como constituintes de uma equação organizada pela técnica da confissão.

M. Foucault (2007a) afirmava que somos uma sociedade eminentemente confessanda, particularmente no que respeita à sexualidade. Nessa direção, a técnica da confissão, enquanto exercício de produção da verdade sobre o sujeito, esteve historicamente interligada às práticas religiosas focadas na devoção interior, como o exame de consciência estabelecido pelos modos católicos da confissão ou pelo modo puritano do diário íntimo Ariès (2009). Naquele contexto, a verdade mais íntima e secreta do sujeito deveria ser enunciada; dos pensamentos e devaneios impróprios à própria atividade sexual, tudo era objeto para a confissão, que uma vez proferida, tornava-se fundamento para a implantação de mecanismos de repressão e controle. Mas como podemos pensar estas questões hoje, no material de *corpus* da nossa pesquisa?

Temos acompanhado até aqui a intensa produção discursiva que se formou desde os anos de 1970 em torno do sujeito gay baseada na prática de publicização da própria homossexualidade. O “sair do armário” aparece, portanto, como uma prática discursiva através da qual a mídia faz circular modos de percepção do sujeito a partir da homossexualidade. Discursivamente, o exercício de saída do armário dá lugar a jogos de verdade que implicam práticas subjetivadoras para o sujeito no sentido de se transformar, atingir certo modo de ser, pensando em termos foucaultianos. Para aquele autor, a experiência da homossexualidade, em si, seria mais um dos elementos que

mantêm o dispositivo da sexualidade, sendo neste produzida ao mesmo tempo em que faz funcionar sua engrenagem.

Compartilhando dessa percepção, de nossa parte, acrescentamos que a ação da saída do armário, sendo ela voluntária ou não, se configura numa prática que potencializa os efeitos práticos do funcionamento do dispositivo da sexualidade na vida do sujeito em nossa sociedade uma vez que a todo instante a questão da homossexualidade está sendo instigada, posta em discurso. Não faz parte do verdadeiro dos jogos que conduzem o dispositivo da sexualidade que o sujeito homoafetivo ocupe, em relação à própria sexualidade, uma posição indiferente ou que a oculte, mas que a reafirme, faça um diagnóstico de si. Uma vez que a nossa sociedade está construída sobre uma base cultural binária calcada num referencial heteronormativo, o sujeito (inclusive heterossexual) que escapa a esta ordem, inevitavelmente, “confessa-se – ou se é forçado a confessar”, já nos lembrava M. Foucault (2007a).

Nessa perspectiva, o conhecimento de si, que mencionamos no início do tópico, é um modo do cuidado de si. Cuidado que se exerce por um número de regras de conduta que são simultaneamente verdades e prescrições (FOUCAULT, *op. cit.*). No caso do sair do armário, trata-se de fazer o sujeito confessar aquilo que não é dito, que se desconhece sobre si. Tal confissão se dá na forma de um discurso verdadeiro. Assim como o exercício confessional cristão, a saída do armário gay prescreve um contexto situacional envolto em toda uma prática ritualística. Quer dizer, o ato de confissão põe aquele que o pratica

numa relação direta com a figura do confidente num momento circunstancial estrito.

Nesse sentido, o sair do armário como uma prática de si é também um modo de cuidado com o outro, pois o sujeito do cuidado de si se apropria de um discurso verdadeiro a partir das relações que estabelece com o outro. Esse jogo do se conduzir e do conduzir o outro nos remete à “coragem da verdade” de que fala Foucault (2010a). Para o autor dizer-a-verdade demanda um ato de coragem que vincula aquele que o faz a si mesmo.

No discurso da mídia que analisamos, o sair do armário se configura numa prática em que o trabalho do sujeito sobre si aparece na forma da coragem em tornar-se enunciador “da verdade” que é sua. Ilustram isso seqüências enunciativas das revistas como: “o desafio de assumir a identidade sexual” (VEJA, 2000); “desafios cotidianos dos que tiveram coragem de assumir a homossexualidade” (VEJA, 2003). Portanto, a ideia de que enunciar um discurso verdadeiro sobre si demanda coragem, porque perigoso, se materializa nas capas da revista nos fragmentos lexicais “desafio”, “coragem”, postos em relação ao ato de dizer-se gay, considerando, pois, a percepção da sociedade sobre este tema.

Nesses termos, o momento de saída do armário é dado a ver na mídia, com ou sem “drama”, num gesto confessional onde certa liturgia é cumprida e imprime sentido a essa prática. Esta forma de circulação na mídia desse rito confessional da sexualidade parece-nos es-

tar relacionado ao que Eribon (2008) descreve como uma “teatralidade própria à afirmação homossexual”.



Figura 9: matéria da revista *Veja* de 16 jul. 2000. Fonte: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/>

Todo o enunciado da revista em 9 ritualiza o que seria a prática de confissão da verdade: a fala do enunciador entre aspas, articulada em primeira pessoa, a família reunida em volta do jovem, numa pose quase solene, nos dizem que, neste momento, há uma “verdade” em jogo, dizê-la marca um “alívio”, qual um rito de passagem. Prática (re)produzida midiaticamente como uma *verdade-acontecimento* (CANDIOTTO, 2007). Pensando a saída do armário nos termos de uma *verdade-acontecimento*, chama a atenção o trabalho discursivo

da mídia no sentido mesmo de uma espetacularização²³ quando algum famoso ou figura pública expõe a própria homossexualidade. Nesses casos, os enunciados da mídia quase sempre apontam para sentidos que relacionam o ato de “assumir” com um gesto de coragem, índice valorativo daquele que escolheu viver fora do armário. Observamos uma regularidade (inclusive nos enunciados da série 5-8) que diz respeito ao sentido construído sobre “estar fora do armário”: a ideia de felicidade é legível nos elementos semiológicos que se articulam nos dizeres da mídia.

Era a essa regularidade discursiva que chamávamos no início do capítulo de *invariância histórica* sobre o trajeto temático da saída do armário. Tal invariância de sentido se materializa em diferentes modalidades semiológicas e discursivas, como podemos notar inclusive no texto da epígrafe deste capítulo: os versos da canção intitulada “Armário” narram a *agonística do sujeito* (FOUCAULT, 2006c) que enuncia em face do outro que o interpela a sair do armário: “[...] dentro do armário, só tem bolor e naftalina. Vem já pra fora meu bem, que só aqui é que tem calor e adrenalina”. E ainda que o sujeito enunciativo, temendo a reação social, opte por permanecer no armário²⁴, este se configura como um espaço negativo ligado ao medo, à obsolescência: estas imagens passam a significar, inclusive, pelo jogo

23. Cf. Guy Debord, 2003.

24. Sua resposta ao interlocutor é: “não posso, não posso. Já falei que não posso. Não é que eu não queira, mas é tão difícil pra mim. É claro que eu quero, quero mais que tudo. Mas tenho tanto medo, um medo absurdo (...)”.

linguístico que trabalha a opacidade semântica de elementos lexicais como em “dentro do armário só tem bolor e naftalina”.

Esta recorrência enunciativa sobre a “vida [feliz] fora do armário” também aparece, por exemplo, na edição de 25 jun. 2011 da *Veja*. A revista trouxe uma entrevista com o cantor Ricky Martin (cujo *outing* tornou-se acontecimento espetacularizado na mídia) com a chamada: “A felicidade foi me assumir”. O sentido de que, apesar da carreira de sucesso o artista só se realizou de forma plena ao revelar publicamente que era gay perpassa toda a matéria. Esse jogo de verdade no qual o sujeito se reconhece e se constitui pela sexualidade culmina com o momento mesmo em que, no exercício da *coragem da verdade*, publiciza isso. É uma prática de governo de si e também de governo dos outros (FOUCAULT, 2010a) visto que daí decorrem efeitos que vão além de uma prática de transformação do sujeito em relação a si²⁵.

Posto isso, retomamos que toda uma série de enunciados dispersos, espalhados ao longo deste capítulo mantêm entre si laços e filiações que acenam para o exercício de uma prática discursiva de subjetivação/objetivação; nela, o sujeito gay torna-se objeto de um saber possível sobre a sexualidade ao mesmo tempo em que realiza uma apreensão ética de si. Na perspectiva foucaultiana, como forma de

25. Estamos pensando numa discussão que sempre vem à baila quando alguma personalidade torna pública a sua homossexualidade que diz respeito às implicações dessa atitude na sua relação com o público. Por exemplo, um artista que “sai do armário” perde fãs e dividendos publicitários ou o efeito seria o contrário visto tal prática ser associada à ideia de coragem e verdade na mídia? Um político que se assume gay receberia menos votos ou ganharia a credibilidade do eleitorado? Estas são questões que nos parecem determinantes no exercício dessa prática de si pois está conduzindo o sujeito em relação ao outro.

um exercício da liberdade, a prática do cuidado de si está relacionada ao conhecimento simultâneo, pelo sujeito, de jogos de verdade e prescrições. Considerando essa relação que o sujeito estabelece com o discurso sobre a verdade, observamos que nos enunciados da mídia, a prática do sair do armário pode ser descrita invariavelmente como uma prática de si onde historicamente o sujeito gay se constitui num exercício de liberdade sobre a sexualidade. Silencia-se, portanto, que enquanto estratégia política, o “sair do armário” pode ser também um disciplinador do sujeito, pois quando o ato de assumir-se gay aparece midiaticamente discursivamente como gesto de coragem e liberdade, reproduz-se aí sentidos que dão lugar, também, ao seu inverso, ou seja, nos autoriza uma leitura em que a escolha de se permanecer no armário caracterizaria uma prática “não-verdadeira” por parte do sujeito em relação à sexualidade.

Sob essa ótica, a *coragem da verdade* do sujeito que assume a identidade (sexual) estará sempre posicionada numa direção oposta à daquele que não a exerce, e sobre o qual recaem sentidos que fundam outros lugares discursivos concernentes à homossexualidade (no jogo imediato coragem-verdade/medo-mentira), como a figura pejorativa do *gay enrustido*. Assim, “o armário” além de uma *prática de si*, um modo de construção do sujeito, é um mecanismo para a constituição de um modelo relacional calcado na manutenção de valores contraditórios e excludentes, retomando Sedgwick (2007).

A consequência do que precede é que, enquanto espaço coercitivo do sujeito gay, a lógica do “armário” em seus fundamentos dicotômi-

cos integra-se ao mecanismo de funcionamento do dispositivo da sexualidade descrito por Foucault (2007a). No entanto, este sentido está silenciado no discurso da mídia, porque seria incoerente, ou paradoxal, ao trabalho de produção da identidade gay que este discurso realiza, lugar possível de inscrição desse sujeito na história. Contudo, já nos alertava Michel Pêcheux (1995) para olharmos com desconfiança para os sentidos que se nos apresentam numa aparente evidência, pois a língua e a história são lugares para o esquecimento, silenciamentos e a opacidade dos dizeres.

E pensando ainda com este autor, é nesse espaço, próprio ao *linguajeiro discursivo*, onde acontecem as filiações identificadoras do sujeito, que o discurso se marcará como índice potencial de deslocamentos na ordem das *coisas-a-saber*, pois “não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma ‘infelicidade’ [...] no caso, por um ‘erro de pessoa’, isto é, sobre o *outro*, objeto da identificação” (PÊCHEUX, 2008, p. 56-57).

2.6 Armário e casamento: o acontecimento na fronteira das discursividades

Quando nos auxiliamos da arqueogenealogia²⁶ foucaultiana como perspectiva metodológica para a análise dos discursos, temos em vista que trabalhamos sob o modo de análise daquelas práticas que em nossa cultura têm sido instrumentais para a formação do indivíduo moderno tanto como objeto quanto como sujeito (DREYFUS & RABINOW, 1995). Desse modo, nosso trabalho avança por uma análise histórica posto que aí “as diferentes emergências que se podem demarcar não são figuras sucessivas de uma mesma significação; são efeitos de substituição, reposição e deslocamento, conquistas disfarçadas, inversões sistemáticas” (FOUCAULT, 2005, p. 17).

Assim, uma vez que o objeto da nossa pesquisa nos é dado a ver a partir de microlutas cotidianas, não podemos nos furtar à análise dessas “conquistas disfarçadas” e os deslocamentos por onde se desnudam ao nosso olhar os acontecimentos da história. Esta percepção dialoga como aquela de P. Veyne (1998) acerca da história enquanto narrativa de acontecimentos, onde um mesmo acontecimento pode estender-se por várias narrativas. Isso nos coloca a necessidade de reafirmar que é com essa História – superfície do acontecimento –

26. Termo empregado pelos estudiosos de Michel Foucault em referência ao conjunto metodológico de sua obra que compreende as propostas da Arqueologia e da Genealogia. (Cf. Veiga-Neto, 2007).

que se relaciona a Análise do Discurso sob a qual desenvolvemos este trabalho. A ambos estes campos importa o saber e o poder em suas implicações mútuas, sua condição de acontecimento. E são as relações entre conjuntos de acontecimentos que fazemos emergir em nossa prática analítica do discurso.

Até este ponto, ocupamo-nos do acontecimento discursivo do *coming out*, que desde as últimas décadas do século XX constituiu-se em um acontecimento da história. Como tal, tem produzido uma cadeia enunciativa que coloca o sujeito gay como objeto de um discurso através do qual ele é dado a conhecer tanto para si, nas práticas de autoafirmação, quanto para o outro, nos saberes que constroem verdades acerca da sexualidade. Retomando a escrita dessa história “narrativa de acontecimentos” dispersos, tratemos, então, de compreender de que forma este acontecimento da saída do armário²⁷ se prolonga por uma série de outros acontecimentos e põe em marcha processos e mudanças históricas que dão lugar a novas discursividades que, por seu turno, redefinam novos lugares discursivos para o sujeito.

Nessa direção, o discurso de saída do armário preconizado pelos militantes gays a seus pares nos anos de 1970 além de afirmar um modo de existência, redefiniu os contornos da relação desses sujeitos consigo mesmos e com a sociedade. Com isso, uma série de discursividades que narram a constituição do sujeito gay tem seu lugar histó-

27. Estamos considerando aqui o “sair do armário” tanto como estratégia político-discursiva dos gays enquanto movimento, como mecanismo de relação do sujeito consigo mesmo num processo de (auto)constituição.

rico marcado pelas condições de existência que o acontecimento do “sair do armário” possibilitou. Dentro dessa relação serial de acontecimentos, vemos se articular várias composições discursivas de onde lugares enunciativos do sujeito gay foram derivando: podemos observar que num primeiro momento a saída do armário sustentou uma discursividade em torno do ser gay pautada na *liberdade* de expressão da sexualidade; em seguida, o discurso do armário foi enfatizado pela ideia de *diversidade* sexual, a afirmação pela diferença²⁸; mais recentemente, ao discurso da *liberdade* e da *diversidade* acerca da homossexualidade coaduna-se outra prática discursiva, esta sustentada em saberes relativos à *igualdade* de direitos e cidadania.

Qual um acontecimento, a irrupção dispersa na história dessas discursividades que falam, e fazem falar, da homossexualidade conduziu nas últimas décadas um processo de produção/transformação do sujeito homoafetivo e sua existência histórico-social. Nos limites de coexistência dessas discursividades, encontram-se acontecimentos que foram construindo verdades, *dando rosto às coisas*²⁹ e compondo posições subjetivas possíveis para o gay na atualidade. Nesse contexto, tocamos o outro eixo temático desta pesquisa: o casamento gay. Adiantemo-nos, pois, em observar sob que condições há correlação entre ambos os temas, *saída do armário* e *casamento gay* na escrita da nossa história do presente.

28. Este momento caracteriza o movimento gay após o silenciamento causado pela AIDS, como mencionamos antes. Então (ao longo dos anos 90) a homossexualidade vai sendo discursivizada a partir de uma multiplicidade de modos de existência.

29. Cf. Navarro, 2004.

No momento em que se constitui um discurso do casamento gay, dentre saberes, práticas e acontecimentos que aí se articularam, aquele evento do “sair do armário” fará parte de suas condições de emergência e de funcionamento, pois se hoje é possível aos gays pausarem seu discurso na ideia de igualdade e virem a reivindicar direitos civis como o do casamento é porque antes “o clima de rebelião imbuído nos movimentos da década de 60 quando a autoexpressão e o questionamento da autoridade deram às pessoas a possibilidade de pensar o impensável e agir de acordo com as idéias que surgissem, conseqüentemente permitindo ‘sair do armário’” (CASTELLS, p. 240). Pensando ainda com o autor citado, o primeiro ato político do movimento dos homossexuais por direitos consistiu, portanto, em o sujeito gay identificar-se como tal.

Desse ponto de vista, e ainda no rastro da revolução sexual, os gays, a exemplo das mulheres e dos negros, entenderam que a homossexualidade vivida no gueto ou no *armário* não trazia consequências políticas, uma vez que se encerrava na ideia de uma “opção” que destoava do padrão heterossexual e cujos sentidos se inscreviam, sobretudo, no âmbito privado da individualidade sem qualquer filiação ao domínio do direito e da cidadania. Assim, a produção de um discurso sobre os direitos civis gays só é possível na especificidade dessas condições históricas onde o sujeito tem que cruzar a soleira do *armário* da invisibilidade e dar a saber sua existência, pois somente assim poderia constituir demanda pelos direitos comuns aos demais cidadãos.

Tratando desta questão, Câmara (2002) registra que, quando da elaboração da Constituição de 1988, o movimento gay no Brasil tentou, sem êxito, incluir naquele documento a expressão *orientação sexual* entre os motivos impeditivos de discriminação. Naquele período, muito mais que hoje, era comum referir-se à homossexualidade como *opção* ou *preferência sexual*. A resistência do movimento a estas denominações argumentava que a ideia de escolha que elas carregam implica uma tomada de decisão livre, que como tal, pode ser avaliada e julgada, inclusive moralmente. Já o termo *orientação sexual* pretendia evitar a discussão das causas da homossexualidade, porque mais genérico, abarcava um maior número de identidades e comportamentos sexuais, inclusive o heterossexual.

Isto posto, o acontecimento do *coming out*, cujos efeitos tornariam possível a irrupção do casamento gay na ordem discursiva da atualidade, não restringiu sua inscrição histórica aos últimos decênios do século XX, integrando a *cronologia dos acontecimentos sucessivos e simultâneos* (FOUCAULT, 2008b) acerca da homossexualidade, mas tornou-se um elemento ressoante de forte significação social em nossa cultura. Pensando com Sedgwick (2007), a *epistemologia do armário* não é um tema datado, senão uma estrutura narrativa tão elástica que “o reino do segredo revelado” continua produtor, sobretudo nas “antenas finas da atenção pública, o frescor de cada drama de revelação gay [...] parece algo ainda mais acentuado em surpresa e prazer” (p. 21).

É pertinente ressaltar que mesmo mantendo um lugar de memória no espaço da discursividade gay, o enunciado “sair do armário” passou a derivar na história recente para domínios além da sexualidade. Para a autora citada, esses deslocamentos sugerem como a metáfora do armário está perto do centro de outros pares básicos que organizam as relações sociais na cultura moderna: masculino/feminino, maioria/minoria, natural/artificial, etc.

A propósito disso, pudemos observar em recente episódio na mídia a inscrição histórica e o funcionamento discursivo do sair do armário em relação ao casamento gay: em abril deste ano, uma intensa produção discursiva sobre o casamento gay ganhou corpo na mídia após a cantora Daniela Mercury publicar numa rede social que estava vivendo com uma mulher.



Figura 10: capa da *Época*, 08 abr. 2013. Figura 11: capa da *Veja*, 10 abr. 2013

Da imensa circulação de enunciados que se deu em torno deste evento, tomamos a série composta pelas capas de duas das principais revistas de circulação nacional em que ambas entrecruzam indistintamente os eixos temáticos desta tese, num *choque opaco de acontecimentos*, em vocabulário pecheuxtiano (1995). Primeiramente, o enunciado-capa da revista *Época* nos coloca – assim como qualquer enunciado analisado dentro de uma série – diante da necessidade de percorrermos as redes de significantes que permitem colocar em evidência “materiais discursivos preexistentes, subjacentes à sua construção” (PÊCHEUX, *apud* MALDIDIER, 2003, p. 85).

Na materialidade sincrética desse enunciado, o elemento de maior presença é a bandeira do movimento gay. Sua existência intradiscursiva aparece em um duplo registro: na sequência verbal da manchete e na figura icônica da bandeira que parece tremular ao fundo e sobre a qual é estampada a foto do casal. Contudo, à bandeira da diversidade sexual outros registros discursivo-semiológicos, vindo de outros lugares, se cruzam no enunciado da fig. 10. Por exemplo, a imagem da capa é uma daquelas que o casal publicara dias antes na rede social ao declararem o relacionamento.

O conjunto dessa materialidade verbo-visual dá lugar a um *interdiscurso* (PÊCHEUX, 1995; 2007) que evidencia o ato de confessar-se gay, vide a fala da cantora entre aspas, ancorada na ideia do casamento: “[...] comuniquei o meu casamento para usufruir minha liberdade”. E nesse sentido, o “assumir-se” retorna àquele lugar discursivo da militância dos anos 70's, ao reconstituir uma memória de

ditos como “levantar bandeira”, e quando caracteriza o *outing* da artista como “protesto político”.

Este retorno à ideia da homossexualidade como bandeira política produz uma descontinuidade discursiva, própria do método de análise sobre o arquivo, em ralação ao enunciado da figura 8 da edição 12/05/2010 da revista *Veja* (analisado na seção 2.4), naquela que apresentava o conceito de militância gay como um posicionamento já quase anacrônico. E este sentido do “fora de moda”, do que já não mais faz parte da nossa atual formação histórica, que parece ter colado à ideia de militância, particularmente, mas não exclusivamente gay, desde mais ou menos a virada do século é materializado em “Daniela Mercury, transforma em protesto político o ato de assumir...”. A partir disso e de tudo o que já refletimos acerca da “saída do armário”, o que a produção discursiva da mídia parece nos dizer é que, esvaziada da concepção política que lhe fora constitutiva, a prática do sair do armário ganha contornos de espetáculo à contemplação pública. Todavia, cabe ao sujeito que se “assume” transformar, mas apenas em condições estritas³⁰, esse momento numa luta política.

Nesta mesma perspectiva, o enunciado-capá de *Veja* (c.f. figura 11) desloca o foco da discussão para a temática do casamento gay, que é posto como “uma questão inadiável no Brasil”. Figuram intradiscursivamente nessa direção a aliança no dedo da cantora, e no registro

30. Toda a produção discursiva na mídia sobre o evento acionava a polêmica envolvendo o presidente da Comissão dos Direitos Humanos e suas declarações sobre negros, mulheres, gays como sendo elemento motivador da “revelação” de Daniela Mercury.

lexical “esposa”, “união homossexual”. A fim de enfatizar as possibilidades históricas do discurso que as duas revistas fazem circular, trazemos as palavras de M. Pêcheux quando nos diz que no enunciado “a presença-ausente de um ‘não-dito’ atravessa o ‘dito’ sem fronteira assinalável” (*apud* MALDIDIER, 2003). Nesse caso, o enunciado de *Veja* parece reencontrar outras emergências históricas que lhe são externas e se produzem aí nessa *configuração interdiscursiva* (FOUCAULT, 2008b).

Portanto, esta análise nos oferece o acontecimento desse enunciado da revista constituindo um tema que tem entrado na ordem discursiva da política mundial. Sua irrupção amplamente narrada, ao mesmo tempo em que países – Uruguai e Nova Zelândia – aprovavam o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a mídia mundial noticiava o início da votação sobre o tema na Suprema Corte americana, bem como da discussão no parlamento francês, é trabalhada no discurso das revistas no sentido de inscrevê-lo nessa polêmica ordem do discurso que através da mídia compõe a história do presente.

Pelo viés de todo o exposto, entendemos que as figuras 10 e 11 ilustram o funcionamento do discurso da mídia na fronteira limítrofe entre as discursividades – saída do armário, casamento gay – por onde se dispersam práticas subjetivadoras do sujeito homoafetivo. Para legitimar seu discurso e distribuí-lo conforme um “verdadeiro” da época (FOUCAULT, 2008a) à sociedade, a mídia realizou todo um trabalho estratégico-discursivo fazendo com que a questão do casamento gay viesse a se sobredeterminar ao acontecimento da “revela-

ção pública” da homossexualidade de um artista. Por meio de um jogo retórico a mídia fez trabalhar significações que pretendem tornar inequívoca a relação entre o *outing* da cantora e o “inadiável” debate sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo no Brasil. Contudo, quando examinamos mais detidamente essa *univocidade lógica* (PÊCHEUX, 2008) da mídia sobre os dois termos desta equação (saída do armário → casamento gay), o que encontramos é o funcionamento do discurso regulado por uma *vontade de verdade* que (trans)forma a realidade em que se encerra.

Como estratégia discursiva para por o casamento gay na ordem do enunciável, ou seja, para que este tema “possa, enfim, tomar a forma do discurso” (FOUCAULT, 2008b, p. 49), de um discurso “verdadeiro”, a mídia o inscreve em um regime de enunciabilidade³¹ onde o mesmo tem o lugar de um objeto político. Contudo, no plano das visibilidades, o que vemos é o registro de momentos da intimidade de um casal, com fotos de beijos, carícias, poses ensaiadas, imagens que parecem montar um “álbum do casal”³². Discursivamente, as revistas citadas se esforçam, sobretudo, para neutralizar no acontecimento de publicização do relacionamento gay da artista qualquer efeito de sentido que caracterize aí a livre manifestação da individualidade e, de igual modo, dissipar a possível ideia de espetacularização da intimi-

31. Ao tratar das formações históricas no trabalho de Michel Foucault, G. Deleuze (2005) defende que no que respeita aos saberes, aquilo que ganha existência em dada época só é possível segundo o regime por onde se entrecruzam o visível (as visibilidades) e o enunciável.

32. Ao lado do visível, o enunciável como a chamada: “saiu no instagram” dá a intimidade do sujeito um estatuto de acontecimento, de um instante na história.

dade de figuras públicas, prática comumente atribuída à mídia; antes, fazem uma associação imediata a um ato político cujo corolário seria colocar o casamento gay “irreversivelmente na pauta política” (ÉPOCA, p. 73).

Todavia, quando observamos o funcionamento desses jogos de verdade que a mídia mobiliza (particularmente as revistas *Veja* e *Época* que aqui trazemos) a fim de inscrever seu discurso jornalístico num espaço de enunciação que dialoga com certa ordem do discurso da atualidade, somos imediatamente “arrastados” para a clássica provocação foucaultiana: “por que esta enumeração e não outra?” (2008b, p. 48).

Estamos interrogando, pois, a aparente evidência lógica entre as discursividades que as revistas entrecruzam como causa e efeito nos enunciados de suas capas: “celebridade X assumiu um relacionamento com alguém do mesmo sexo nas redes sociais: em debate, o casamento gay no Brasil”. Por que só é possível a emergência do casamento gay no espaço da mídia jornalística tradicional a partir da exposição da intimidade de algum famoso e não, por exemplo, através de uma discussão sobre um projeto de lei de casamento civil entre pessoas do mesmo sexo protocolado na Câmara dos Deputados há mais de dois anos?³³

33. Os deputados federais Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Érika Kokay (PT-DF) tocam a pauta de uma Proposta de Emenda Constitucional denominada de “Casamento civil igualitário” que estende o direito ao casamento civil a casais do mesmo sexo no Brasil. No entanto, este debate proposto pela esfera legislativa parece não ter adquirido o estatuto de um objeto discursivo no espaço midiático das revistas de notícia.

Não podemos deixar de observar que esta materialidade que a mídia nos dá a ver no discurso das revistas, se produz ao mesmo tempo em que reproduz um lugar para nós na história. Esse “nós”, pensado aqui *stricto sensu*, o brasileiro a quem comumente se atribui não gostar de discutir questões políticas, mas que dispensa grande atenção à intimidade alheia. Essa história do que nos constitui enquanto sujeito, mas também como coletividade social, se (re)afirma na materialidade discursiva das revistas. Nelas, se discursiviza o casamento entre pessoas do mesmo sexo por um regime de enunciação que sobrepõe à possibilidade de discussão do tema por uma proposição legislativa o acontecimento espetacularizado da revelação da intimidade de uma figura pública.

Portanto, a mídia constituída enquanto *espaço de visibilidades* em torno do casamento gay, reverbera determinados sentidos sobre o acontecimento: a revelação pública do sujeito homoafetivo. Sua produção enunciativa controla, ordena e classifica fatos na história. Ao enunciar, as revistas investem seu discurso de uma vontade de verdade cujos efeitos produzem sítios de significações para o sujeito contemporâneo possibilitando-o um instante na história. Ressoa aqui a voz de Barthes (2010) quando chama nossa atenção para o papel do mito no processo de “apagamento” da relação deste com a contingência histórica ao mesmo tempo em que induz a uma naturalização do que nos é dado a ver da vida cotidiana. Para o semiólogo, o mito em sua aparente transparência faz parecer *óbvio* o que é *obtusos*, estabelece um arranjo de representações que aponta para uma realidade.

Com isso, o mito não deixa ver as contradições constitutivas das nossas práticas cotidianas, mas trata de significá-las nas ideias de uma natureza evidente e inequívoca dos acontecimentos em nossa volta: o mito é uma forma de linguagem.

O aparente efeito de unidade produzido nesse acontecimento mediado nos faz ver o funcionamento das estratégias discursivas de que lança mão o sujeito que enuncia a fim de produzir “discursos de verdade”. Temos aí uma produção de verdade pelo poder, pois como mostrou M. Foucault (2001, p. 101): “existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso”.

Um último aspecto, que não nos pode escapar, referente à análise da discursividade desencadeada com o acontecimento em torno “do caso Daniela Mercury” envolve o papel da materialidade dos enunciados condicionando a produção de sentidos acerca do sujeito e da homoafetividade. É dessa materialidade dos enunciados em sua espessura histórica, e não apenas nos registros formais da língua, que processos discursivos relativos à homoafetividade se desenvolvem no espaço midiático.

Um exemplo disso está no seguinte enunciado da chamada de capa da revista *Época* (2013): “Daniela Mercury transforma em protesto político o ato de *assumir seu lado homossexual*” (grifo nosso). É sobre este fragmento da linguagem que incide a nossa reflexão. Ao mo-

bilizar este recorte – “assumir seu lado homossexual” – em sua materialidade enunciativa, a revista retoma uma construção da língua, socialmente repetida nos discursos envolvendo a publicização da homossexualidade, e com ela, efeitos de sentido historicamente “naturalizados” pelos discursos ordinários do cotidiano se inserem no jogo dessa formulação.

Disso decorre que, esse dizer discursivo, “assumir seu lado homossexual”, põe em circulação antigos sentidos que cercam a homossexualidade, segundo os quais esta seria uma “opção”, uma escolha deliberada de alguns indivíduos na sociedade. De acordo com esta compreensão, por tratar-se de uma “preferência sexual”, porque arbitrária, a homossexualidade seria um estado transitório próprio da sexualidade, “uma fase”, como dizem alguns pais sobre a homossexualidade dos jovens. Estes sentidos estão ancorados nas condições históricas de possibilidade do enunciado da revista: a cantora Daniela Mercury tivera casamentos, maridos, filhos e netos antes de declarar sua união com uma mulher.

Todavia, a historicidade, que é constitutiva do enunciado, garante que a língua não funcione apenas no nível do significante, e com isso, o sentido possa vir a ser outro. Como afirma Pêcheux (1995), atestando a autonomia relativa do sistema da língua sobre o qual os processos discursivos se desenvolvem não enquanto “expressão de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva, etc. que utilizaria ‘acidentalmente’ os sistemas lingüísticos” (PÊCHEUX, 1995, p. 91), mas no acontecimento que envolve a materialidade do discurso.

Com esta constatação, a sequência enunciativa “assumir seu lado homossexual” põe em evidência sentidos que apontam para uma percepção essencialista da sexualidade em que a homossexualidade não seria uma forma diversa e plena do desejo afetivo-sexual por alguém do mesmo sexo, senão “o outro” da heterossexualidade, e em relação àquela, esta seria a parte essencial de uma díade da pessoa humana. Esta produção de sentido que ora depreendemos a partir do enunciado de *Época* é aquilo que nos está sendo possível estabelecer pelos “feixes de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los” (FOUCAULT, 2008a, p. 51).

Em outras palavras, ao falar de “um lado homossexual” do sujeito, a revista insere este dizer numa rede de relações implícitas e implicações, como a de que se há um “lado homo” que só então foi “assumido”, portanto, há outro lado, nos constituindo enquanto ser humano, “o lado heterossexual”. E mais: este não precisa ser “assumido”, pois sempre esteve lá, qual um dado essencial e “natural” do sujeito. Por esse viés essencialista sobre a heterossexualidade, que subjaz na prática discursiva da revista *Época*, dizeres como “escolha” e “opção sexual” jamais são pensados em relação ao modo de existência heterossexual, mas apenas acerca daqueles sujeitos que de algum modo escapam a esse modelo hegemônico. Sobre o discurso da “opção sexual” Trevisan (2000) afirma que o sujeito faz opção de ser socialmente homossexual, mas não de desejar ser homossexualmente.

O que podemos observar nessas práticas discursivas que circularam na mídia a partir do *outing* da cantora Daniela Mercury é que elas entrecruzam antigos discursos e novos sentidos sobre a homossexualidade. E nos jogos de verdade que aí mobilizam, constroem modos de subjetivação do sujeito homoafetivo ao mesmo tempo em que o objetivam nos sentidos historicamente cristalizados que a linguagem (re)produz.

Cumpramos registrar por fim, que nesta tese não pretendemos constituir um trabalho sentencioso sobre o discurso da *saída do armário* e do *casamento gay*, se o desempenho dessas sucessivas discursividades seria certo ou errado, mas mostrar que este discurso só se torna possível porque assume um *status* de verdade e se institui dentro da ordem do enunciável de nossa época.

Casamento Gay e a produção do sujeito no funcionamento discursivo

O que é nem sempre foi; ou seja, é sempre na confluência de encontros, de acasos no decorrer de uma história frágil, precária, que se formam as coisas que nos dão a impressão de serem as mais evidentes.
FOUCAULT, 2006c, p. 249

3.1 Entre afirmação sexual e direito civil: um deslocamento estratégico

A emergência discursiva da questão do casamento gay na agenda política em várias democracias ocidentais só se tornou possível como efeito de um conjunto de acontecimentos que foram delineando uma conjuntura histórica específica em que posicionamentos enunciativos outros se produziram acerca do sujeito homoafetivo e a sexualidade, conforme discutimos anteriormente. Com efeito, o movimento da “saída do armário” foi o primeiro passo nesse *turning point* em torno da homossexualidade, da condição de objeto para a construção de um lugar de fala sobre si, agora enquanto sujeito. A partir dessa

nova posição discursiva, engendrada como possibilidade de afirmação sexual³⁴, o sujeito homoafetivo passa, então, a inscrever-se em outros domínios de verdade sobre a homossexualidade. Inclusive, reinscrevendo-se enquanto modo de existência, mas sob outros jogos de verdade, em *saberes* já frequentados ao longo da história: referimo-nos aqui ao discurso jurídico.

Saberes, na acepção arqueológica que trabalhamos, compreendem conjuntos de elementos “formados por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar” (FOUCAULT, 2008b, p. 204). Um saber é, nesse sentido, tudo aquilo de que é possível falar nos limites de um domínio discursivo. Desse espaço, ou desse saber, é que o sujeito se posiciona acerca dos objetos de que trata em seu discurso. O aparecimento de um enunciado, suas aplicações, mudanças, transformações, ou seja, toda produção enunciativa está subordinada à apropriação de um saber pelo discurso.

Assim, ainda que outrora, quando da “explosão discursiva” em torno da sexualidade nos séculos XVIII e XIX, tenha sido devidamente submetida ao escrutínio de um saber jurídico, na atualidade, a existência do sujeito, cuja relação com a sexualidade se dá fora das noções heteronormativas, adquire outro lugar discursivo no domínio do Direito. Imagem aparentemente distante, quando olhamos no es-

34. O que se compreende aqui por afirmação sexual engloba um diversificado conjunto de práticas discursivas e sociais que consistem em alguma forma de se declarar socialmente modos de realização da sexualidade que não se conformem a um modelo heterossexual hegemônico, quer sejam enquanto identidade sexual, de gênero ou orientação sexual.

pelho retrovisor da história, a figura do sujeito “reincidente” (e suas denominações: sodomita, pervertido), alvo de condenações judiciárias em função de sua prática sexual, ressoa incongruente na sociedade dos dias atuais, em que o sistema jurídico enquanto saber, sobretudo um saber-poder normativo, vem reconhecer e legitimar esse sujeito em seu modo de experiência com a sexualidade, estabelecendo, assim, verdades e práticas sociais para a nossa época.

Uma vez diagnosticada essa modificação no campo do saber jurídico e suas práticas em relação ao sujeito e à homossexualidade, e considerando que essas práticas são “concebidas ao mesmo tempo como modo de agir e de pensar que dão a chave de inteligibilidade para a constituição correlativa do sujeito e do objeto” (FLORENCE, 2006, p. 238), pois ambos são constituídos historicamente apenas em certas condições simultâneas, um questionamento nos interpela neste ponto do trabalho: como o tema do casamento entre pessoas do mesmo sexo passou a ser colocado na pauta de reivindicação política? Ou seja, quem o fez, e a partir de quê?

O entendimento desta questão nos parece imprescindível na apreensão das reflexões que propomos com esta pesquisa. Desse modo, podemos começar afirmando, em termos amplos, que na esteira das lutas pelos direitos humanos e liberdades individuais que se intensificaram desde a segunda metade do século XX, houve uma mudança estratégica no discurso do movimento gay: o objeto desse discurso

deslocou-se do político/ideológico³⁵ para o domínio do direito/cidadania. Com isso, podemos afirmar que como corolário desse deslocamento, direitos LGBTs, como o casamento gay, têm ganhado espaço nas questões políticas mundiais³⁶.

Pensamos com Michel Foucault (2008b) que é através da dispersão de acontecimentos que se caracteriza e se define um tipo de discurso. O que possibilita a existência de dado discurso são as diversas descontinuidades que irrompem na história. Nessa perspectiva, o casamento gay tem seu lugar discursivo na *fronteira histórica* de uma série de outros acontecimentos. Precisamos, portanto, fazer aparecer sua “multiplicação causal” (FOUCAULT, 2006c), ou seja, os múltiplos processos que o constituem: as conexões, encontros, bloqueios, apoios, os jogos de verdade e estratégias que possibilitaram sua formação que, como acontece a objetos históricos à luz das relações de saber/poder, logo são apresentados como evidentes. Por isso, devemos analisá-lo em sua condição de acontecimento, como na metáfora foucaultiana (*op. cit.*), “polígono de inumeráveis lados”, em virtude da quantidade de elementos que se articulam na sua formação.

Dentre essa cadeia de acontecimentos em que o casamento gay figuraria posteriormente enquanto discursividade na esfera pública,

35. Estamos considerando neste caso, o desenvolvimento inicial do movimento gay, marcadamente identificado por um viés militante cuja ênfase, sucessivamente, foi dada à liberdade sexual e à afirmação pela diferença.

36. É importante mencionar que mesmo integrando o amplo leque dos direitos e das liberdades individuais, o tema do casamento homoafetivo no Brasil e nos diversos países que discutem a questão ganhou um viés abertamente político, polarizando no espaço público um direito, em princípio, inerente ao domínio privado da intimidade.

destacamos antes o processo de despenalização e o da desmedicalização (ARÁN, 2013) da homossexualidade. O primeiro significou a retirada das práticas sexuais homoeróticas dos códigos penais em diversos países ao longo das últimas décadas do século passado. O segundo marcou a saída da homossexualidade do catálogo de Classificação Internacional das Doenças³⁷. Isso se deu inicialmente nos Estados Unidos e na Europa e, em 1985, o Conselho Federal de Medicina no Brasil também veio a reconhecer. Estes eventos jurídico-institucionais visando à proteção dos indivíduos das muitas formas de discriminação, e ao lado da visibilidade que os gays vinham tendo desde a estratégia do *gay power* e do *coming out* na década anterior, deram lugar a certa tolerância, ainda que fundamentalmente no domínio privado, por parte da sociedade às relações homossexuais.

A introdução desses eventos – a descriminalização e a despatologização da homossexualidade – nessa arqueogenealogia do sujeito homoafetivo e o casamento nos faz perceber como o discurso médico-jurídico se configura em nossa sociedade num “lugar de verdade” a partir do qual vemos se formar um diversificado domínio de objetos e saberes relativos à homossexualidade: *coming out*, homofobia, família homoparental, casamento gay podem ser identificados como alguns dos elementos mais gerais desse quadro.

O resgate desses momentos que recobrem a história do sujeito na relação com o casamento homoafetivo, das práticas de saber-poder

37. A partir de então, a comunidade gay passou a rechaçar o emprego da terminologia homossexualismo em vista do sentido ligado à patologia, que lhe fora constitutivo.

que desencadeiam os processos de constituição desse sujeito atestam o funcionamento do dispositivo. Do dispositivo da sexualidade de que falávamos no capítulo I. Com efeito, trata-se daqueles “enunciados científicos”, como escreveu Foucault (2001, p. 138), que compõem o dispositivo em sua dimensão enunciativa. Afinal de contas, foi preciso que o Direito e a Medicina enunciassem, desautorizando antigos códigos médico-legais que estigmatizavam as práticas homoafetivas, ora na forma de crime, ora como patologia. E é no sentido disso que, no início do capítulo anterior, ao falarmos da “explosão discursiva” em torno da sexualidade ocorrida entre os séculos XVIII e XIX, observamos que a prática da ciência fora determinante no modo como o poder e o sexo se relacionam ainda hoje.

Todavia, será o advento da AIDS que vai retirar definitivamente o sujeito homossexual e suas relações afetivas do âmbito da intimidade³⁸. Em torno disso, Arán expõe:

Naquela época, a homossexualidade era associada a uma forma de socialização libertária, a um modo de vida celibatário e à diversidade de parceiros sexuais. Porém, à medida que avançava a epidemia, tornava-se visível a fragilidade jurídica de inúmeros casais que, em função da perda de um dos companheiros, não tiveram acesso aos bens adquiridos com esforço mútuo, sendo excluídos da participação na herança, além de outras injustiças (2013, p. 3).

38. Uma rápida busca em arquivos da mídia da época, encontramos casos de demandas judiciais entre as famílias e os parceiros, que muitas vezes eram impedidos de voltar a entrar no lar em que viveram, mesmo para retirar os próprios pertences. A homossexualidade encontra-se, então, no limite entre o discurso da saúde e o da justiça.

Essa realidade evidenciou a problemática da conjugalidade homossexual, que até então, era invisível, ou não era um objeto discursivo. Desse modo, o que antes era concedido e tolerado no espaço privado tornou-se um problema, pois o reconhecimento público da existência de um laço afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo deslocou a questão da homossexualidade para o campo do direito civil. Surgida inicialmente em função da questão do direito patrimonial, a conjugalidade homossexual trouxe à ordem do dia, além da temática dos laços sociais homossexuais, a possibilidade da homoparentalidade (filiação e adoção homossexual). Ainda segundo a autora acima referenciada, houve, desde então, uma mudança no modo de ver as relações homoparentais (aquelas formadas entre pessoas do mesmo sexo) a partir de estudos que atestam não haver diferença no desenvolvimento de crianças criadas por casais do mesmo sexo e aquelas criadas em famílias heterossexuais. Como prolongamento disso, vimos surgir a ideia de família homossexual e conseqüentemente um novo posicionamento no debate que se abria sobre o casamento gay.

Diante desse estado de coisas, a luta do movimento gay passa a se caracterizar por novas posições discursivas ancoradas na ideia de *igualdade de direito*. Esses novos elementos e os efeitos de sentido acerca das relações homoafetivas que daí decorrem empreenderam um deslocamento estratégico na pauta LGBT onde a problematização colocada por esses sujeitos passou a ser organizada em torno do princípio da *cidadania*. No contexto brasileiro, esse giro estratégico na

constituição do discurso reivindicatório gay passou antes por uma rede de conexões do movimento com o Estado (SIMÕES & FACCHINI, 2009). Em certo sentido, após o contato com o governo através das ONGs e grupos que demandavam políticas públicas de combate à AIDS desde o final dos anos 1980, o movimento gay foi cooptado pelo poder público através do apoio ao movimento e da incorporação da legenda LGBT à militância político-partidária³⁹.

A movimentação do discurso que hoje traz ao debate o casamento entre pessoas do mesmo sexo está bem ilustrada na transformação dos temas propostos pela parada da diversidade sexual de São Paulo ao longo de quase 20 anos⁴⁰: em 1997, a primeira parada teve como tema “somos muitos, estamos em todas as profissões” e retomava aquela ideia da necessidade de afirmação e visibilidade surgida nos anos 70; em 2000, o tema se volta à questão da diferença com o título “Celebrando o orgulho de viver a diversidade”. Nos anos seguintes, o enfoque continuou sobre o discurso da diversidade. No entanto, a partir de 2005, o direito e a cidadania passam a configurar como cerne discursivo nos slogans da parada gay: 2005 - "Parceria civil, já. Direitos iguais! Nem mais nem menos"; 2009 - "Sem Homofobia, Mais Cidadania – Pela Isonomia dos Direitos!"; 2010 - "Vote Contra a Homofobia: Defenda a Cidadania!".

39. Atualmente, diversos partidos políticos no Brasil possuem em sua base de militância e filiados núcleos LGBTs, como o *Diversidade Tucana* (no PSDB), *Diversidade PTB*, *Movimento Diversidade PMDB* e outros setoriais tradicionalmente ligados a partidos de esquerda como PT e PSOL.

40. <http://www.paradasp.org.br/home/2013/07.html>

Em estudo acerca do conceito de cidadania, Marshal (1967) faz uma divisão dessa noção em três elementos que se entrelaçam mutuamente, às vezes de modo indissociável:

O *elemento civil*, composto dos direitos necessários à liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça (...) Por *elemento político* se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política (...) O *elemento social* se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar uma vida de um ser civilizado de acordo com padrões que prevalecem na sociedade (MARSHAL *apud* CONDE, 2004, p. 20).

Dentro do amplo conjunto de direitos abrigados nesse vasto guarda-chuva da cidadania, o tema da sexualidade entra como um elemento oportuno para se pensar o direito às liberdades individuais atrelado à questão da cidadania. As mudanças de percepção em torno da sexualidade têm implicado grandes transformações no reconhecimento dos limites da cidadania, pois sinalizam “uma nova dinâmica política de setores da sociedade, que reivindicam necessidade de liberdade e cuja agenda política aponta algumas especificidades: reconhecimento civil da união ‘homoafetiva’; novas possibilidades de organização familiar; necessidade do direito à adoção.” (MOTA, 2008, p. 194). No sentido do exposto, o movimento em defesa do casamento entre pessoas do mesmo sexo marcaria menos o fim de interdições à livre manifestação da

orientação sexual do que o acesso a direitos sociais que tão somente consolidariam o princípio da cidadania humana.

Esta problemática da luta pela conjugalidade homossexual resguardada no direito inalienável à cidadania nos reenvia às teses de M. Foucault (2007a) concernentes aos jogos de poder por onde se digladiam os discursos sobre a sexualidade. Segundo ele, antes mesmo de interrogar aos discursos sobre o sexo que pressupostos morais conduzem ou qual ideologia representam, importa, pois, questioná-los no nível de sua *produtividade tática*, ou seja, que efeitos recíprocos de saber e poder possibilitam e, de mesmo modo, no nível de sua *integração estratégica*: “que conjuntura e que relação de força fazem com que sua utilização seja necessária em um determinado episódio nos diferentes enfrentamentos que produzem” (p. 135). É essa propriedade estratégico-tática dos discursos que possibilita a emergência do casamento gay no debate público, a despeito de todo um conjunto de construções sócio-históricas e do espectro do preconceito que quase nunca se arrefece no campo dessas práticas.

É importante que observemos, então, o modo como os sujeitos atuam em defesa da própria liberdade dentro de determinado sistema de práticas, que “jogo estratégico” eles empreendem no espaço do embate discursivo. É nessa tensão discursiva que o movimento gay hoje em vários países, amparado num princípio de construção da cidadania plena a todos (noção tão intimamente articulada aos ideais de liberdade e igualdade), orienta a discussão sobre o casamento gay

na sociedade de par com os fundamentos dos direitos civis e sociais. Este ponto aparece objetivamente posto em Mota (2008):

A ideia central é que a cidadania não é um fato dado, adquirido naturalmente, mas está articulada com as **relações de poder** de luta na sociedade – por justiça e liberdade dentro de um Estado livre, soberano e laico. Essa noção consolida a ideia de espaço público onde indivíduos interagem e negociam politicamente (p. 198; grifo nosso).

Dessa referência, queremos destacar a ideia das relações de poder como elemento catalisador das lutas por direitos e liberdades, inclusive sexuais. Discutindo a partir de *Microfísica do Poder* (2001), “o poder” enquanto dispositivo não nos permite demarcar seus limites ou exterioridade. A ele, estamos todos, inevitavelmente articulados, e a luta por direitos no campo da sexualidade em nossa sociedade não poderia fugir a isso, pois o mesmo M. Foucault defendia que nos domínios da sexualidade, os modos de regulação e controle sobre os sujeitos se multiplicam. E isso nos dá uma dimensão da resposta possível à interrogação que ele nos propunha: “como se explica que, em uma sociedade como a nossa, a sexualidade não seja simplesmente aquilo que permita a reprodução da espécie, da família, dos indivíduos?” (2001, p. 229).

Considerando a sexualidade como um terreno fértil para a implementação de instrumentos de regulação dos sujeitos, e o poder como elemento constitutivo difuso nas práticas sociais, é pertinente estabelecermos uma relação neste ponto do trabalho com a noção foucaulti-

ana de *governamentalidade*, a fim de ampliar a ideia de que o poder se exerce de forma estratégica e atomizada. Para Foucault (2008d), a governamentalidade compreende “o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, tornado Estado administrativo nos séculos XV e XVI, encontrou-se pouco a pouco ‘governamentalizado’” (p. 111-112). Ou seja, são mecanismos e práticas de intervenção, estatais ou não, sobre a população nas sociedades modernas.

Por um lado, a governamentalidade está ligada à noção de governo como “conjunto de procedimentos, de técnicas, de métodos que garantem a conduta dos homens” (FOUCAULT, 2006c, p. 93), por outro, integra o estágio de ampliação das artes de governo iniciadas com o Liberalismo do século XVIII, o que implicou a introdução de novas técnicas de governo assentadas em tecnologias de regulação e autoregulação dos fenômenos populacionais. Entre estes, estão os fenômenos variáveis da população, como crescimento, mortes, casamentos, reprodução. Nesse sentido, a governamentalidade põe em evidência a gestão dos problemas da população no contexto moderno em que o Estado “se ocupa em respeitar os sujeitos de direito e a liberdade de iniciativa dos indivíduos” (FOUCAULT, 2009, p. 218).

Levando em consideração esse olhar genealógico para as relações do Estado com os problemas da população, a emergência do casamento entre pessoas do mesmo sexo atualmente integra o domínio da governamentalidade, pois mesmo que desta façam parte medidas sutis, socialmente disseminadas e capilarizadas, que não pretendem exercer um controle excessivo e explícito sobre os fenômenos próprios

os à população, há na questão do casamento homoafetivo, o papel decisivo do Estado ao reconhecer no âmbito jurídico determinada forma de relacionamento e os sujeitos que dela fazem parte.

Dessa forma, como efeito desse processo de governamentalização do Estado, a regulamentação das uniões homoafetivas é um desses mecanismos de gestão administrativa da vida da população, embora este nasça da reivindicação do próprio sujeito. Mas como mostra Foucault (2006c), a própria existência atual do Estado depende do ajuste contínuo e dos embates entre diferentes táticas de governo, isto é, entre diferentes formas de governamentalidade, “simultaneamente interiores e exteriores” a ele. Dessa forma, a governamentalidade demanda um jogo constante de lutas e enfrentamentos, de táticas de poder.

Esses jogos de poder que envolvem o tema do casamento gay nos dias que correm não podem ser observados como um problema que só interessa a um grupo específico. Em sua natureza singular, esta é uma problemática contemporânea que implica diretamente uma relação de ingredientes do nosso “fazer cotidiano”, pensando com o vocabulário de Michel de Certeau (2008), que envolvem a família, a amizade, o afeto, as paixões, os sucessos e os fracassos, ou seja, “um conjunto de coisas que ao mesmo tempo constituem a trama de nossa vida cotidiana, e a partir das quais os homens construíram seu discurso da tragédia” (FOUCAULT, 2006a, p. 44).

Talvez trágico (na concepção artística do termo), porque tudo isso nos atinge diretamente a vida com suas estruturas sócio-históricas,

estas agora em um momento de inflexão. Uma transformação na sociedade cujo mote é a luta pela igualdade de direitos: afinal, como nos posicionamos enquanto cidadão comum dentro dos novos modelos relacionais e uma série de noções que a estes se relacionam: família, casal, filiação, paternidade, maternidade, reprodução, adoção, parentesco, casamento? O que está em questão, assim nos parece, é que a clássica fórmula heterossexualidade-casamento-filiação, há muito instituída pelo dispositivo da sexualidade como único referencial possível para pensarmos o direito relacional e a cultura em nossa sociedade, está sendo problematizada em face das novas configurações relacionais. Uma mudança de parâmetro que afeta nosso cotidiano em conceitos que, como lembra o teórico social Éric Fassin (2013) sempre procuramos naturalizá-los e então, presumimos que já sabemos do que estamos falando, como se fosse algo óbvio, “tomarmos consciência de que cabe a nós dar-lhes sentido, abre-se um espaço”.

Contudo, dentro dessa arena discursiva há também posicionamentos que, em nome da defesa da ordem naturalizada e vigente, associam o reconhecimento jurídico do casamento gay a um desaparecimento da ordem simbólica familiar. Um modo de interpretar o mundo, onde um preceito moral se transforma em um saber normativo (FASSIN, *op. cit.*). Pelo exposto, a irrupção do casamento gay em seu caráter difuso e descentrado⁴¹, visto articular-se a um interminável

41. Entendemos aqui por *descentralização* o fato do movimento em prol do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo não ter aqueles objetivos dos movimentos revolucionários tradicionais, ou seja, não se trata de mirar ao poder político ou econômico, senão questões mais imediatas e essenciais do nosso cotidiano como o direito e a liberdade.

número de outras questões e acontecimentos, retira mais uma vez a existência do sujeito homoafetivo dos limites reservados à privacidade e o coloca no centro de uma luta política cujos efeitos devem se fazer sentir em nossas práticas e relações cotidianas, para além de qualquer sorte de orientação sexual.

3.2 A emergência do discurso na capa da revista

Uma vez determinado o quadro das condições históricas no qual uma dispersão de acontecimentos tornou possível que o tema da união entre pessoas do mesmo sexo entrasse em dada ordem de discurso, a partir desta seção nos voltamos para os jogos de verdade com os quais a mídia nos oferece o tema em questão na condição de *fato de discurso*. Nesta direção, analisamos as relações discursivas que a revista *Superinteressante* (2004), enquanto instância de emergência para o discurso sobre o casamento gay, efetua para poder torná-lo nomeável e descritível. Por este caminho, trataremos da judicialização das relações homoafetivas como mecanismo de constituição do sujeito gay enquanto objeto no discurso midiático.



Figura 12: capa da *Superinteressante*, ed. 202, jul. 2004.

Fonte: revista *Superinteressante*

Esta capa da edição 202 da *Superinteressante* foi a matriz para a constituição de uma das séries enunciativas do corpus desta tese. Já dissemos de sua escolha como referência discursiva para nosso trabalho sobre o *arquivo*. Porém, falta dizer que, como fragmento nesse arquivo do qual ela faz parte, é na sua materialidade que vemos aparecer inicialmente a temática do casamento gay problematizada pelo viés do direito civil no gênero discursivo-midiático capa de revista. E de pronto reafirmamos: não se pretende fazer uma sucessão cronológica dos enunciados da mídia em torno do tema. A propósito, já bem nos adverte a própria *Arqueologia do saber*: “não se trata de uma busca da origem dos *a priori* formais, dos atos fundadores” (2008b, p. 228). Mas, este recorte significa o momento a partir do qual uma prática discursi-

va se individualiza, “em que se encontra em ação um único e mesmo sistema de formação dos enunciados” (*op. cit.* p. 209).

No trabalho sobre o discurso numa perspectiva arqueológica é imprescindível, como mostrou M. Foucault (*idem*), que correlações sejam estabelecidas entre os acontecimentos da história que estão ligados a determinado discurso dentro de um espaço comum. Pensando nisso, é preciso que observemos as condições históricas sob as quais esta capa de revista torna-se um lugar de aparecimento para um discurso sobre o casamento gay. De que práticas e discursos já pronunciados esta revista se vale para poder estampar as novas práticas relacionais do homem contemporâneo, fazendo entrever os corpos, as vozes, os silêncios e as experiências que desenham o nosso cotidiano?

Dentro do processo de transformação histórico e político-cultural em andamento na sociedade ocidental desde o primeiro decênio do século XXI, está a discursivização sobre direitos dos grupos LGBTs e dentre eles, figura o do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Este parece ser o que mais tem mobilizado o debate mais recente em torno dessas questões legais, conforme mostra a chamada de capa da *Superinteressante* (2004). Contudo, concernentes à emergência desta capa, outros eventos que a recortam precisam ser assinalados: em 2004, a temática do casamento gay tornou-se objeto do discurso político durante a campanha presidencial nos EUA⁴² depois que o Estado

42. O então presidente George W. Bush, contrário ao casamento de pessoas do mesmo sexo, era reeleito e dentro de sua plataforma política estava a defesa de que o “casamento é uma instituição sagrada entre homem e mulher”.

americano de Massachusetts tornou-se o primeiro naquele país a reconhecer o casamento entre pessoas do mesmo sexo, assim como já havia feito Holanda e Bélgica na Europa entre 2001 e 2003.

No Brasil, em 2004, a Corregedoria Geral de Justiça do Rio Grande de Sul permitiu que pessoas do mesmo sexo pudessem registrar em cartório documentos que comprovem sua relação estável; dois anos antes, a Justiça Federal daquele mesmo Estado emitiu parecer favorável para que o INSS considerasse dependente, no caso de pagamento de pensão por morte, companheiros homossexuais (SIMÕES & FACCHINI, 2009)⁴³. Na mesma época, ficou conhecido no país o caso da cantora Cássia Eller, recém-falecida, no qual a justiça concedeu a guarda do filho da artista à companheira com quem vivia há 13 anos. Regulados pela dispersão em que se localizam, esses episódios, nos EUA, na Europa e no Brasil, mantêm um sistema de regularidades: o prenúncio de uma transformação em conceitos e valores de função historicamente normatizadora em nossa cultura, que são a família e o casamento.

Esta edição da *Superinteressante* de julho de 2004 aparece sobre o pano de fundo desses acontecimentos discursivos que enumeramos. É a sua relação com esses fenômenos sócio-históricos específicos que a coloca no campo do discurso com que ora nos ocupamos. E para a análise que desenvolvemos, é preciso tratar o discurso no jogo de sua instância, acolhê-lo em cada momento de sua irrupção de acontecimentos, pensando conforme a *Arqueologia foucaultiana* (2008a).

43. Posteriormente, esta decisão passou a vigorar em todo o país.

Somente a partir desses fatos do discurso descritos é que o tema casamento gay adquire na revista um estatuto de objeto discursivo. Enquanto tal, a questão das uniões homoafetivas sai da jurisprudência constitucional dos tribunais e passa a ser descrita discursivamente na revista que, como suporte midiático, é também uma das instâncias de emergência dessa nova discursividade⁴⁴.

Como superfície na qual vemos surgir dado discurso sobre o casamento gay, a edição da *Superinteressante* empreende uma série de relações discursivas com outras instâncias sociais que instauram o casamento gay enquanto objeto possível em um sistema de delimitações e especificações. Isto quer dizer, para problematizar o tema a partir dos “direitos fundamentais negados aos homossexuais” (questão convencionalmente tida como polêmica, e pouco discutida à época), a revista o faz articulado a determinado *jogo de verdade*: a chamada de capa da revista lista alguns direitos a que casais do mesmo sexo não têm acesso e interroga o lugar de verdade que legitima essa prática no contexto brasileiro.

Ao questionar o *status quo* das uniões entre casais do mesmo sexo em nossa sociedade, a prática discursiva da revista emprega um conjunto de relações com outros campos que também determinam o objeto desse discurso. Este gesto dá lugar a uma nova posição discursiva para o sujeito gay: agora, também objeto de um saber jurídico.

44. Cabe neste ponto uma distinção entre a problemática do casamento entre pessoas do mesmo sexo enquanto objeto do discurso jurídico e a discursivização desse tema na mídia, que é o objeto de nossa tese. Neste caso, esse discurso tem na revista uma das superfícies primeiras de sua emergência, noção proposta em *Arqueologia do Saber*.

Enquanto superfície de emergência para estes enunciados que temos diante de nós, e não outros, acerca do casamento gay, a revista é, ao mesmo tempo, uma *instância de delimitação* (FOUCAULT, 2008b) desse objeto, ou seja, aquela que adquire o direito de falar sobre o mesmo. Mas esses dois níveis de descrição – da superfície de emergência e da instância de delimitação – não seriam suficientes para termos constituído nas páginas da revista o objeto discursivo que ela nos apresenta, pois bem sabemos que “o discurso é algo inteiramente diferente do lugar em que vêm se depositar e se superpor, como em uma simples superfície de inscrição, objetos que teriam sido instaurados anteriormente” (*id. ibidem*, p. 48). Desse modo, é necessário que analisemos *as grades de especificação*: “trata-se de sistemas segundo os quais separamos, opomos, associamos, reagrupamos, classificamos, derivamos” (*id. ibidem* p. 47) entre um e outro objeto, quer dizer, a condição que nos permite estabelecer repartições entre aquilo que distingue um mesmo objeto nas várias práticas que o discursivizam.

Será nessa direção que o discurso midiático da *Superinteressante* sobre o casamento gay encontra no campo do Direito um lugar de enunciação onde aquilo que é dito produz efeitos de verdade sobre os sujeitos. E de início, a revista já expõe que seu objetivo “não é discutir se duas pessoas do mesmo sexo têm o direito de viver juntas, mas se o Estado deve reconhecer tal relacionamento da mesma maneira como faz com um homem e uma mulher. Mesmo porque, ao pé da letra, não há nada na Constituição brasileira que proíba a união gay” (SUPERINTERESSANTE, 2004).

Dessa maneira, a possibilidade de que os casais do mesmo sexo possam legalizar suas uniões e, conseqüentemente, ter acesso aos mesmos direitos civis que os casais heterossexuais passa a fazer parte do universo discursivo no dispositivo da sexualidade de nossa época. O discurso da revista faz desse objeto, “o casamento gay”, uma realidade, isto é, o faz ganhar existência. Nessa perspectiva, Veyne (2008) reafirma que um certo regime de verdade e uma série de práticas (como a prática discursiva da *Superinteressante*) formam um dispositivo de saber-poder que inscreve no real aquilo que não existe.

Ainda sobre o funcionamento dos elementos do discurso, além do Direito, a moral religiosa é também uma das *grades de especificação* do objeto, a qual a revista recorre a fim de estabelecer oposição entre a noção de casamento religioso e o casamento civil, reivindicado pelos casais do mesmo sexo, no sistema jurídico. É a partir do feixe de relações que a revista estabelece com essas diferentes instâncias que especificam o casamento enquanto prática social que vemos ganhar corpo em suas páginas um regime de verdade que produz outro discurso sobre os casais do mesmo sexo. Discurso que instaura novas posições discursivas para a homossexualidade no interior das demandas dos novos sujeitos de direito⁴⁵. Na revista, o sujeito das relações homoafetivas passa a se inscrever, no trajeto de sua constituição histórica, em outro domínio discursivo, o jurídico: efeito dos proces-

45. É possível pensarmos aqui nos diferentes grupos que desde meados do século XX têm sido o foco de políticas públicas que lhes dão um reconhecimento jurídico como cadeirantes, idosos, empregados domésticos, deficientes em geral.

sos de governamentalidade, de que falamos antes, sobre os sujeitos em nossa sociedade.

Observamos que é esta *judicialização* do sujeito gay que torna possível objetivá-lo pelo discurso midiático da *Superinteressante*. Dessa forma, o que estamos nomeando, num primeiro momento, de judicialização do sujeito homoafetivo se caracteriza no agenciamento das relações entre casais do mesmo sexo por um regime jurídico que visa amparar legalmente esses sujeitos. Consequentemente, enquanto modo de existência, esses relacionamentos ganham novos sentidos na estrutura social que vão além dos limites afetivo-sexuais que lhes são constitutivos.

Esse novo saber sobre o sujeito, saber enquanto prática, pois corresponde a tudo aquilo que é possível ser dito num dado domínio discursivo acerca do objeto, passa a existir não só como uma peça no dispositivo da sexualidade, mas articulado também a uma estrutura político-econômica. Ao lado desses domínios da Política e da Economia, e suas práticas disciplinares, forma-se um saber que judicializa as relações homoafetivas. Como todo saber, seu advento só é possível a partir de condições históricas de onde se formam os novos sujeitos do conhecimento.

Portanto, é no modo específico como a revista articula o discurso jurídico que tem lugar esse objeto, da relação entre as diferentes superfícies em que ele pode aparecer, em que pode ser delimitado, analisado e especificado: o Direito, a moral religiosa, a instituição jornalística que a própria revista é. São também estas relações que caracte-

rizam o próprio discurso da revista enquanto prática. Esta, apoiada no princípio constitucional de que “todos somos iguais perante a lei”, passa a falar de seu objeto – o casamento gay⁴⁶ – que por seu caráter legal, caberia ao Estado assegurá-lo a todo cidadão indistintamente; parece-nos ser nesse sentido que se exerce a *função enunciativa* na revista, à qual passaremos a seguir.

3.3 A lei das enunciações em *Superinteressante* e o exercício da função enunciativa

Ainda sobre a análise das condições de emergência do tema do casamento gay enquanto objeto do discurso midiático, destacaremos o posicionamento da revista *Superinteressante* acerca do mesmo. E ao fazê-lo, estamos evidenciando como se exerce a *função enunciativa* na revista, qual a lei de seus enunciados e o lugar de onde vêm. Para isso, devemos considerar que o exercício da função enunciativa se dá sob condições e regras estritas: neste ponto, estamos pisando o terreno da *raridade dos enunciados*, isto é, o aparecimento de determinado enunciado exclui a possibilidade de existência de outros dizeres. Se nem tudo pode ser dito, tampouco qualquer um pode dizê-lo, parafraseando a máxima foucaultiana, qual seria, pois, o estatuto do sujeito enunciativo na *Superinteressante*, ou seja, quem fala? A quais

46. Será justamente por efeito desse lugar de fala do qual a revista passa a enunciar, que os dizeres sobre relacionamentos homoafetivos e os sujeitos aí envolvidos são atravessados pela prática discursiva jurídica.

lugares institucionais seu discurso se refere? Que posição ocupa em relação ao discurso sobre o casamento gay?

Diante desse conjunto de questões, podemos começar olhando para a revista como um dispositivo da mídia que põe em circulação, e ao mesmo tempo procura legitimar, um discurso sobre o que ela denomina de “casamento gay”. Sendo o discurso “um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos” (FOUCAULT, 2008b, p. 61), a revista, instância autorizada a trazer práticas e acontecimentos do cotidiano para o campo discursivo midiático, também se caracteriza pela dispersão do sujeito que nela exerce o discurso. No caso específico da *Superinteressante*, verificamos que seu status de enunciador se realiza dentro de uma linha editorial em que os textos enfatizam curiosidades científicas e culturais e de forte penetração no campo educacional. Desse lugar, cabe a ela articular em suas páginas nossos laços descontínuos com a história e as emergências do presente que não cessam de projetar o homem contemporâneo.

Enquanto lugar de fala instituído, a revista não profere seu discurso por si mesma, mas o obtém de diferentes *lugares* autorizados, como da pesquisa que dá conta de que “pelo menos 37 direitos são negados aos casais homossexuais”. A revista parte deste dado concreto de informação para então ocupar determinado posicionamento discursivo sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo, produzindo diversas *modalidades de enunciação* em relação ao tema. Na descontinuidade dos planos de onde fala, o sujeito enunciativo na re-

vista assume uma posição questionadora na qual o próprio leitor é interpelado sobre os direitos de casais do mesmo sexo.

Assim nos indaga a materialidade verbal da capa: “... isso está certo?” Este questionamento no texto do subtítulo da capa é precedido por outros elementos lexicais cujos efeitos de sentido funcionam especificando a prática discursiva da revista: “O Brasil **nega** 37 direitos fundamentais aos homossexuais...” (grifo nosso). O emprego do verbo destacado na sequência enunciativa determina o modo de interpretação da questão levantada, ou seja, ele instala uma matriz de sentido que nos oferece uma direção de leitura dentro da reflexão proposta.

As marcas linguístico-discursivas no enunciado da capa nos evidenciam que esta sequência fala antes, alhures, no espaço da exterioridade do discurso: se estamos em uma democracia de direito, como é possível que alguns cidadãos tenham direitos fundamentais negados pelo Estado? É este sentido, inscrito no plano histórico e social, que passa a significar na materialidade enunciativa da revista. O texto de abertura da reportagem retoma esta ideia: “Se todos somos iguais perante a lei, está certo alguns brasileiros terem mais benefícios que outros?”. Esta sequência possibilita o retorno de questões que constituem uma memória do nosso presente que diz respeito às lutas pela isonomia dos direitos na sociedade: igualdade racial, voto feminino etc.

O discurso da revista entrecruza outros ditos, vindos de diferentes campos que materializam forças, poderes, saberes e verdades, em busca dos sentidos históricos presentes em outros textos. Reafirmando a máxima foucaultiana de que “o novo não está no que é dito, mas

no acontecimento de sua volta” (2008a, p. 27), o enunciado da *Superinteressante*, retomando o texto da Constituição Federal, reatualiza uma memória de outros sujeitos que lutaram e lutam por direitos civis. Ao entrelaçar esta exterioridade aos seus dizeres, a prática discursiva da revista constrói feixes de sentido para o casamento gay relacionando-o às noções de igualdade e direito.

Desse modo, as sequências enunciativas da revista produzem significação nessa configuração interdiscursiva uma vez que “os enunciados não são transparentemente legíveis, são atravessados por falas que vêm de seu exterior – a sua emergência no discurso vem clivada de pegadas de outros discursos” (GREGOLIN *apud* MILANEZ, 2006, p. 33). São nessas “pegadas” que podemos observar como se exerce a função enunciativa no discurso da revista. Primeiramente pelas relações que são afirmadas ou negadas para que o casamento gay possa ser nomeado e descrito enquanto objeto, nas *leis de possibilidade* que são seu referencial. Depois, pelo *campo adjacente* no qual a revista relaciona seu objeto. Dentre os diferentes conjuntos das formulações que podem constituir este campo, estão aquelas “a que o enunciado se refere (implicitamente ou não), seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, (...) não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados” (FOUCAULT, 2008b, p. 111).

Como vemos no título da reportagem da *Superinteressante* “O Brasil e os homossexuais: Sim!”, este enunciado reatualiza os elementos de uma memória instituída culturalmente que caracteriza o ato ritualístico do casamento religioso, quando o *sim* afirmativo dos

cônjuges simboliza a oficialização de um laço entre ambas as partes. Na página da revista, num jogo interdiscursivo, fica sugerida uma “união” entre o Brasil e os homossexuais, destacando em torno disso os efeitos de um *SIM*: “Estas três letras dividem o Brasil. E impedem que 6 milhões de gays tenham acesso aos mesmos direitos que o restante da população” (SUPERINTERESSANTE, 2004).

É mister observar o sentido homogeneizante que a denominação *gay* ocupa no discurso da revista. E, concordando com Costa (1992, p. 14) que “vocabulários diversos criam ou reproduzem subjetividades diversas”, não há como nos furtar à questão que nos chega pelos dados estatísticos trazidos pelo enunciado da *Superinteressante*: quem, na verdade, integraria esses “6 milhões de gays”? A quem contemplaria o “casamento gay” conforme problematizado na revista? Estes questionamentos são relevantes porque nos põem diante de uma produção de sentido que se estende para além do senso comum que encerra (ou pretende encerrar) as denominações. Isto é, no discurso da revista, os gays seriam todos aqueles sujeitos que estão fora do modelo heterossexual?

Contudo, entre a população diverso-sexual, considerando inclusive toda e qualquer denominação de gênero e sexualidade possivelmente não contemplada na sigla LGBTTT, não existe uma aquiescência onde todos esses sujeitos em suas singularidades identitárias se identificam como gays. Esta é uma das razões de microlutas nos diversos segmentos do próprio grupo. Mas diante dessa problemática gestada a partir mesmo da linguagem em si, o próprio movimento LGBT tem

articulado um discurso sobre o casamento no sentido de contemplar as diferentes subjetividades sem tornar o acesso ao direito ao matrimônio um elemento de distinção e tipificação da cidadania de acordo com a orientação sexual. Exploraremos esta questão no último capítulo.

Ainda no nível de formulação que caracteriza a função enunciativa, a produção discursiva da revista faz referência ao ritual do casamento também na imagem da capa. Nela, apesar de serem duas noivas, e isso também significa, vemos reatualizada a clássica cena da cerimônia de casamento pela repetição de elementos como o véu solene, a noiva de branco, a pose do casal, esta faz lembrar outro momento do ritual: o beijo dos noivos. Esse *regime de materialidade* - tanto verbal quanto imagética - a que obedecem os enunciados da revista, seus esquemas de utilização, suas possibilidades estratégicas constituem para os enunciados um *campo de estabilização* que permite repeti-los em sua identidade (FOUCAULT, 2008b). Nesse conjunto de condições de utilização, as construções enunciativas que falam do casamento “convencional” reinscrevem-se também no espaço discursivo que tematiza o casamento gay. Como qualquer enunciado, essa configuração semiológica na qual a revista insere o casamento gay “ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um *status*, entra em redes, se coloca em campos de utilização” (*op. cit.*). Dentro desta particularidade, há enunciados sobre o casamento que estão sempre retornando, mas sempre em condições estritas.

Integrando a trama dessas condições, a revista, enquanto dispositivo por onde fluem relações de saber-poder, incorpora as práticas cotidianas, as põem em circulação sob diversos modos de formulação. Do lugar de sujeito produtor de enunciados da mídia, com direito “espontaneamente aceito” de proferir determinados discursos, a *Superinteressante* ocupa o estatuto de sujeito que informa, que torna público novos saberes, conhecimentos e, fundamentalmente, forma opinião acerca de questões, supostamente, de interesse social. O *status* do sujeito que enuncia na revista compreende ainda um “sistema de diferenciação” desta publicação em relação às revistas de notícias semanais, por exemplo.

Em seu estatuto enunciativo, a revista produz, repete e reformula as práticas em torno das quais o discurso desempenha determinada função. Desse lugar autorizado para enunciar, de seu estatuto de sujeito, ela ocupa uma posição que lhe é possível concernente ao casamento gay, qual seja, a posição de “questionador da situação jurídica dos homossexuais no Brasil”. Pelo regime de enunciação da revista, pelo espaço mesmo de sua exterioridade que toca nosso cotidiano, nos tornamos parte da história. Seja no campo de regularidades de cada sucessivo discurso da mídia, seja no limiar de uma singularidade, participamos como uma posição possível, enquanto objeto e sujeito, dessa narrativa serial que é nossa história do presente, história que determina o que somos, mas também aquilo que ainda podemos ser.

3.4 O enunciado em sua constelação discursiva

Nosso trabalho de análise dos discursos da mídia que dispõem sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo orienta-se por uma das ideias operatórias da arqueologia foucaultiana para o campo da AD segundo a qual “não há enunciado neutro ou independente, mas sempre fazendo parte de uma série, ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo” (FOUCAULT, 2008b, p. 112). Por esse método, tomamos os enunciados sobre o tema do casamento homoafetivo como acontecimentos possíveis que integram um *domínio associado* no qual cada um tem sua função, seu papel (ainda que às vezes breve). A participação dos enunciados dentro de um campo associado se distribui em seus efeitos de série e de sucessão que imprimem sua existência.

Estamos, pois, analisando o discurso, atentos ao campo no qual o enunciado surge em sua singularidade, pois é nesta que aparecem “aspectos referentes à forma de existência social dos sujeitos tendo em vista os aspectos linguísticos, sociais e históricos que engendram sua constituição” (FERNANDES, 2012, p. 30). Nessa perspectiva, a série enunciativa a seguir (figuras 13-15), juntamente com a edição 202 da revista *Superinteressante*, estabelece entre seus enunciados um conjunto de relações intra e interdiscursivas de identificações, transferências e réplicas que nos possibilitam interpretá-las. Esses dois níveis de relacionamento permitem que “filiações históricas pos-

sam se organizar em memórias e as relações sociais em redes de significantes”. (PÊCHEUX, 1981, s/p). Todos os registros da materialidade discursiva da série têm o casamento gay como eixo temático.

No primeiro enunciado, a capa da revista americana *The New Yorker*⁴⁷ de 25 de julho de 2011 mobiliza em sua materialidade elementos de um acontecimento histórico através dos quais efeitos de sentido se entrecruzam e nos encontram no tenso caminho da análise entre descrição e interpretação desse enunciado (PÊCHEUX, 2008). O acontecimento, no caso, é a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo no Estado de Nova York em 2011.

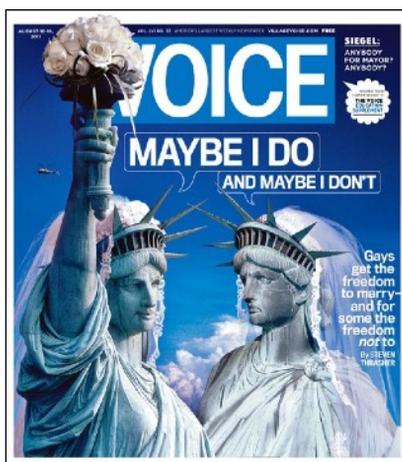


Figura 13: capa da *The new yorker* de 25-07- 2011. Fonte: <http://www.newyorker.com>

Figura 14: capa do jornal *The village voice* de ago.2011. Fonte: <http://www.villagevoice.com>

Figura. 15: capa da revista *Elle* de jan. 2013. Fonte: <http://www.elle.fr>

47. A revista é conhecida por sua linha editorial voltada a questões em torno de política e cultura. Apresenta ainda um aspecto particular que é trazer, desde sua primeira edição em 1925, na chamada de capa uma ilustração, sem nenhum elemento verbal, de um tema do momento.

Na imagem, um casal de noivas pajeadas por damas de honra cruzam a Ponte do Brooklin em direção a Manhattan. Qual a capa da *Superinteressante*, a revista americana também recita elementos próprios da liturgia do casamento religioso: a cena das duas mulheres sobre a ponte nos remete à clássica imagem de uma marcha nupcial, a noiva arrastando seu longo vestido branco pelo corredor comprido da igreja; por esta ordem do olhar, o arco das torres da ponte diante das noivas faz parecer as portas de uma igreja. Todas essas marcas são vestígios integrantes daquilo que Pierre Bourdieu (1982) denomina de “ritos de instituição”, quer dizer, elementos histórico-culturais que marcam a inserção do indivíduo em dada ordem social.

No interior do *campo associado* em que se reinscrevem elementos semiológicos sobre o casamento, regras de formação específicas determinam outros sentidos para esses elementos enunciativos na revista: um dos cartões-postais da América se torna o palco da celebração de um direito adquirido por alguns sujeitos naquela sociedade. A posição firme das noivas em marcha rumo ao Leste da cidade atesta a existência de uma exterioridade na linguagem na qual residem as regras para a aparição deste enunciado e não um outro na capa da revista.

Na relação com essa exterioridade, há uma multiplicação do sentido na imagem da capa da revista, atestando a condição de raridade do enunciado e nos permitindo falar a partir e apesar dele. Como exterioridade que constitui o sistema de informação desse enunciado deve ser observado que, por conta da descentralização do sistema jurídico americano, cabe a cada Estado a decisão sobre a legalidade do

casamento entre pessoas do mesmo sexo. Nova York foi o sexto no país a reconhecer essas uniões e com isso virou destino para casais do mesmo sexo de outros Estados que queriam oficializar a relação⁴⁸. Nessas condições precisas que recortam o campo enunciativo onde se insere esta imagem, a ponte é mais que uma construção arquitetônica que liga dois lados da cidade, mais que um local de visitação turística, é um dado discursivo: o liame entre sujeitos na luta por direitos civis, um ponto de passagem que os divide entre os com e os sem direito ao casamento, uma travessia sobre a história, sobre aquilo que nos tornamos hoje.

Povoando as margens desse primeiro enunciado, temos na figura 14 da série o semanário americano *The Village Voice* de agosto de 2011. Sua capa compõe-se de um enunciado sincrético em que verbo e imagem se integram numa cadeia polissêmica de sentidos em torno do casamento gay. Na materialidade imagética que o jornal discursiviza, encontramos elementos que se repetem também na constituição dos enunciados das revistas *Superinteressante* e *The New Yorker*: o casal de noivas e os diversos símbolos relativos ao ato do matrimônio. Todos esses traços nos evidenciam o caráter histórico que constitui a semiologia das imagens que integram esses enunciados a outras redes de formulações.

Ao se voltar para a imagem enquanto discursividade contemporânea, Courtine (2011) o faz pelo viés de uma Semiologia Histórica. E nessa perspectiva, como produção sócio-histórica, a imagem se cons-

48. Cf. <http://www.newyorker.com>

titui por uma dimensão semiológica e cultural que desencadeia construções de sentido através da história. Imbuídas dessa historicidade, as imagens que analisamos, enquanto produção discursiva da mídia, vêm produzir novos efeitos de sentido para este momento histórico, na relação com um acontecimento específico, contudo sua genealogia percorre outras inscrições históricas.

O autor citado também nos mostra que as imagens são matrizes de sentido em uma sociedade e que buscar os índices que as compõem é fundamental para apreender o seu funcionamento discursivo, “porque as representações perdem o sentido fora dessa genealogia dos traços que as atravessam e as constituem” (2011, p. 161). Considerando isso, nosso gesto interpretativo de analista dos discursos da mídia procura entender o funcionamento dessas discursividades pelo caráter heterogêneo de seus enunciados. Nessas materialidades híbridas, a produção de sentido se seus elementos imagéticos, também implica ora o apagamento, ora o realce dos índices enunciativos. Como mostram as análises seguintes.

Ainda que possua o mesmo referente histórico – aprovação do casamento gay em Nova York – e seja formulado no mesmo campo associado que os enunciados 12 e 13 das revistas, a capa do *The Village Voice* mantém a conversação com os demais enunciados sobretudo pelo que ela propõe como singularidade, pelo que a individualiza no interior da série. Nesse sentido, as “noivas”, personificadas na estátua da liberdade, parecem não ter o mesmo posicionamento a respeito do casamento: uma, com o braço erguido segurando o buquê, deslocan-

do enunciativamente a simbologia da tocha, diz: - “talvez eu faça” – “casar” – (tradução nossa). A outra, sem braço nem buquê no ar, pondera: - “e talvez eu não”. Ao lado deste diálogo, a materialidade da língua enuncia: “gays obtêm a liberdade para casar – e para alguns a liberdade para não casar”.

Um primeiro aspecto importante a se destacar é o jogo que se dá entre a língua e a imagem: a ideia de “liberdade conquistada”, verbalizada pela revista se materializa também na figura da estátua enquanto monumento à liberdade. Notemos, portanto, o funcionamento da exterioridade do discurso não como o que está além de uma fronteira, mas como um aqui, sem fronteiras assinaláveis, como a presença-ausência, eficácia do outro dentro do mesmo sentido (PÊCHEUX, 1981). É nesse movimento em que se fundem materialidade e sentido. Para efeito do nosso trabalho de análise, procuramos desalinhar a teia discursiva – não evidente – que estrutura os enunciados e lhes possibilita esse *feito de série*.

Um segundo aspecto que se destaca no enunciado do jornal *The Village Voice* diz respeito ao *jogo de verdade* com que o sujeito enunciativo opera para tornar discursivo o acontecimento do casamento gay em Nova York. Nesse jogo de verdade que se articula no enunciado da figura 14, é estabelecida uma nova relação entre as subjetividades homoafetivas e o casamento, de modo que a questão que se levanta chama a atenção para o acesso ao direito civil como uma garantia do direito à liberdade. Liberdade, inclusive, para não querer casar, como é assegurado a qualquer cidadão heterossexual. Dito de outra forma, o que

emerge na cadeia discursiva desse enunciado é que a aprovação do casamento gay funda um sentido de igualdade, relativo à liberdade para se casar, entre sujeitos com relacionamentos do mesmo sexo e aqueles que se relacionam com o sexo oposto, pois até então, apenas estes últimos eram livres para escolher unir-se pelos “laços do matrimônio”, de fato, ou se preferissem, manter apenas um contrato de união social ou civil, ou ainda algum pacto civil de solidariedade.

Esse estado de coisas colocava todos esses sujeitos – gays e héteros – em posições díspares, do ponto de vista legal: a opção de não querer o casamento com suas consequências econômicas e legais, por exemplo, era uma prerrogativa dos casais do sexo oposto, ao passo que para os casais gays, antes mesmo que eles não quisessem, eles não podiam.

Avançando esta nossa análise do enunciado do *The Village Voice* acerca do casamento gay, queremos concordar com uma reflexão de Didier Eribon (2008) para quem a instituição do matrimônio instaura uma prática social de união e exclusão simultaneamente: o reiterado ato de linguagem que diz “eu vos declaro marido e mulher unidos pelos laços do matrimônio” estabelece, implicitamente, lugares de distinção entre aqueles que são unidos por esse “laço” e os que não são, entre quem pode e quem não pode sê-lo. São arrolados nestes casos tanto os casais homoafetivos quanto os heterossexuais que por alguma razão não querem ou não podem casar.

Percebemos que esta questão da liberdade para o próprio sujeito escolher o *status* que dará aos seus vínculos afetivos e sociais emerge

no enunciado do jornal e nos reenvia à escrita de M. Foucault (2009) sobre os “outros espaços” possíveis para o sujeito, os espaços de liberdade em que lhe seja possível “inventar” a si mesmo. No caso do casamento gay, por um certo olhar do senso comum, isso não deixa de soar paradoxal, afinal, estes sujeitos passariam a integrar um espaço social de uma dita “normalidade” ao mesmo tempo que reproduziriam o padrão heterossexual. No entanto, pensando ainda a partir de Foucault, se toda subjetividade depende da liberdade para se constituir, é pertinente afirmar que a instituição do casamento entre pessoas do mesmo sexo é um lugar real no qual o sujeito gay pode se constituir a partir mesmo da liberdade para gerir o próprio afeto. Isso está diretamente ligado à ideia de felicidade, pois implica o sujeito ser livre para escolher com quem, e principalmente como, construir um projeto de vida comum, partilhando amor, afeição.

Afinal, se a liberdade não está jamais dada (assim como os direitos, deve ser conquistada), se é efetivada num exercício contínuo, sua forma de expressão assim como a resistência, a subjetivação, a atitude crítica e a criação de novos modos de vida são denominações da arqueogenealogia foucaultiana que definem algo comum que é o exercício concreto da liberdade. Liberdade cujo sentido se sobressai à concretização do casamento homoafetivo enquanto lei que visa à igualdade de direitos. Dessa forma, a união civil entre pessoas do mesmo sexo importa menos como repetição da cultura heteronormativa do que como possibilidade de igual acesso ao direito e à liberdade para outros modos de subjetivação a partir das relações sociais.

No sentido do exposto, defendemos que a questão a ser colocada, e que de fato importa, não é que o sujeito homoafetivo, ou a construção histórica da identidade do gay esteja sendo capturada pelo padrão normativo heterossexual, mas que se esteja lutando por um outro lugar social, outro espaço de poder, reorganizando-se enquanto modo de existência, de coexistência. Algo na direção do que escrevera Bimbi (2012, p. 27) sobre o casamento igualitário na Argentina: “a única coisa que importa hoje é a igualdade de direitos. Direito de nos casarmos ou não porque nós decidimos. De sermos cidadãos e cidadãs. Do resto falamos depois”. E se é possível, depois, falarmos de algo é por que, antes, fez-se reconhecer os princípios da dignidade e da liberdade humanas.

Dentro da perspectiva em que o jornal americano *The Village Voice* aborda o tema do casamento gay, enfatizando o direito à liberdade e à igualdade, nos últimos anos o movimento pelo casamento entre pessoas do mesmo sexo em alguns países passou a referir-se a esta reivindicação como “casamento civil igualitário” ou “casamento para todos”, distanciando-se da denominação “casamento gay”⁴⁹. Desse modo, a trama complexa do campo associado onde se formam os enunciados possibilita formulações ulteriores àqueles acontecimentos discursivizados nas figuras 13 e 14 de nossa série. É o que percebemos na capa da revista francesa *Elle* de janeiro de 2013 (cf. figura 15).

A capa em questão traz a imagem de duas jovens modelos abraçadas numa pose fotográfica quase de perfil. O figurino branco de am-

49. Retomaremos esta estratégia discursiva em nosso último capítulo.

bas as modelos e a coroa de flores adornando a cabeça de uma delas são índices que retomam um lugar no imaginário humano da qual faz parte a figura clássica da noiva. A presença da noiva na materialidade da revista seguida da chamada “casamento para todas” é um elemento fundamental para o surgimento e a compreensão do discurso que passa, então, a se configurar.

Ao enunciar “Casamento para todas”, a revista *Elle* apresenta o tema baseada na ideia levantada pelo movimento gay de “casamento para todos”, no entanto, realiza um deslocamento desse sentido através da troca das marcas linguísticas de gênero. Temos aí uma *ordem do olhar* da mídia sobre o tema em discussão que apaga a figura do masculino e salienta o feminino. Daí sobrevivem questões históricas que determinam a emergência singular dessa formulação: há que se ver neste caso, o discurso do “politicamente correto”, que requer o emprego de ambos os pronomes de gênero na referência a pessoas, atravessando a materialidade do enunciado. Mas, sobretudo, a *Elle* é uma publicação de moda voltada ao público feminino, logo a distinção de gênero é significativa.

Outro aspecto que chama a nossa atenção na configuração discursiva desta capa, e este é um traço que singulariza este enunciado em relação aos demais analisados nesta série é que, diferentemente das figuras 12, 13 e 14, onde os casais de noivas que ali aparecem estão, de certa forma, interagindo entre si, na capa da *Elle*, a composição e estruturação dos detalhes (GINZBURG, 1999) que compõem essa imagem para sua conversão em discurso é diferente: as noivas sur-

gem entrelaçadas num abraço mútuo ao mesmo tempo em que interagem com o leitor-espectador, encarando-o através de olhares que sugerem certa sensualidade e ao mesmo tempo são provocativos.

Nessas condições, ao suscitar dada produção de sentido, a capa da *Elle* emerge num *campo enunciativo* e aí passa a existir como um elemento singular. O sujeito discursivo desse enunciado não é apenas o gay judicializado pelas práticas discursivas da lei sobre o casamento, é também o sujeito que se apresenta de forma afirmativa diante de um movimento histórico de reordenamento da sua existência no âmbito de uma luta política.

Mas há, ao mesmo tempo, uma outra configuração discursiva para este sujeito que não anula as anteriores, as complementa: a capa da revista evidencia também o sujeito do mercado de consumo, especificamente da moda, como atesta a materialidade da língua: “nossos mais belos vestidos, maquiagens, penteados, alianças...”. Do ponto de vista da imagem, a singularidade do enunciado, em relação ao restante da série, se marca nos discursos que lhe chegam de outras formações, como do campo da moda. Nesse sentido, vemos uma cena de casamento incomum: o figurino fashion do casal pouco, ou nada, lembra os tradicionais longos vestidos de noiva, senão peças de uma coleção “descolada” para a próxima estação. O corpo magro e alongado das noivas juntamente com sua pose nos remete menos à imagem de um casamento do que a de duas modelos posando numa sessão de fotos.

Todavia, mesmo com novos sentidos que se multiplicam no enunciado-capa da *Elle*, é possível recuperarmos em sua materialidade o

campo de regularidades (Foucault, 2008b) no qual este se coloca numa relação de afastamentos e aproximações dos demais enunciados da série. Pela materialidade linguístico-discursiva restabelecemos um sentido possível para o “todas” da chamada de capa da revista: todas as noivas, inclusive as homoafetivas. E a presença de um casal de noivas inseridas no contexto do casamento entre pessoas do mesmo sexo é a principal regularidade que atravessa, de um a outro, os enunciados que integram a série que ora analisamos.

Uma vez caracterizado esse campo de regularidades por onde se distribuem os enunciados da série, parece-nos produtivo, também, que interroguemos por que esses elementos imagéticos são repetidamente convocados ao por em discurso as uniões entre casais do mesmo sexo? Por que sucessivamente aparece a imagem do casal de mulheres e não de um casal de homens, por exemplo?⁵⁰ Talvez não tenhamos uma única resposta para esta questão, no entanto, podemos articulá-la dentro de uma memória discursivo-visual de nossa cultura ocidental. Isto é, que sentidos determinados ícones constituem para a nossa sociedade? A imagem de duas mulheres juntas, se abraçando, em alguns momentos de cumplicidade feminina, em certo sentido, faz parte de nossas experiências cotidianas. É possível que nesta memória coletiva resida um menor estranhamento que o casal

50. Julgamos pertinente registrar que no arquivo sobre o qual trabalhamos nesta tese, o tema do casamento gay apareceu na capa de diferentes revistas nacionais e estrangeiras, dentre as quais, apenas três faziam referência ao casal masculino, enquanto o casal feminino, sobretudo as noivas, se repete em doze publicações (Inclusive a *Veja* do caso Daniela Mercury, que analisamos no capítulo anterior).

de mulheres provoca nas capas das revistas, daí sua reiteração. No contexto masculino, no entanto, podemos afirmar que os sentidos dessa representação não compartilham dessa mesma “aceitação” social, pois estão relacionados a outros *jogos de verdade* em torno dos quais historicamente se constituiu uma certa ideia de masculinidade.

Ainda sobre o campo de regularidades que envolve a série, observamos que da revista *Superinteressante* (2004) a *Elle* (2013), os sentidos do discurso reinscrevem o sujeito gay e suas relações no campo do Direito. São novos lugares discursivos. Esse movimento produz um efeito ambivalente para esses sujeitos, do ponto de vista das possibilidades de sua existência: ao mesmo tempo em que têm reconhecidos direitos civis, incluindo o conjunto de práticas e saberes históricos que em decorrência disso vão se transformar e adquirir novos sentidos, há também um efeito de *normatização* (FOUCAULT, 2008c) sobre a vida desses sujeitos, agora enquanto segmento da população amparado juridicamente.

Esse reconhecimento jurídico ou, como preferimos chamar, a *judicialização do sujeito homoafetivo*⁵¹ é, inevitavelmente, um processo de regulação das práticas, condutas e relações entre esses sujeitos. Deve ser observado que não estamos dizendo agora o oposto do que dissemos antes: não é o caso de resumir o discurso do casamento homoafetivo numa tentativa de repetir ou imitar a lógica heterossexual, mas a normatização no sentido de uma forma de poder estraté-

51. Trabalhamos a noção de judicialização a partir da leitura de Barroso (2008), que retomaremos no último capítulo.

gico sobre a população. Estamos falando desse dispositivo que na forma de governo promove um tipo de inclusão da homoafetividade, e conseqüentemente, demarca um poder normativo que passa a gerir a vida do sujeito homossexual, até então “alheio” aos efeitos deste dispositivo, exatamente porque lhe era negado o direito ao casamento. Em síntese, é o efeito da governamentalidade sobre o sujeito.

Esta questão igualmente remete ao pensamento de M. Foucault (1987), quando mostra que a forma jurídica que garante um sistema de direitos, em princípio igualitários, está baseada em mecanismos disciplinares minuciosos e cotidianos. Ou seja, na base das liberdades formais e jurídicas, como as reivindicadas pelo movimento gay, está um efeito real de controle sobre os corpos e os sujeitos.

3.5 O casamento gay e as diferentes posições enunciativas na mídia

Analisar o discurso na perspectiva arquegenealógica consiste em apreender o funcionamento do enunciado dentro de um campo de regularidades, onde é possível um conjunto de posições enunciativas, mas é igualmente compreender o discurso como o espaço em que sentidos se confrontam e produzem a dispersão do sujeito. Com base nisso, queremos fazer ver no discurso que circula na mídia sobre o casamento gay, a inscrição do sujeito homoafetivo nesse discurso e sua forma de coexistência com dizeres de diferentes lugares sociais, afinal “as palavras, expressões, proposições, etc. adquirem sentido

segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, 1995, p. 160).



Figura. 16: capa da revista *Les Inrockuptible*. Fonte: <http://www.lesinrocks.com>

Para tratar da configuração do sujeito homoafetivo nesse campo enunciativo, tomamos inicialmente a capa da revista francesa *Les Inrockuptibles*⁵² de novembro de 2012.

A foto das duas jovens de ombros e colo nus dando um beijo na boca acentua o caráter singular da materialidade imagética deste enunciado, visto que o tema do casamento entre pessoas do mesmo sexo ainda não havia sido, até então, discursivizado numa capa de revista de informação de modo tão ousado. Seu sentido provocador é

52. Revista francesa de música, mas que dá destaque para temas de cultura em geral. (<http://www.lesinrocks.com>).

ênfatisado na sequência verbal do enunciado: “casamento, adoção, procriação. Sim! A esquerda deve meter a língua”.

A fim de compreender os sentidos postos em circulação neste enunciado, vamos nos valer novamente de M. Foucault (2008b) e M. Pêcheux (2008). Este, porque afirma que o enunciado é intrinsecamente suscetível de se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro, descritível como uma série de pontos de deriva possíveis. Aquele, porque nessa mesma direção, demonstra que o enunciado ao mesmo tempo em que surge na sua materialidade, entra em redes, coloca-se em campos de utilização, oferece-se a transferências e a modificações possíveis. É sobre essa conversação entre ambos estes autores que empreendemos a análise desse enunciado.

Primeiro, há um jogo sobre a língua – literalmente – atribuindo diferentes sentidos ao discurso da revista: “meter a língua”, ao lado da cena mostrada é o próprio beijo na boca das moças. Porém, em “Sim! A esquerda deve meter a língua”, o sentido desliza por outras formações discursivas. Especificamente por uma cujo discurso convoca o partido da esquerda socialista francesa, do então presidente eleito François Hollande, a posicionar-se diante de um conjunto de temas em torno das relações homoafetivas e da *homoparentalidade*⁵³: casamento, adoção, procriação. Essa deriva de sentido que se desencadeia com a materialidade verbal do enunciado insere esses dizeres em outro campo de

53. Expressão que nomeia o tipo de família constituída por pais homossexuais. Homoparentalidade é o título da matéria da *Les Inrockuptibles*.

utilização: a discussão jurídica acerca das uniões entre pessoas do mesmo sexo tornou-se um tema da agenda política.

Na relação da imagem da revista com este conjunto de temas elencados na capa, há uma produção de sentido que precisa ser destacada: não há uma “homologia” na articulação da materialidade verbal, no que tange ao casamento, com a composição da imagem das jovens se beijando. Não há traços semiológicos remontando à ideia de casamento. Antes, a função enunciativa aqui estabelece uma relação com outro domínio de memória que não é o da pompa e do romantismo da cena de um matrimônio, mas das imagens de algum tipo de protesto onde jovens se manifestam tirando a roupa, organizando beijo etc. Um lugar de memória na história política da esquerda que o sujeito enunciativo convoca na capa da revista.

Ainda seguindo a ideia de M. Pêcheux, as fronteiras entre o linguístico e o discursivo são constantemente deslocadas na prática discursiva, todavia, é por meio desses processos discursivos que, enquanto sujeitos, produzimos e reconhecemos os sentidos na história. Nesta perspectiva, analisando os enunciados desta série que intitulamos *casamento gay e direito civil*, observamos um jogo de “transferências” quase metonímico entre a capa da *Les Inrockuptibles* e a de outra revista, a francesa *L'Express*: a “esquerda” enunciada na primeira revista se materializa na segunda com a imagem pessoal do presidente François Hollande. Também o *equivoco* em torno da língua (na Língua) dá lugar às formas verbais “caler”, “pense” (ceder, pensar – tradução nossa). Ou seja, se a esquerda representada pelo presidente Hollande vai ceder ao

casamento, seu pensamento, de fato, sobre o tema, se o governo vai ou não “meter a língua” nessas questões.



Figura. 17: capa da revista *L'Express*, jan. 2013. Fonte: <http://www.lexpress.fr>

Figura 18: capa da: *Valeurs Actuelles*, out. 2012. Fonte: <http://www.valeursactuelles.com>

O posicionamento político do partido do governo francês é reevocado nos enunciados 16 e 17, ambos aparecem na sequência das declarações de Hollande de apoio ao casamento e à adoção entre pessoas do mesmo sexo e da promessa de campanha de aprová-los no primeiro semestre de 2013⁵⁴. A partir desse acontecimento, se estabelece um horizonte de possibilidades para essas enunciações ulteriores. No início de 2013, diante da “escalada da ultradireita” francesa con-

54. Cf. <http://www.lefigaro.fr/actualite-france/2012/07/03>

tra esses projetos da esquerda socialista, a chamada de capa da *L'Express* interroga: “Casamento homo, ele vai ceder?”.

Dentro do sistema de dispersão que é próprio ao discurso, a questão do casamento gay abre a possibilidade da emergência de distintas posições enunciativas na mídia, conforme observamos pela capa da revista *Valeurs Actuelles*⁵⁵ (cf. figura 18): a edição traz a imagem de três bonequinhos de papel de mãos dadas sobre um fundo escuro seguida do texto “Casamento homossexual. Por que eles dizem não... e nós também”. O destaque na capa é dado para o vocábulo *não* escrito numa letra amarela bem maior que o restante do texto.

Com esta sequência enunciativa e seus elementos linguístico-visuais, a revista reivindica objetivamente sua posição discursiva em relação ao tema em discussão. Pela capa da *Valeurs Actuelles* em série com os enunciados 16 e 17, remetemos ao pensamento de M. Foucault (2001) para o qual os discursos se transformam, não só a partir das relações de poder, mas em e através delas. Nesse caso, para pontuar sua posição divergente do tema e imprimir-lhe um efeito de verdade, o sujeito que enuncia cita um rol de outras vozes sociais, vozes autorizadas a falar a partir de determinado lugar discursivo acerca da questão em pauta: “psicanalistas, juristas, ensaístas, eleitos locais, parlamentares, líderes religiosos”. Estes, assim como a revista, seriam contra o casamento entre homossexuais.

55, Revista francesa que se caracteriza por uma linha editorial mais conservadora e uma abordagem política de direita. Cf. <http://www.valeursactuelles.com>

Este embate discursivo sobre a questão do casamento gay sai do espaço relacional cotidiano e ganha a esfera midiática, onde passa a se estabelecer relações de poder baseadas na produção e na circulação de um discurso que põe em funcionamento outros jogos de verdade em torno da homossexualidade. Além de enumerar, ao lado da sua, a posição de autoridades contrárias aos casais do mesmo sexo, outro jogo de verdade de que a revista lança mão é o apagamento da figura humana do casal do mesmo sexo. Sobre um fundo preto, o que seria a figura de uma família homoparental, é representada por bonequinhos de papel de mãos dadas.

Ao tratar da cultura espetacularizada na mídia, Gregolin (2003) afirma que tem poder quem detém os modos de produção e circulação de informações. Nesse sentido, a revista, integrando o dispositivo midiático, constrói imagens simbólicas e as torna propositivas à elaboração de um imaginário social. Ainda nessa direção, pensamos com a autora quando afirma: “o que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta” (GREGOLIN, 2003, p. 97). Consideremos este modo de representação em relação à materialidade imagética do enunciado da *Valeurs Actualles*, os bonequinhos de papel nos reenviam à memória social do universo infantil e o faz de conta nas brincadeiras com as dobras no papel ganhando forma humana. Esta rememoração fixa sentidos na capa da revista acerca da homoparentalidade e do casamento homossexual: assim como os bonecos em origami que distraem as cri-

anças, essas temáticas significam, na produção discursiva da revista, algo fantasioso, a que se diz não: “Casamento homossexual, por que eles dizem não... e nós também” (*Valeurs Actuelles*, 2012).

Ao silenciar a imagem do casal gay, que aparece como uma regularidade discursiva nas séries que analisamos até aqui sobre o tema, a revista seleciona um olhar, um modo de ver o debate sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Quando afirma seu posicionamento discursivo, também evidencia posições de subjetividade para a homoafetividade que não são aquelas referentes ao sujeito do direito levantadas pela revista *Superinteressante*, nem aquela dos que lutam pela igualdade de direitos na América (cf. fig. 13), nem dos que reivindicam a liberdade de escolha sobre o casamento (cf. fig. 14), nem as do “casamento para todos” (cf. fig. 15) ou a subjetividade em torno da homoparentalidade (cf. fig. 16), mas uma posição de subjetividade anônima, abstrata, sem identificação pessoal, um lugar irreal.

É importante destacar que, diferentemente das outras revistas mencionadas, a *Valeurs Actuelles* (2012) articula outro jogo de verdade a partir do qual formula seu discurso sobre o casamento homossexual. Dessa forma, para tornar seu discurso de negação às uniões entre pessoas do mesmo sexo um dizer verdadeiro, a revista estabelece com o objeto discursivo – o casamento homoafetivo – um tipo de relação cujos sentidos que daí decorrem funcionam de modo a não legitimá-lo, inclusive o desqualificando enquanto verdade admitida.

Para o encerramento desta seção, podemos assinalar que a dispersão do sujeito gay no discurso da mídia sobre o casamento entre pes-

soas do mesmo sexo ganha existência num campo associado dentro do qual, para validar seu dizer, o sujeito que enuncia o articula a diferentes domínios como o direito, a moda, a política, a família etc. Das relações entre esses diversos lugares institucionais e o espaço do enunciador vão derivando posições para o sujeito na relação com o casamento e a homoafetividade, de um enunciado a outro.

3.6 *Formação de conceitos em enunciados da mídia*

Ainda perseguindo nosso objeto pelas vias traçadas no método arqueológico, tratemos, então, de descrever as relações de sucessão e coexistências que se desenvolvem entre os enunciados pelas quais se formam diversos conceitos que dão existência ao casamento gay enquanto objeto discursivo e midiático. Dentro das linhas gerais da *Arqueologia*, “antes de querer repor os conceitos em um edifício dedutivo virtual, seria necessário descrever a organização do campo de enunciados em que aparecem e circulam” (FOUCAULT, 2008b, p. 62). Nesse caso, a primeira análise a ser feita da organização desse campo diz respeito às *disposições das séries enunciativas*. Nela, se descreve

[...] a ordem das inferências, das implicações sucessivas e dos raciocínios demonstrativos; ou a ordem das descrições, os esquemas de generalização ou de especificação progressiva aos quais obedecem, as distribuições espaciais que percorrem; ou a ordem das narrativas e a maneira pela qual os acontecimentos do tempo estão repartidos na seqüência linear dos enunciados (FOUCAULT, 2008b p. 63).

Nunca é demais lembrarmos que ao mencionar essa ordem das inferências, dos raciocínios demonstrativos, das descrições, das narrativas etc. M. Foucault as relacionava à produção de conceitos no interior de práticas discursivas produtoras de saberes no campo da cientificidade. No entanto, para a nossa análise dos discursos da mídia, julgamos produtores esses conceitos foucaultianos, e temos demonstrado através do *corpus*, pois a análise das disposições das séries enunciativas é o que mostra, tanto nos discursos de que trata a *Arqueologia do Saber* (1969) como nos discursos atuais da mídia, uma das formas de sucessão dos conceitos em torno de determinado objeto do discurso. Neste caso, o casamento homoafetivo.

Podemos observar, na disposição da série enunciativa, como diferentes conceitos se distribuem, se organizam no modo de uma sucessão, formando este objeto discursivo que trata do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Começemos, então, pelo conceito de “sujeito do direito”. Este conceito, na ordem da distribuição espacial que recorta os acontecimentos sobre o casamento gay, tem lugar de modo bastante evidente no enunciado da revista *Superinteressante* (cf. figura 12). Na introdução da matéria lemos que limitar o casamento a casais do sexo oposto, impede que no Brasil “6 milhões de gays tenham acesso aos mesmos direitos que o restante da população. Se todos somos iguais perante a lei, está certo alguns brasileiros terem mais benefícios que outros?”.

Podemos afirmar que pela *ordem das inferências* que organiza a disposição da série enunciativa, esse conceito de “sujeito do direito” irá

reaparecer posteriormente na capa da *The New Yorker* (cf. figura 13). Tal conclusão nos é possível pelas condições sócio-históricas que possibilitaram aquele enunciado (cf. seção 3.4). A cena registrada na capa, com os índices semiológicos de sua materialidade, nos permite inferir a noção de “sujeito do direito” que subjaz ao enunciado: está colocado que o reconhecimento legal do casamento gay contempla agora também a cidade de Nova York, mas não o país inteiro. No enunciado-capa do jornal *The Village Voice* (cf. figura 14), o conceito de direito também está orbitando o discurso sobre o casamento gay. Contudo, há uma especificação desse conceito, de forma que ele pode ser recuperado na ideia de “liberdade conquistada”, materializada no enunciado.

Ainda sobre o conceito de “sujeito do direito” na disposição da série enunciativa, é importante observarmos que há um movimento constante de derivação conceitual que está relacionado tanto ao exercício da função enunciativa, quanto ao que cada enunciado estabelece como sujeito no discurso sobre o casamento gay. Por exemplo, na capa da revista *Elle* (cf. figura 15), o conceito de direito derivou, pelo menos em sua estrutura morfológica, para o de “casamento para todas”. O conceito de direito relacionado ao casamento se materializa nesse novo acontecimento enunciativo, donde podemos depreender a seguinte leitura no discurso da revista: se o casamento civil é um direito, deve ser para todos(as). Este sentido retoma completamente a discussão levantada pela *Superinteressante* (cf. figura 12) sete anos antes.

Outro conceito que se forma no discurso da mídia ao objetivar o casamento gay é o de família. Quando trata do casamento gay no con-

texto brasileiro, a *Superinteressante* arrola 37 direitos, que a mesma intitula de “37 razões para dizer sim”, exclusivos dos casais heterossexuais. Dentre tais, estão:

14. Não podem assumir a guarda do filho do cônjuge;
15. Não adotam filhos em conjunto;
16. Não podem adotar o filho do parceiro;
17. Não têm licença-maternidade para nascimento de filho da parceira;
18. Não têm licença maternidade/paternidade se o parceiro adota filho;
19. Não recebem abono-família (*SUPERINTERESSANTE*, 2004).

Observamos que para ganhar existência como objeto discursivo, nas páginas da revista, o conceito de família passa a integrar o de casamento gay. Em torno do conceito de família, a revista francesa *Les Inrockuptibles* (cf. figura 16) deriva outros como “adoção”, “procriação”. Nessa *árvore de derivação enunciativa* (FOUCAULT, 2008b), as revistas reafirmam sua posição discursiva, articulando diversos conceitos ao de casamento gay, enquanto objeto de seu discurso.

Ainda obedecendo, como as revistas anteriores, às mesmas regras de formação do objeto discursivo casamento gay, a capa da *The New Yorker* na semana em que se comemora o Dia das Mães, em 2013, trouxe a ilustração de uma cena familiar onde um casal de mulheres, com expressão emocionada, lê um cartão em pé diante da mesa da cozinha. Escondidas na escada, três crianças observam a reação do casal.



Figura 19: capa da *The new Yorker* de 13-05-2013.

Fonte: <http://www.newyorker.com>

Nas condições em que esta imagem é produzida e posta em circulação, realiza-se uma *mise en scène* muito específica que nos remete a um conjunto de representação discursiva e icônica, em relação com alguma coisa que atravessa a imagem (COURTINE *apud* MILANEZ, 2006), ou seja, uma memória discursiva da clássica cena do dia das mães e a “surpresa” destas diante do cartão acompanhado por algum presente dos filhos. Esta memória da família tradicional é recuperada na capa da revista sobre diversos índices, com exceção da imagem do casal, que agora é constituído por duas mães, como atesta o título da ilustração no sumário: “dia das mães”.

Avançando em relação às outras duas revistas que associam o conceito de família ao discurso sobre o casamento gay como um tema que precisa ser discutido, nesta capa de 2013 da *The New Yorker*, o concei-

to de família se forma na materialidade imagética do enunciado como um dado de existência histórica na sociedade: os porta-retratos na parede da casa registram os momentos da história dessa família. Este enunciado expande o conceito de família, evidenciando a homoparentalidade como uma de suas possibilidades de configuração.

Os sentidos que decorrem dessa formulação do conceito de família constituindo o discurso sobre o casamento gay encaminham-se numa direção em que são refutados e negados por aquelas formulações da revista *Valeurs Actuelles* (cf. figura 18). Ali, os sentidos negam o valor de verdade do conceito de família homoparental, visto que ao dizer “não” pro “casamento homossexual”, a revista ilustra o que seria a família do casamento gay, e o faz estabelecendo uma representação abstrata desse conceito e da identidade dos sujeitos que o integram.

Neste ponto, é fundamental nos determos um pouco no tocante à relação entre casamento homoafetivo e a noção de família, pois a regulamentação das uniões entre pessoas do mesmo sexo tem uma implicação direta sobre este conceito. Defendemos, inclusive, que o fato de as relações homoafetivas tornarem ainda mais evidentes a transformação por que tem passado a família nas últimas décadas seja o fundamento para posicionamentos discursivos divergentes no debate acerca do casamento civil homoafetivo.

Refletindo esta questão, concordamos com Roudinesco (2002) que, desde a segunda metade do século XX, a instituição familiar, fortemente marcada por um viés patriarcal, tem escapado, continuamente, do clássico modelo que fora tomado como seu princípio fun-

dador: a união “definitiva” de um homem e uma mulher assentada sobre uma função procriadora. Esta ordem procriadora que estava na base do conceito de família começou a se modificar com os acontecimentos que eclodiram na esteira dos movimentos de liberação sexual: a descoberta da pílula anticoncepcional, a instituição do divórcio, a legalização do aborto, os avanços no campo da genética, a inserção da mulher no mercado de trabalho.

Marcada por esses eventos da história, a família tem ganhado novas configurações, produzido novos arranjos, um verdadeiro “mosaico”: pais, já no segundo ou terceiro casamento, se unem trazendo os filhos das relações anteriores, mulheres que decidem ser mães solteiras recorrendo à inseminação artificial, homens ou mulheres estéreis que têm filhos através de uma mãe de aluguel, casais que escolhem não procriar e preferem a adoção de crianças, pessoas que decidiram ficar sozinhas após um casamento, com ou sem filho, e tantos outros arranjos que seria demorado enumerarmos aqui. No entanto, todas essas novas e diferentes parentalidades vêm atestar que a família é, mais do que nunca, uma criação a partir das demandas sócio-afetivas dos sujeitos e não uma norma da sociedade.

Discutindo à luz do Direito familiar essa dinamicidade que caracteriza a família contemporânea, Poli & Poli (2013) afirmam que “a família é autoconstrutiva, reconstrói-se e recompõe-se de muitos modos e maneiras, nos mais diversos territórios, de acordo com as peculiaridades do momento histórico em que se concebe e a ebulição social do momento” (p. 179-180). Dessa observação decorre que a

família não seria um dado jurídico, mas fato social. De modo que, ao ordenamento jurídico cabe apenas reconhecê-la como tal, jamais impor-lhe os contornos.

É dentro dessa ordem familiar mosaica que ganham espaço as famílias homoparentais⁵⁶. Ao descrever as transformações na estrutura familiar, Roudinesco (2002) mostra que no caso dos homossexuais, a possibilidade de fundar uma família sempre esteve condicionada à manutenção de um casamento com alguém do sexo oposto. Em princípio, isto implicava dissociar as práticas sexuais ligadas a sua inclinação homoerótica dos atos sexuais necessários à reprodução. Tal concepção “contribuía para fazer a homossexualidade se assemelhar à manifestação de um desejo necessariamente ‘perverso’” (p. 84). Quando os pais homossexuais daquela geração dos anos 1970 decidiram transgredir àquela ordem parental e passaram a formar famílias com casais do mesmo sexo, a ordem simbólica da família procriadora tradicional viu-se ameaçada, então ganham força as interdições à ideia da homoparentalidade.

Conforme a autora citada, o escândalo dessa nova parentalidade não residia no fato de que um homossexual pudesse ter filhos com uma pessoa do outro sexo, se ele assim preferisse, mas na recusa manifesta pelos homossexuais de se curvar às regras de procriação natural ao constituírem suas famílias. Isto é, “que um homem não quises-

56. Cumpre destacar que as formas de constituição das famílias homoparentais se dão, geralmente, em circunstâncias semelhantes àsquelas que citamos para os hétéros, neste caso, a diferença está apenas no fato de os pais ou as mães serem homossexuais.

se nada além de um ato carnal com uma mulher para gerar, e que uma mulher não desejasse de um homem mais que seu sêmen para procriar, aí estava a transgressão” (ROUDINESCO, 2002).

Nesse movimento, retomamos a questão do casamento, pois sendo este um rito social que reverencia a família, estendê-lo aos homossexuais seria, aos olhos de uma moral conservadora, despojá-lo dos ornamentos de sua antiga sacralidade. Seria considerá-lo próximo do que define Roudinesco (p. 91): “um modo de conjugalidade afetiva pelo qual cônjuges — que às vezes escolhem não ser pais — se protegem dos eventuais atos perniciosos de suas respectivas famílias ou das desordens do mundo exterior”.

Nesse sentido, Freire (2012) aponta que a ideia de casamento homoafetivo significa um aprofundamento da igualdade de humanidade, pois ela amplia o escopo do que consideramos legítimo e verdadeiro em termos de relações amorosas e formas familiares, brindando reconhecimento social e estima a um grupo de pessoas que até então permaneciam à margem, estigmatizadas, inferiorizadas, patologizadas, ou seja, excluídas da legitimidade.

Concordamos com o autor e defendemos que o deslocamento compreendido pelo casamento homoafetivo no conceito tradicional de família é o que está no cerne dos embates discursivos que o tema suscita, afinal, ele traz em si um reordenamento de todos aqueles valores morais, representações simbólicas e práticas que historicamente conferiram à heterossexualidade um estatuto moral e social superior, le-

gítimo e natural em relação a outras formas de relacionamento e práticas sexuais.

Pela ótica do discurso contrário ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, importa menos a equivalência jurídica entre héteros e homossexuais do que a desconstrução de antigos regimes de verdade e seus efeitos sobre a liberdade dos sujeitos. O discurso de rechaço não deriva dos direitos à herança, ou dos direitos patrimoniais a que os casais homoafetivos passariam a desfrutar com o casamento civil, antes, é o compartilhamento do reconhecimento social e da estima que uma instituição socialmente valorizada como o casamento confere às pessoas. É, em certo sentido, a perda do monopólio de um lugar privilegiado em nossa cultura e sociedade que se dá no reconhecimento do casamento homoafetivo e conseqüentemente das famílias que daí decorrem. Isto porque o alto custo simbólico desse deslocamento corresponde à emergência de novos lugares discursivos para o sujeito em relação à homossexualidade.

Concluindo a análise da capa da *The New Yorker* sobre o Dia das Mães, queremos tratar de outros efeitos de sentido que subjazem à inscrição da materialidade visual da revista. Com isso, pensamos como Milanez (2011, p. 13) que “as imagens trazem consigo memórias de outras imagens que aparecem por meio de repetições portadoras de novos acontecimentos imagéticos”. Mas nesse acontecimento imagético que emerge na capa da revista americana que memórias aparecem? Como elas se repetem?

Ao lançarmos um primeiro olhar sobre a imagem da capa, antes de nos determos à composição dos detalhes que a convertem em discurso, nos deparamos com traços e indícios, pistas que arrastam os sentidos para a memória de outros lugares discursivos. Neste caso, após compor de forma precursora para o leitor uma cena do cotidiano de uma família homoparental na sua imagem de capa, a revista retoma os traços de um antigo quadro pintado ao longo da história sobre as relações de gênero, em geral, e os relacionamentos homoafetivos, em particular.

Desse modo, observando a imagem numa perspectiva discursiva, apreendemos em seus elementos mínimos o constituinte de signos cujos sentidos históricos têm determinado regimes de saberes e verdades sobre o sujeito. São elementos que encontramos, por exemplo, na roupa das mulheres na imagem: uma de roupão e chinelo azul, a outra completamente de rosa. Cores que se repetem nas imagens das duas nos porta-retratos na parede. Nesta cena, outros índices imagético-discursivos vêm restabelecer sentidos para o sujeito: o par de xícaras, também nas cores azul e rosa, sobre o balcão da cozinha, a caracterização física do casal de mulheres, em que uma, de cabelos pretos longos, com semblante emocionado, leva a mão à boca, quase chorando. A outra, de cabelos curtos e claros, mantém sob as lentes dos óculos um olhar sereno para o cartão que lê.

O conjunto de todos esses vestígios semiológicos presentes na capa da *The New Yorker*, funcionam retomando a memória de um discurso acerca dos casais homoafetivos, no qual um assumiria um papel de gênero tido supostamente como masculino, enquanto ao outro cabe-

ria o lugar “destinado” ao feminino. Este modelo dicotômico, como ainda são tratadas em nossa sociedade as relações de gênero e a sexualidade, produz igualmente seus efeitos sobre casais héteros e homossexuais. No caso da revista em análise, o fato de uma das mulheres se vestir e usar objetos na cor rosa, seus cabelos longos e sua sensibilidade exposta lhe atestaria um lugar sócio-historicamente construído sobre o feminino e que fora determinante no modo como a sociedade passou a compreender o sujeito mulher. Ao passo que, a outra mãe da cena retoma uma imagem na qual vemos ancorar sentidos que estão inscritos na história sobre o masculino: vestir-se na cor azul (jamais de rosa), usar cabelo curto, controlar as emoções.

Sob a égide desse binarismo das relações de gênero no qual a dimensão da sexualidade humana aparece circunscrita à reiteração de papéis sexuais, conforme nos são dadas as imagens na capa da revista, não nos cabe enquanto analistas definir tais imagens como verdadeiras ou falsas, mas entender como se dá seu funcionamento no processo de constituição de verdades sobre o sujeito e a homoafetividade no discurso da mídia. Discurso que, como lugar de verdade, divulga determinados dizeres e comportamentos que funcionam na retomada e manutenção dos estereótipos que essencializam a sexualidade.

Posto isso, prossigamos tratando das formas de sucessão dos enunciados. Sobre isso, Foucault (2008b) sugere que se faça a descrição dos diversos *tipos de correlação entre os enunciados*. Estas correlações implicam um sistema de dependências “em que se distribuem os elementos recorrentes que podem valer como conceitos”. E

lembra que esses tipos de correlação “[...] nem sempre são idênticos ou passíveis de ser superpostos às sucessões manifestas da série enunciativa” (p. 63), pois não estão inscritos na ordem dos enunciados, mas nas relações possíveis de serem estabelecidas entre eles. Dentre os tipos de correlação dos enunciados, o autor cita a “[...] correlação hipótese-verificação; asserção-crítica; lei geral-aplicação particular” (p. 63).

Consideremos o par da correlação entre *lei geral-aplicação particular*, como modelo para a análise do objeto discursivo casamento gay e da sucessão de seus conceitos. Podemos, então, estabelecer correlações entre enunciados, tomando o tema do casamento gay como sendo a base da lei geral da derivação enunciativa e que os conceitos derivados a partir dele seriam aplicações particulares de suas regras de formação.

Desse modo, podemos notar, por exemplo, a correlação entre a chamada de capa da *Superinteressante* (cf. figura 12), “Casamento gay” e o enunciado do subtítulo “O Brasil nega 37 direitos fundamentais aos homossexuais”. Aquela aparece enquanto lei geral de desempenho dos enunciados, e o subtítulo mostra uma aplicação particular em um campo específico, o do Direito. Desse modelo de correlação, podemos verificar que o “casamento gay” deriva uma cadeia de conceitos que vão se sucedendo, sempre em torno do mesmo objeto discursivo: “casamento gay” aponta para “direito dos homossexuais”, que aponta para “liberdade de escolha” (cf. figura 14), que aponta para “casamento para todas” (cf. figura 15), que aponta para “família”

(cf. figura 19), que aponta para “homoparentalidade”, “procriação”, “adoção” (cf. figura 16) etc. Como vemos, a partir da ideia do casamento gay, uma constelação de conceitos vão se agregando uns aos outros dentro de um “esquema de dependência” em que um depende da existência do outro para sucedê-lo.

O segundo modo de descrição da formação dos conceitos compreende a análise das *formas de coexistência dos enunciados*. Essa direção corresponde à definição dos *campos de presença*, dos *campos de concomitância* e do *domínio de memória*. No que respeita ao campo de presença, ele é caracterizado por M. Foucault (2008b) como “todos os enunciados já formulados em alguma outra parte e que são retomados em um discurso a título de verdade admitida, de descrição exata, de raciocínio fundado ou de pressuposto necessário, e também os que são criticados, discutidos e julgados” (p. 63).

Para mostrar como funciona o campo de presença na configuração de um discurso, tomamos para análise a revista *New York* de fevereiro de 2013 que, dois anos após a legalização do casamento gay em Nova York, traz uma matéria de capa sobre o fim do casamento gay.



Figura 20: capa da revista *New York* fev. 2013. Fonte: <http://nymag.com/>

A matéria nos chama a atenção, antes de tudo, por seu aspecto antecipatório de uma questão ainda tão recente na história dos direitos civis homoafetivos no mundo, como é o caso do casamento gay, e que para muitos, inclusive americanos, ainda é um direito não conquistado. Todavia, a revista é direta: à medida que mais casais se casam, mais casais se divorciam. E com os gays não é diferente.

Antes de atermo-nos ao funcionamento dos conceitos de *igualdade* e *divórcio* no campo de presença onde se forma o discurso sobre o casamento gay, importa retomar Courtine ([1981]; 2009) quando este, caracterizando a memória discursiva, observa os três níveis de relações de sentido que as formulações de um campo enunciativo estabelecem com o passado – domínio de memória –, o presente – do-

mínio de atualidade – e o futuro – domínio de antecipação. Neste ponto, nos interessa, particularmente, o domínio de antecipação.

Quando falava de domínio de antecipação como constituinte da memória discursiva, Courtine, naquele momento, caracteriza-o a partir da relação que se estabelecia com o que chamava de “sequência discursiva de referência”. Tentando operacionalizar a produtividade desses pressupostos teóricos na Análise do Discurso hoje, cuidaremos aqui de deslocar esta noção de domínio de antecipação para além da formulação de sequências discursivas. Assim, articulamos o regime de antecipação no espaço em que se constituem os objetos discursivos a fim de compreendermos a formação de conceitos em torno do discurso do casamento gay.

Posto isso, o que esta capa da revista *New York* nos mostra é a circunscrição, em seu intradiscurso, de um domínio de antecipação relativo ao casamento gay. As relações que nos são possíveis de estabelecer entre o tema do casamento e o conceito de “divórcio”, mobilizado na materialidade da capa da revista, só são interpretáveis como efeitos de uma antecipação, ou seja, a formulação enunciativa na figura 20 aponta a uma possibilidade futura, uma consequência do que pode vir como realidade sócio-histórica decorrente da efetivação do casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Assinalando que ainda não houve um término do processo discursivo que culminou na aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo, o efeito de sentido que decorre desse domínio de antecipação acentua o caráter aberto que o objeto discursivo mantém com seu exte-

rior. Nesse caso, assim como há um *sempre-já* do discurso, o conceito de divórcio será um *sempre-ainda* em relação ao tema do casamento.

Queremos ainda atentar para a materialidade imagética do enunciado. Ela traz uma referência memorial que remonta sentidos inscritos na história. Como nos lembra Gregolin: “o poder da imagem é o de possibilitar o retorno de temas e figuras do passado, colocá-los insistentemente na atualidade, provocar sua emergência na memória do presente” (GREGOLIN *apud* MILANEZ, 2006, p. 106). Neste caso, temos o retorno do tema da separação amorosa: a foto do casal, que após ser rasgada, foi remontada em seus pedaços. Aqui, este tema faz aparecer um novo conceito relacionado ao casamento gay: o divórcio.

Ao seu lado, o conceito de “igualdade” também aparece intradiscursivamente neste enunciado relacionado ao objeto do discurso casamento gay, e nele queremos nos ater um pouco. Através deste conceito, o enunciado da revista americana retoma o texto da *Superinteressante* quando a publicação brasileira também compartilha do conceito de igualdade relacionado ao casamento gay: “Se o Estado faz diferença entre pessoas por causa da orientação sexual, como devemos entender o princípio, expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de que todos somos **iguais** perante a lei?” (Grifo nosso). O conceito de igualdade que atravessa esse *campo de presença* é o que possibilita o retorno de um enunciado já formulado na *Superinteressante*, no discurso da revista *New York* a título de “verdade admitida”.

Mas na descrição do campo de presença, verificamos outros enunciados da mídia que, em relação de coexistência, auxiliam na produ-

ção de um mesmo objeto do discurso, atuando com o conceito de igualdade. Um dos subtítulos da reportagem da *New York* é “divórcio para todos”. Podemos ler aí a ideia de “igualdade para todos”, inclusive no divórcio, ao se confrontar com os desgastes da burocracia jurídica ao lado do rompimento do relacionamento afetivo. Esse enunciado “divórcio para todos” nos reenvia àquele do “casamento para todos” que teve início na França e que, na capa da revista *Elle* (cf. figura 15), derivou para “casamento para todas”.

A existência desse conceito de “igualdade para todos” trabalhando na produção de um discurso sobre o casamento gay, ou “casamento para todos”, já circulara antes, em dezembro de 2012, numa chamada de capa do jornal *Libération* (cf. figura 21).

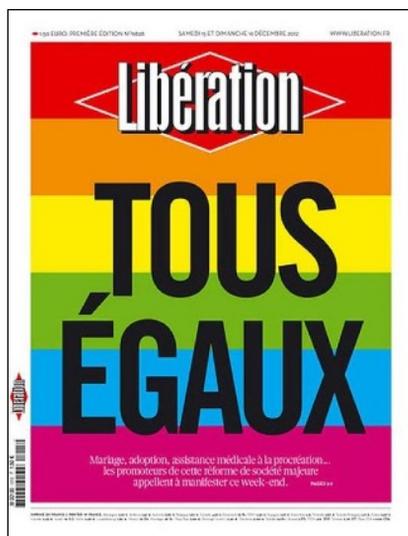


Figura 21: capa do *Libération* de dez. 2012.

Fonte: <http://www.liberation.fr/>

Com o título “Todos iguais” escrito sobre as cores da bandeira do arco-íris, o jornal francês destaca as manifestações daquele final de semana sobre a questão do casamento para todos na França. A formulação deste enunciado nos parece sintetizar toda a cadeia de relacionamentos que recobre os enunciados onde se articula o conceito de “igualdade” no discurso sobre o casamento homoafetivo. Desse modo, a capa do *Libération* entra num jogo relacional com o slogan da campanha pela regulamentação das relações entre pessoas do mesmo sexo na França – *casamento para todos* – de modo a repeti-lo inter e intradiscursivamente em seu enunciado: *todos iguais*.

Entretanto, o delineamento do campo de presença de um discurso, enquanto lugar de coexistência enunciativa, não retoma apenas os enunciados a título de verdade admitida, mas se reporta também àqueles dizeres “que são criticados, discutidos e julgados” (FOUCAULT, 2008b, p. 68). Nessa perspectiva, o jornal enfatiza em sua capa o tema do casamento para todos (destacando inclusive as cores da bandeira do movimento LGBT) enquanto pertencente àqueles enunciados criticados, discutidos e julgados socialmente⁵⁷. E assim, o coloca ao lado de outras questões igualmente debatidas naquele contexto francês: “casamento, adoção, assistência médica à reprodução...” Em seguida, o jornal os caracteriza como reivindicações de uma “ampla reforma da sociedade”. Desse modo, o *Libérati-*

57. Na França, um estratégico movimento político contrário ao casamento homoafetivo saiu às ruas e organizou grandes protestos nas semanas que antecederam e sucederam a aprovação do casamento para todos naquele país.

on articula uma “validação lógica” para o discurso do casamento homoafetivo, pois se lutamos pelo *tous égaux*, o casamento para todos é parte dessa “grande reforma da sociedade”, pela igualdade.

Como é possível perceber, o campo de presença é uma das formas de coexistência dos enunciados. Nele, os enunciados se ligam uns aos outros numa necessária relação de dependência. Ao descrevê-lo, verificamos uma série de formulações sendo retomadas dentro de um discurso, produzindo conceito e objeto determinados.

Diferentemente do campo de presença, *o campo de concomitância* enunciativa – a segunda forma de coexistência dos enunciados – integra aquelas formulações de ordem diversa, que não recortam o mesmo objeto, mas que, ainda assim, atuam sobre o modo como se dá existência aos conceitos. Esse modo de coexistência enunciativa aparece bem exemplificado na abertura da matéria da *Superinteressante* (cf. figura 12):

Até 1977, casar no Brasil era aventura para sempre. Pode parecer estranho para quem não viveu aqueles tempos, e mais estranho ainda para quem os viveu, mas naquela época a lei proibia o divórcio. [...] Na sessão que aprovou o divórcio, um parlamentar disse que o país criava uma “fábrica de menores abandonadas”. O deputado Néelson Carneiro, espécie de paladino da causa, batalhou duas décadas para emplacar seu projeto de legalização. Nesse tempo, foi tratado como qualquer coisa entre o herói libertário e o anticristo que enfrentava católicos e desprezava crianças. Hoje, para muita gente essa passagem parece um episódio folclórico dos tempos em que o Brasil era um país tacanho e conservador. Mas há quase três décadas a legalização do divórcio despertava emoções e debates tão fortes quanto a idéia de permitir, hoje, que duas pessoas do mesmo sexo tenham permissão para se casar. Para os críticos, trata-

se de uma ameaça à família, à sociedade e às crianças que serão educadas por esses casais (*SUPERINTERESSANTE*, 2004).

De acordo com Foucault em *Arqueologia do saber*, os enunciados em um campo de concomitância “atuam entre os enunciados estudados, seja porque valem como conformação analógica, seja porque valem como princípio geral e como premissas aceitas para um raciocínio” (2008b, p. 64). Neste exemplo, a revista brasileira enuncia sobre um objeto inteiramente diferente daquele do seu discurso para, então, trazer a problematização: a partir do discurso produzido quando da aprovação do divórcio no Brasil, a *Superinteressante* estabelece uma analogia com o discurso atual contrário ao casamento gay. Então, reafirma sua posição discursiva: “se o divórcio foi aprovado, e a sociedade, a família e as crianças não foram, nem estão ameaçadas por isso, por que esta premissa não valeria para o casamento gay?”. Portanto, o desempenho da sequência enunciativa sobre o divórcio está apenas em um campo de concomitância com aqueles sobre família, homoparentalidade, igualdade etc., já que não dão existência ao mesmo objeto: o casamento gay.

Por fim, dentre as formas de coexistência do campo enunciativo, M. Foucault (2008b) define o *domínio de memória*. E julgamos pertinente ressaltar que na proposta da *Arqueologia*, o domínio de memória não deve ser confundido com a noção de campo associado – também da M. Foucault – tampouco com o *interdiscurso* definido por Michel Pêcheux. O *domínio de memória*, nas palavras de Fou-

cault, trata-se: “dos enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos, que não definem mais, conseqüentemente, um corpo de verdades [...] mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica” (p. 64).

Diante de tal especificidade, não é uma tarefa fácil mostrar o funcionamento do domínio de memória quando tratamos de um objeto que se materializa nos discursos de curta duração da mídia. Isto porque a análise deste domínio requer que trabalhemos com enunciados desempenhados muito anteriormente à própria constituição histórica do objeto discursivo sobre o qual lançamos nossa investigação.

Todavia, com esta compreensão do que particulariza o domínio de memória, trazemos um cartum da página cartoonstock.com, cujo tema é o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Intitulada “O cemitério da estupidez”, a imagem mostra uma lápide com a inscrição “Casamento é entre um homem e uma mulher” sendo colocada ao lado de outras três sepulturas cujos enunciados nelas inscritos tratam, respectivamente, “da lei da miscigenação americana”; “da proibição do voto feminino” e da “política de proibição a homossexuais, declarados, ingressarem no serviço militar dos EUA”.



Figura 22: cartum *cemitério da estupidez* (*Graveyard of stupidity*), 2012.

Fonte: <http://www.cartoonstock.com>

Em conformidade com a perspectiva arqueológica, o domínio de memória compreende enunciados que não possuem mais valor de verdade e, conseqüentemente, não são mais admitidos. Contudo, os enunciados do nosso presente estabelecem com eles relacionamentos que apontam as transformações históricas. Por esta via, reconhecemos que a partir do cartum da *web site*, se isolarmos o enunciado “casamento é entre um homem e uma mulher”, que é um enunciado da nossa atualidade, verificamos o desempenho de um domínio de memória validando a existência desse enunciado integrado aos demais.

O discurso do cartum estabelece um laço de continuidade entre a lápide do casamento e aquelas do racismo, do voto feminino e do “não pergunte, não conte” (tradução nossa), para nos dizer que o enunciado “Casamento é entre um homem e uma mulher” caracteriza

um discurso que já não representa mais uma verdade de nossa época e, como os demais, será “sepultado no cemitério da estupidez”.

A relação de continuidade entre os enunciados nesse domínio de memória pode ser observada, por exemplo, na sucessão de cada acontecimento na história, quando cada um desses discursos, agora articulados ao do casamento gay, foi admitido e discutido como verdadeiro. Esta cronologia é obedecida na ordem de colocação dos túmulos⁵⁸.

Tratando da relação do homem com a verdade em cada formação histórica, Veyne (2008) precisa que a cada época, a humanidade encontra-se fechada em discursos assim como se fosse em aquários falsamente transparentes, contudo, ignora quais são e até mesmo que existe o aquário.

Nesses termos, só nos é possível pensar a verdade e o sujeito numa relação constante com a história, pois o discurso varia no tempo, mas cada tempo tem seu modo *verdadeiro* de dizer e fazer. E o que um dia fora admitido como verdade já não terá razão de ser em um momento posterior. Assim, o domínio de memória articulado no cartum produz efeitos de sentido onde se ratifica que “o passado antigo e recente da humanidade é apenas um vasto cemitério de grandes verdades mortas” (VEYNE, 2008, p. 16).

Também nessa perspectiva de que a verdade é produzida historicamente, Foucault (2006a) nos mostra que há sempre uma “vontade

58. A lei americana do “não pergunte, não conte”, que proibia homossexuais de declararem sua orientação sexual enquanto servissem às forças armadas, foi revogada em 2010, pelo presidente Barack Obama.

de verdade” própria de uma sociedade em determinada época. E será esse regime de verdade que acolherá determinado discurso e o fará funcionar como verdadeiro. Assim, a vontade de verdade se imbrica por mecanismos e instâncias “que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade” (p. 11).

Encerramos esta seção enfatizando que nela nos ocupamos da formação dos conceitos que caracterizam um discurso. E de mesmo modo que os enunciados coexistem entre si, os conceitos entram em relação de coexistência com outros conceitos, inclusive por um domínio de memória, vindo a formar o objeto do discurso. Pelo *campo de presença* e o *campo de concomitância*, vimos uma pequena cadeia de conceitos se coadunando em torno do objeto discursivo que estudamos. Por sua vez, o *campo de memória* articulou o discurso sobre o casamento gay a velhos enunciados invalidados pela história, indicando que o conceito de “estupidez”, presente no cartum, também pode coexistir com todos os demais do campo enunciativo em que aparecem e circulam dizeres sobre o casamento homoafetivo.

3.7 Tecendo as estratégias do discurso

A última parte das *unidades do discurso* trata da *formação das estratégias*. Para M. Foucault (2008b) elas compreendem os temas e teorias caracterizados pelos enunciados que provêm de certo domínio

discursivo. Seu propósito, ao falar da formação das estratégias, é o de definir como esses temas se distribuem na história. O filósofo anuncia que é preciso determinar os “[...] pontos de difração possíveis no discurso” (*ibidem*, p. 73). Estes estão organizados em: *pontos de incompatibilidade*, *pontos de equivalência* e *pontos de ligação de uma sistematização*.

Inicialmente, como pontos de incompatibilidade, temos os casos em que dois objetos, tipos de enunciação ou conceitos distintos não podem ocupar o mesmo lugar em uma série ou num mesmo enunciado: o que incorreria numa contradição. Já por pontos de equivalência, consideram-se os casos em que, mesmo havendo essa incompatibilidade entre objetos, modos de enunciação e conceitos, “[...] suas condições de aparecimento são idênticas” (*ibidem*), ou seja, são inscritos discursivamente pelas determinações de uma mesma formação discursiva. Por fim, os pontos de ligação de uma sistematização dizem respeito aos enunciados que possibilitam o surgimento de uma cadeia de novos objetos, conceitos e tipos de enunciação, ao mesmo tempo incompatíveis e equivalentes, que são inferidos a partir de determinados temas ou teorias.

Para demonstrar como se formam as estratégias nos enunciados em torno do nosso objeto, o discurso sobre o casamento homoafetivo, partimos de uma propaganda da marca de joias Kenneth Cole, publicada em 2004, quando o primeiro Estado americano legalizava o casamento entre pessoas do mesmo sexo e o tema entrou no debate político da

eleição presidencial naquele país. À época, pesquisas davam conta que os americanos estavam bastante divididos a respeito do tema.

Refazendo as linhas gerais do método arqueológico foucaultiano, na descrição dos enunciados com vista aos conceitos que os recobrem, é preciso, de início, observar como estes se sucedem em séries enunciativas. Na propaganda da figura 22, a materialidade verbal enuncia: “52% por cento dos americanos acham que casamentos entre pessoas do mesmo sexo não devem ser aceitos”, seguido de “você está nos incluindo?” (tradução nossa) e a assinatura da marca Kenneth Cole. No nível da materialidade imagética, temos duas mãos masculinas entrelaçadas em que uma usa acessórios (relógio e aliança) da marca anunciante. Podemos observar, na disposição da construção enunciativa, que a mesma se forma em torno de conceitos como *casamento*, *opinião pública*, *gay friendly*⁵⁹.



Figura 23: anúncio da marca Kenneth Cole.

Fonte: <http://www.sfgate.com/default/article/Kenneth-Cole>

59. Expressão usada a partir dos anos 1990, que caracteriza políticas afirmativas de pessoas, empresas, marcas e produtos em relação à homossexualidade.

Estes conceitos podem ser demonstrados nos índices verbo-imagéticos presentes no enunciado: os dados estatísticos que representam a opinião pública, a assinatura do anunciante marcando sua voz enquanto empresa simpática aos gays, as mãos masculinas firmemente envoltas como o gesto de um casal que segue, a aliança no dedo, esquerdo, fazendo entrever a imagem ritualística do casamento ou do compromisso deste.

Quanto à formação das estratégias, podemos pensá-las a partir dos *pontos de difração* do discurso. É possível, a princípio, considerar que haveria um ponto de incompatibilidade no enunciado acima quando da relação do discurso da marca Kenneth Cole com o discurso da opinião pública: o conceito de casamento de ambos é incompatível, os sujeitos enunciam de lugares divergentes. Vale interrogar: como uma empresa venderia um produto defendendo um conceito que a maioria da opinião pública rejeita? O princípio da *contradição manifesta* de que trata a *Arqueologia*? Seria, se tal contradição não permitisse que esses conceitos funcionassem mutuamente no interior da sequência enunciativa. Ou seja, os pontos de incompatibilidade funcionam integrados aos pontos de equivalência, quando determinados pelas mesmas regras de formação.

A contradição, sob a ótica da arqueologia foucaultiana, funciona ao longo do discurso como o princípio da sua historicidade. Por nunca contorná-la completamente, o discurso sempre se metamorfoseia. “Longe de ser aparência ou acidente do discurso, [...] constitui a pró-

pria lei de sua existência: é a partir dela que ele emerge; é ao mesmo tempo para traduzi-la e superá-la que ele se põe a falar” (FOUCAULT, 2008b, p. 175). Desse modo, analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições, mostrar o funcionamento dos jogos que nele elas desempenham.

Em relação ao anúncio da Kenneth Cole, o que dá lugar à contradição na produção enunciativa é o que torna possível a emergência do discurso da empresa a favor do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Vender um produto defendendo um ponto de vista contrário a de uma suposta maioria, eis o “grande jogo da contradição” no funcionamento discursivo dessa publicidade. Os posicionamentos discursivos divergentes que marcam o lugar da opinião pública e o da empresa anunciante têm em comum elementos que preexistem a esses discursos, uma base comum de formulação: o fato de os homossexuais estarem reivindicando o casamento.

Nesse quadro, a contradição entre a opinião pública e a empresa anunciante deriva de um mesmo domínio de objeto, ainda que apresentem conceitos divergentes, nasce segundo as mesmas condições da função enunciativa e não nos cabe, portanto, resolvê-la, ou descobri-lhe um ponto de conciliação.

O que nos compete enquanto analistas é compreender o ponto de formação dessa contradição no discurso e seu funcionamento nele. A existência de uma contradição no enunciado da propaganda desempenha um papel nessa prática discursiva: para o anunciante se afirmar enquanto uma marca *gay friendly* nesse momento e fazer isso

produzir sentido no seu discurso foi necessário evocar em sua prática enunciativa um posicionamento discursivo que lhe fosse contrário, ao qual se ponha em oposição. E é dessa oposição que o discurso em torno do casamento homoafetivo suscita uma nova modalidade enunciativa no domínio discursivo da publicidade.

Como vemos na proposta da *Arqueologia do Saber* (2008b), “as escolhas estratégicas não surgem diretamente de uma visão de mundo ou de uma predominância de interesses que pertenceriam a este ou àquele sujeito falante; mas que sua própria possibilidade é determinada por pontos de divergência no jogo dos conceitos” (FOUCAULT, 2008b, p. 86). Quer dizer, há no exercício da função enunciativa uma incompatibilidade quanto ao conceito de casamento que, por sua vez, advém de uma incompatibilidade no desempenho de diferentes modalidades enunciativas, quais sejam: a opinião pública (traduzida nos números da pesquisa) contrária ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e um anúncio publicitário *gay friendly*. Todavia, mesmo havendo esses pontos de incompatibilidade entre o desempenho dos enunciados e as posições de sujeitos neles assumidas, eles se tornam equivalentes, pois são determinados pelas mesmas regras de formação.

Assim, se “dois elementos incompatíveis são formados da mesma maneira e a partir das mesmas regras; suas condições de aparecimento são idênticas; situam-se em um mesmo nível; e ao invés de constituírem uma pura e simples falta de coerência, formam uma alternativa”, mostrava Foucault (2008b, p. 73). Para essa aparente incompatibilidade

tibilidade dos conceitos no anúncio em questão, há uma estratégia discursiva que resulta em *pontos de ligação de uma sistematização*: pontos em que elementos a princípio incompatíveis, em seguida equivalentes, passam a se relacionar mutuamente na formação de um mesmo objeto do discurso.

Ampliando a lente de análise sobre o tema do casamento homoafetivo a partir do princípio discursivo da contradição, cumpre-nos convocar a presença de M. Pêcheux ([1981] 2009) que, ao redefinir alguns elementos da sua teoria, reencontra no princípio da contradição, um viés muito mais histórico do que político-ideológico. Com isso, os antagonismos que produzem a contradição no processo discursivo são os efeitos da presença da alteridade que afeta e sobre-determina o sujeito no momento de sua produção enunciativa no interior de uma formação discursiva. Na análise prática, o que legitima a existência material do discurso *gay friendly* da marca Kenneth Cole pelo casamento é a presença do outro do discurso, que neste caso se materializa nos números da pesquisa.

Em linhas gerais, este seria o modo de descrever os pontos de difração do discurso na análise da formação das estratégias: a observação dos pontos de incompatibilidade que dão lugar a pontos de equivalência e que, por sua vez, ainda fazem aparecer pontos de ligação de uma sistematização. A análise da formação das estratégias busca, assim, verificar a maneira como os temas podem passar a se relacionar quando da formação de objetos, conceitos e tipos de enunciação. Mas afinal, o que a análise dessas estratégias nos diz sobre a produ-

ção discursiva em torno do casamento homoafetivo na mídia e os sujeitos aí implicados?

No exemplo específico do anúncio da Kenneth Cole, podemos observar uma presença dispersa de posições de enunciação entrando em funcionamento e nos dando a ver lugares discursivos para os sujeitos na relação com a homoafetividade: neste caso, a posição de sujeito consumidor/cidadão, com direito a casar com alguém do mesmo sexo, mas, sobretudo que consome. É justamente através do *punctum*, retomando Barthes (1984), que a imagem desse enunciado vem garantir esse estatuto ao sujeito objeto da propaganda. O relógio da marca anunciante, no caso é o *punctum*. É sobre ele que incide nosso olhar para a imagem. É o ponto de destaque na imagem, ao mesmo tempo que é um índice, “um fragmento do objeto retratado”.

O relógio portado em um dos braços é o traço que não precisamos buscá-lo na imagem, pois ele nos chega de forma certa e, por um instante, parece estarmos não diante de uma publicidade pró-casamento gay, mas do catálogo de uma joalheria qualquer, é esta memória imagética que reconstituímos através desse elemento semiológico; o relógio que relaciona o enunciado como um todo a uma exterioridade, ao que lhe “falta”. Esta relação da imagem com a memória no anúncio nos traz a voz de Pêcheux (2007) afirmando que a memória absorve o acontecimento. Neste caso, o apoio manifestado da marca ao casamento entre pessoas do mesmo sexo quase tem seu efeito aplacado, ou torna-se menos aparente ante o modo como a imagem do relógio e a memória que a travessa se impõem no espaço do anúncio.

Para torná-lo objeto de um discurso a favor do casamento entre pessoas do mesmo sexo, o sujeito enunciativo articula o seu dizer a ditos de outros lugares institucionais, bem como a outras posições de sujeito. Afinal, é graças ao efeito de uma dispersão, a existência de múltiplas temporalidades, a coexistência de enunciados que se negam, se afastam, que é possível ao sujeito do discurso o exercício desta função enunciativa no interior do discurso midiático.

Podemos mencionar, por fim, que no que respeita ao lugar discursivo da mídia sobre o casamento homoafetivo, da posição que ocupa quando exerce este discurso, nos parece seguro afirmar que há marcadamente uma dualidade de posicionamentos, um embate discursivo que evidencia o sujeito enunciativo favorável ou contra. São as estratégias discursivas que M. Foucault (2008b, p. 74) caracteriza como um jogo de relações que “constitui um princípio de determinação que admite ou exclui, no interior de um dado discurso, um certo número de enunciados”. É nesse *campo de opções possíveis* que vimos encadear-se enunciados opostos sobre o casamento gay como no caso das revistas *Les Inrockuptibles* e *Valeurs Actuelles* (cf. figuras 16 e 18) em que cada uma objetivamente afirma seu posicionamento discursivo, a despeito da pretensa imparcialidade, tão cara à prática do jornalismo noticioso.

Até este ponto, objetivamos mapear uma arqueologia para o casamento gay enquanto objeto do discurso midiático. Historicizamos o casamento entre pessoas do mesmo sexo observando os deslocamentos no discurso do movimento LGBT no sentido de inserir-se na pauta das lutas pelos direitos humanos e liberdades individuais rei-

vindicada por outros grupos “minoritários” desde meados do século XX. Desenvolvemos nossas análises com base na segunda série enunciativa do *corpus* intitulada *Casamento gay e direito civil*.

Num primeiro contato com a materialidade enunciativa, nos detivemos às relações discursivas que a mídia, como instância “autorizada a falar” do objeto, efetua para tornar o tema do casamento gay um acontecimento na história contemporânea. Diagnosticamos, portanto, a judicialização do sujeito gay como condição para objetivá-lo na ordem do discurso midiático.

Nesse ínterim, sentamos base no método arqueológico, tomamos aquelas ferramentas que Foucault denomina de *unidades do discurso* e mostramos o funcionamento em rede dos enunciados sobre o casamento gay onde se evidenciam jogos de verdade que instituem saberes e sentidos acerca do sujeito em relação à homoafetividade.

Por fim, reafirmando o discurso enquanto lugar de lutas e estratégias, no capítulo seguinte, a partir da última série do *corpus*, que intitulamos *casamento igualitário e o acontecimento discursivo*, trataremos de outro ponto de inflexão no discurso do movimento LGBT. Neste caso, as campanhas pelo *casamento para todos/casamento igualitário* que, enquanto novo jogo de verdade, tenta romper com aqueles sentidos cristalizados pela mídia sobre “o casamento gay”. Olharemos para esta questão na perspectiva de um acontecimento discursivo, o qual, a fim de afirmar as liberdades individuais e escapar às categorizações em seu reducionismo, configura-se num jogo discursivo de resistência.

Gays no altar: sobre jogos de verdade no acontecimento discurso

Eu não espero pelo dia em que
 todos os homens concordem,
 Apenas sei de diversas harmonias
 bonitas, possíveis,
 Sem juízo final.
 Caetano Veloso; “Fora da ordem”

4.1 STF e as uniões homoafetivas: entre estrutura e acontecimento

Cada formação histórica, cada mudança, cada transformação que venha assegurar a manutenção de um dispositivo, no limiar das discursividades que aí ganham existência, põe-se em jogo em torno dos objetos que ela recorta um conjunto infinito de elementos como costumes, valores, saberes, palavras, normas, leis, instituições etc. Todas essas noções que marcam os contornos da existência histórica de um dispositivo enquanto “linhas que se movimentam” (DELEUZE, 1990), vemos funcionar em relação ao dispositivo da sexualidade.

Pelas análises realizadas nos capítulos anteriores, pudemos verificar algum ponto de “fissura” nos elementos que atravessam o dispositivo da sexualidade no que tange à questão da homossexualidade.

Do discurso do *coming out*, na segunda metade do século XX, às discussões atuais em torno do casamento para todos/igualitário, ou conforme marcamos no título desta tese, “do armário ao altar”, uma produção discursiva em constante deslocamento sobre o sujeito em relação à homossexualidade tem posto em ação novos campos de relacionamento de saberes e poderes sobre esta questão.

Pensando nessas “fissuras” que movimentam o dispositivo, ou seja, nas rupturas da história que instalam novos objetos, é preciso reafirmar que cada nova discursividade que irrompe no fluxo aberto de um dispositivo, carece de uma base institucional de saber-poder que legitime a sua existência. Nessa linha de compreensão, o saber jurídico é, depois do saber médico, o principal ponto de sustentação das práticas discursivas que atualmente dão lugar na sociedade ao casamento homoafetivo em sua espessura de acontecimento discursivo.

Trazendo ao debate o contexto brasileiro, trataremos de um episódio histórico recente na seara jurídica, cuja ampla repercussão na mídia tirou o tema das uniões entre pessoas do mesmo sexo do âmbito da privacidade humana e o pôs no espaço público das conversas cotidianas. Com isso, a produção discursiva que se seguiu ao evento conferiu-lhe o estatuto de um acontecimento discursivo. Mas, sobretudo, evidenciou o lugar do discurso jurídico como voz legitimadora para novas práticas e modos de subjetivação para o sujeito e as relações homoafetivas.

Em 05 de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) julga procedente juridicamente ação que reconhece as uniões estáveis en-

tre pessoas do mesmo sexo equiparando-as àquelas formadas por casais heterossexuais. De forma prática, o que se deu foi o entendimento do STF de que a união homoafetiva é uma entidade familiar, e que dela decorrem todos aqueles direitos e deveres que emanam da união estável entre um homem e uma mulher. Este foi o primeiro passo de uma grande inflexão na história da luta por direitos das pessoas LGBTs no Brasil.

Após este registro, convocamos o pensamento de M. Foucault (2002) quando este afirma que existem em nossa sociedade diversos lugares onde a verdade se forma, onde um certo número de regras de jogo são definidas – os jogos de verdade – a partir das quais vemos nascer certas formas de subjetividade, certo domínio de objetos, certos tipos de saber. Queremos, de início, articular esta ideia ao evento da decisão do STF para então, mostrar a discursivização que se deu no espaço midiático.

Com o resultado desse julgamento, o discurso de autoridade conferido ao Supremo Tribunal Federal institui no interior do dispositivo da sexualidade um saber legítimo acerca das uniões homoafetivas e dos sujeitos nelas implicados. Há, portanto, uma produção de verdade que efetivamente nos dá a ver outro lugar discursivo para o sujeito homoafetivo. Um fragmento da fala do ministro do STF Ayres Brito, quando da ocasião do julgamento citado, mostra o efeito de verdade perpassando o discurso no momento em que este se ancora no princípio universal da igualdade humana, incompatível, portanto, a distinções de qualquer natureza: “iguais para suportar deveres, ônus e

obrigações de caráter jurídico positivo, iguais para titularizar direitos, bônus e interesses também juridicamente positivados” (2011).

Do lugar institucional do STF, vemos através dessa decisão emergir uma série de enunciações que passam a funcionar como um *regime de verdade* (FOUCAULT, 2002) sobre os homoafetivos e a sexualidade de modo geral. Nesse sentido, em seu voto o ministro Marco Aurélio advertiu para o fato de que, ao contrário do que julga o senso comum, a homossexualidade não se trata de uma mera escolha do indivíduo⁶⁰: “ninguém se encaminha *sponte propria* para a homossexualidade (assim como para a heterossexualidade, obviamente). Trata-se de uma característica do indivíduo, como a cor dos olhos, a estrutura capilar, as aptidões, o caráter etc.” (2011).

Dentro desse regime de verdade baseado na igualdade e na liberdade da pessoa humana onde se articula o discurso do STF sobre as uniões e os sujeitos homoafetivos, uma série de efeitos e implicações passa a incidir diretamente sobre a percepção acerca de algumas instituições sociais, como o casamento. Este, hoje no centro de uma das principais transformações socioculturais no limiar da história neste século XXI.

Cumprе registrar que a decisão do STF não julgou nem se manifestou sobre o casamento civil. Essa abertura se deu como um efeito da equiparação das uniões homoafetivas às uniões estáveis e, conse-

60. A fala do ministro nos reenvia à discussão empreendida em torno do enunciado da revista *Época* (em 2.6) sobre o *outing* de Daniela Mercury que dizia: “assumir seu lado homossexual”.

quentemente, a conversão destas em casamento. Contudo, a conversão de uma união estável homoafetiva em casamento civil não se dava de forma automática, era necessário que o casal ingressasse com uma ação jurídica nesse sentido, ficando condicionada a mudança à compreensão de cada juiz.

Numa dessas conversões com base na jurisprudência criada com a decisão do STF, em 27 de junho de 2011, o juiz da 2ª Vara da Família da Comarca de Jacareí-SP homologou um pedido de conversão de união homoafetiva em casamento civil (CHAVES, 2011). A relevância desse exemplo é mostrar os efeitos de verdade que passam a definir e modificar as práticas discursivas e sociais nas experiências do cotidiano, decorrentes de um regime discursivo que emerge com a decisão do STF.

Ao fundamentar seu parecer favorável à conversão da união estável em casamento civil, a argumentação do juiz recaiu sobre o tema do casamento que, no entender do magistrado, não pode mais se sustentar numa finalidade procriadora que outrora já teve. Se assim não fosse, os casamentos entre pessoas heterossexuais inférteis, ou em idade avançada, incapazes de se reproduzir estariam vedados: “o motivo maior da união humana é – ou deveria ser – o amor [...] valor e virtude máxima fundamental” (CHAVES, 2011).

Ao enunciar um discurso em defesa da igualdade de direitos do sujeito homoafetivo, o STF produz uma singularidade na história sobre esses sujeitos, “faz uma estranheza de época”, conforme Veyne (2008), reposiciona antigos jogos de verdade sobre a homossexuali-

dade⁶¹. Este saber jurídico justifica um poder que, por sua vez, põe em ação um conjunto de leis, de direitos, de regulamentos, de práticas e institucionaliza tudo como um regime de verdade.

Contudo, este acontecimento da história passa a constituir-se numa discursividade “em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca” (PÊCHEUX, 2008, p. 19) no domínio da mídia. Como tal, dá lugar ao embate discursivo onde posicionamentos enunciativos e formulações diversas vão “fazer trabalhar” este acontecimento discursivo na esfera midiática. Nesse “fazer trabalhar” da mídia sobre o acontecimento, algumas formulações, na dispersão enunciativa que lhe dá existência⁶², vão organizar uma produção de sentido na direção daqueles saberes mobilizados pelos ministros do STF ao reconhecer as uniões homoafetivas.

Esses efeitos de sentido podem ser interpretados, por exemplo, na matéria da revista *Época* do dia 05 de maio de 2011, cuja manchete enunciava: “o Supremo sai do armário”, seguida do subtítulo: “ao reconhecer por unanimidade os direitos de casais gays, o STF induz o país a se modernizar”. A primeira notação que fazemos nesta análise diz respeito ao espaço de memória convocado na prática discursiva da revista. Nela, o enunciado “sai do armário” é deslocado de seu lugar

61. O reconhecimento das uniões homoafetivas pelo STF trouxe algumas mudanças vinculantes e abriu portas em diversos institutos jurídicos para casais homoafetivos. Por exemplo: adoção conjunta, direito a visita íntima nos presídios para parceiros do mesmo sexo apenados, conversão da união estável em casamento civil.

62. Qualquer pesquisa rápida em sites de busca na internet nos mostra um número quase infinito de materialidades enunciativas relacionadas ao reconhecimento jurídico das uniões homoafetivas pelo STF: textos, reportagens, fotos, vídeos, desenhos, charges, tirinhas...

de memória histórico, ligado à sexualidade gay, e passa a derivar para outras práticas – como a decisão o Supremo – que de algum modo caracterizem a atitude de assumir determinado comportamento ou ideia publicamente.

Decorre daí um segundo ponto importante desta análise que compreende o jogo metafórico envolvendo o enunciado “Supremo sai do armário”: os sentidos aí passam a deslizar para a ideia de modernidade, autorizando-nos a relacionar a decisão do STF a uma prática dos países modernos, precursores nas conquistas por direitos civis de minorias e das liberdades individuais, a exemplo do *coming out* anos antes. Decorre daí uma possibilidade de existência para a metáfora discursiva do armário.

Esse efeito de sentido que relaciona a decisão do STF a algo positivo e inovador para o país se materializa também na reportagem da edição 2.165 da revista *Istoé* cuja chamada enuncia: “diante da omissão do Congresso, o STF reconhece a união gay e garante direitos a pelo menos 60 mil casais”. A revista retoma em sua materialidade enunciativa o discurso dos ministros do STF durante o julgamento, quando “convocaram” o Congresso a legislar especificamente sobre o assunto dando às uniões homoafetivas valor de lei, uma vez que o Judiciário apenas as regulamentou.

O discurso da revista produz sentidos sobre a questão da inércia e omissão do Legislativo brasileiro diante de temas que envolvam garantia de direitos à população sexo-diversa. Contudo, é nesse “contexto de atualidade” em que redes de sentidos são produzidas, que se

dá o confronto discursivo em torno do acontecimento, pois como bem afirma M. Pêcheux (2008, p. 56) apenas por existir, “todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos [de sentido]”, como mostram as imagens seguintes:



Figura 24: charge de Alpino. Fonte: <http://noticias.yahoo.com/blogs/alpino>



Figura 25: “charge gayzista”, Fonte: <http://thomate.blogspot.com.br>

Ambas as charges foram produzidas nos dias seguintes ao reconhecimento das uniões homoafetivas pelo STF. Na figura 23, a charge – acompanha a chamada “STF reconhece uniões homoafetivas” – reproduz o que seria supostamente a imagem de um ministro do Supremo Tribunal Federal, como atestam os traços semiológicos que a compõem: a figura toda de preto parcialmente coberta pela vestimenta comprida remete à toga e ao figurino daqueles magistrados. No entanto, um elemento dessa composição produz um “ruído”, uma desestruturação nesse trajeto de sentido com que iniciamos nossa interpretação do enunciado da charge: a meia nas cores do arco-íris.

A produção de sentido que agora começa a se configurar marca o “confronto discursivo” através do acontecimento em relação àquelas formulações das revistas *Época* e *Istoé*. O gênero charge funciona regulando o exercício da função enunciativa, que já não é mais a mesma das revistas: aqueles anunciados produzidos na esfera jornalística das publicações semanais, ainda que remetam ao mesmo evento das charges, não constroem as mesmas significações, pois se inscrevem em formações discursivas distintas destes.

Nessa direção, a produção de sentido que irrompe com a imagem da meia colorida, sobre a qual imediatamente incide o nosso olhar, sobressaindo ao visual em branco e preto do cartum, se materializa na ruptura do fio discursivo com o efeito de “absurdo”, de “incongruência” que a cena suscita, abrindo uma via para o humor⁶³. Nesse instante os sentidos se deslocam, pois o humor funciona violando certos “saberes” sobre os sujeitos e a história. Contudo, esta operação de desestabilidade dos sentidos que os elementos na materialidade enunciativa deflagram nos leva a refazer uma máxima da arqueologia foucaultiana: “por que esta enumeração e não outra?” (2008b, p. 48) Por que a meia e não a calça ou a toga nas cores da bandeira gay?

Uma reflexão sobre esta interrogação deve passar pela compreensão de que a posição discursiva que o sujeito ocupa na imagem é atravessada pela memória social da meia como uma peça semioculta

63. FERREIRA (2000) empreende uma discussão a partir do trabalho de Michel Pêcheux sobre a relação do humor e a resistência da língua pelos efeitos de ambiguidade e equívoco que aquele opera nesta. Partimos dessa ideia para pensar a opacidade dos sentidos na materialidade discursiva da imagem da charge.

do vestuário, aquele componente “discreto” da indumentária masculina, inclusive a composição da charge joga com a noção de oculto: a figura representando o ministro está parcialmente visível, sua identidade está ao mesmo tempo discursivamente oculta e mostrada nos índices que aludem ao seu modo de vestir.

Em par com isso, há a referência das cores da meia ao imaginário social do universo gay. Nessa cadeia de sentidos, a prática discursiva na charge “cola” à figura do ministro do STF aquela do simpatizante ou militante que “veste a camisa” na luta do movimento gay. Diante disso, pensamos com Gregolin (2000) quando afirma que a imagem traz discursos que estão em outros lugares e que voltam sob a forma de remissões, retomadas e de efeitos de paráfrases. Por estarem sujeitas aos diálogos interdiscursivos, elas não são transparentemente legíveis, são atravessadas por falas que vêm do seu exterior.

Nesta ruptura enunciativa no “fio do discurso” surge um discurso outro no próprio discurso, como diria Maldidier (2003). E este discurso, sob a forma de efeitos de paráfrases, ressoa também na figura 24, já desde o título do cartum que enuncia: “charge gayzista”. O termo “gayzista” não possui registro em dicionário. Mas na internet, numa vastidão de sites e blogs aparece o uso desta expressão. Quase todas as páginas acessadas apresentavam conteúdo de crítica ou oposição aos gays, com uma variedade de combinações lexicais do termo: “ditadura gayzista”, “mordaça gayzista”, “ideologia gayzista”, “movimento gayzista”, “gayzismo” etc.

O enunciado que dá título ao cartum (particularmente o neologismo “gayzista”) é absolutamente opaco: sua materialidade léxico-morfológica – o substantivo *gay* mais o sufixo *-zista* – não corresponde a nenhum paradigma de derivação sufixal da língua portuguesa, pois não existe no léxico o sufixo *-zista*, mas a forma *-ista* e suas variações *-ismo*, *-ístico*. Para Cunha e Cintra (1995), o sufixo *-ista*, quando justaposto a uma base semântica nominal (radical), forma substantivos ou adjetivos que designam aquele partidário ou sectário de doutrinas, sistemas, teorias, entre outros: terrorista, socialista, estruturalista etc.

Decorre disso que, nesse modelo possível de derivação da língua, a forma nominal resultante de tal aglutinação deveria ser “gayista”. Mas até aí, que sentidos decorrem dessa materialidade discursiva? Ser gay e ser adepto de teorias e doutrinas seria uma coisa só, justificando assim o uso do termo? Essa rede de associações e implícitos que o enunciado aciona vem sublinhar a equivocidade que constitui essa formulação.

Os efeitos de sentido que nos são possíveis depreender no registro discursivo “charge gayzista” são regulados pelo acontecimento que envolve esta materialidade. Desse modo, neste enunciado a decisão do Supremo – o acontecimento – é o referencial histórico necessário e constitutivo a esta produção discursiva. Porém, o caráter heterogêneo do discurso permite colocar em evidência construções vindas de outros lugares, vozes que falam em meio à materialidade enunciativa. Nessa direção, o título da charge, perpassado pela dimensão histórica, onde se inscrevem índices como a bandeira – símbolo ideológico

– e a terminação particular *-zista*, traz à tona o registro de um outro vocábulo carregado de significação: “nazista”.

A quase inexistência de outras ocorrências no léxico da terminação *-zista* funcionando como base semântica que designa “aquele partidário ou sectário de doutrinas, sistemas, teorias”, e o modo de discursivização na mídia da palavra “gayzista” nos encaminha na mobilização dessa memória que subjaz ao material discursivo e estabelece algum tipo de relacionamento entre os dois termos.

As pegadas de outros discursos se espalham por toda a materialidade da charge como no texto “... e a sigla não para de aumentar!” que antecede a sigla GLBTSTF escrita sobre a bandeira do movimento gay. Os efeitos de sentido da construção discursiva dessa charge se inserem num contexto de atualidade onde sequências discursivas coexistem em uma conjuntura histórica determinada e se inscrevem na instância do acontecimento, citando Courtine (2008). Destarte, o enunciado da charge traz no seu interdiscurso a conhecida questão da “sopa de letrinhas” que forma, e transforma, a sigla do movimento LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgênero – agora, no discurso da charge, “GLBTSTF”.

Nesse domínio de atualidade em que se insere o discurso da charge, o funcionamento da memória é fundamental para estabelecermos os sentidos que irrompem com o acontecimento que tornou possível esta prática discursiva. Com isso, a partir da decisão do Supremo, a charge faz trabalhar este acontecimento pelo viés humorístico, cujos efeitos decorrem da construção de “formulações irremediavelmente

equivocas” (PÊCHEUX, 2008, p. 28) na materialidade da língua. Assim, a formulação da “nova” sigla insere o STF nos diversos segmentos do movimento gay. Esta é uma regularidade discursiva que perpassa os enunciados dos dois cartuns, estabelecendo entre ambos uma relação serial.

O discurso como um acontecimento, uma emergência, funciona como intervenção do sujeito reformulando esta irrupção. Dessa forma, as discursividades da mídia trabalharam de forma diversa o acontecimento em torno da decisão do STF sobre as uniões homoafetivas. Diferentemente do discurso das revistas semanais que aqui trouxemos, os enunciados das charges, atravessados por um efeito humorístico, vão se situar entre aqueles discursos que se opõem à decisão do Supremo. Esta oposição se materializa sob a forma de enunciação que, ao fazerem rir, ressignificam o dizer do Supremo, desqualificando-o como lugar de um saber verdadeiro por, supostamente, está julgando em causa própria.

Encerramos esta análise reafirmando o caráter tático do discurso, que, como Foucault (2008b) nos mostra, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um estatuto, coloca-se em campos de utilização, oferece-se a transferências e a modificações possíveis, integra-se em operações e em estratégias. Isto ocorre porque, estando o acontecimento discursivo preso à história, a compreensão de como muda a produção de sentido em torno de um objeto de uma época a outra passa pelo consenso de que os signos e os sentidos produzidos histórica e culturalmente estão relacionados à percepção dos

indivíduos, sobre “o que eles interpretam daquilo que percebem, mas ainda o que lhes permanece invisível.” (COURTINE, 2006 p. 152).

4.2 Judicialização do casamento homoafetivo:

o sujeito entre o visível e o enunciável

Neste tópico, retomamos a questão da judicialização do sujeito homoafetivo como irrupção histórica que determinou outros lugares discursivos e novas formas de ver esses sujeitos no espaço social da mídia. Para isso, investigamos os efeitos de sentido na materialidade do discurso em torno da regulamentação do casamento civil homoafetivo no Brasil.

Após o Superior Tribunal Federal decidir sobre as uniões homoafetivas, casais do mesmo sexo iniciaram pelo país a busca na justiça pela conversão de suas uniões estáveis em casamento. Entre 2011 e maio de 2013, em pelo menos 13 Estados a justiça já havia regulamentado o casamento homoafetivo, quando então, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou que todos os cartórios do país cumprissem a decisão do STF de realizar a união estável homoafetiva ou a conversão desta em casamento e também tornou obrigatória a realização direta de casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

Com estes desdobramentos históricos, oficialmente o Brasil integra o grupo dos 18 países, mais os EUA, onde o casamento entre pessoas do

mesmo sexo é uma realidade⁶⁴. A diferença é que aqui, ao contrário desses países, não há uma legislação sobre o casamento civil homoafetivo, pois compete ao Congresso Nacional dar-lhe força de lei. A decisão do CNJ vale como regulamentação para a questão.

Com o registro dessas emergências que têm marcado a sociedade contemporânea, queremos ilustrar o papel do discurso-acontecimento na produção das singularidades que constituem um dispositivo, da sexualidade. Uma das singularidades dessa formação histórica que retraça os contornos da nossa sociedade compreende os novos lugares discursivos sobre os sujeitos homoafetivos a partir da legalização e do acesso ao direito de matrimônio.

Na base das condições para a emergência dessas novas discursividades em torno das relações homoafetivas está um fenômeno que, conforme Barroso (2008), tem causas múltiplas. Algumas delas expressam uma tendência mundial; outras estão diretamente relacionadas ao modelo institucional brasileiro, ou decorrem da falta de resolução, em tempo hábil, por parte dos gestores públicos, tornando-se indiferentes ao seu papel.

A questão de que trata o autor é a chamada judicialização; neologismo jurídico que traduz uma tendência atual nas sociedades democráticas: questões meramente administrativas estão transferindo seu

64. Desde 2001, quando a Holanda tornou-se o primeiro país a legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo, os seguintes países já oficializaram este tipo de matrimônio: África do Sul, Argentina, Bélgica, Brasil, Canadá, Dinamarca, Escócia, Espanha, França, Groelândia, Holanda, EUA, Islândia, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Suécia e Uruguai, Inglaterra e País de Gales. Além desses, 17 Estados americanos também já reconheceram o casamento homoafetivo.

equacionamento para o âmbito do poder judiciário, alimentando, desse modo, a politização da Justiça. Para o mesmo autor, a "judicialização significa que algumas questões de larga repercussão política ou social estão sendo decididas por órgãos do Poder Judiciário e não pelas instâncias políticas tradicionais" (BARROSO, 2008, p. 4).

Decorre dessa observação da seara jurídica, que ora ousamos deslocar o pensamento de M. Foucault do final do século XX para refletirmos uma problemática que nos é atual, o tema do casamento entre pessoas do mesmo sexo como uma prática amparada no direito constitucional. Destarte, partimos do pensamento deste filósofo para então compreendermos que o fenômeno da judicialização faz surgir o casamento homoafetivo como uma singularidade que instaura um corte simultâneo sobre a instituição casamento enquanto objeto e sobre o homoafetivo enquanto sujeito de uma nova discursividade, espaço móvel do dispositivo.

Também retrabalhando essas ideias foucaultianas, P. Veyne (2008, p. 30) afirma que "os discursos são os óculos através dos quais, em cada época, os homens tiveram a percepção de todas as coisas, pensaram e agiram". Com efeito, o discurso da judicialização faz parte da irrupção do casamento homoafetivo como um objeto singular, é o próprio traçado das "fronteiras históricas" desse acontecimento. E é sobre a circulação e produção de sentidos na mídia em torno desse acontecimento aqui no Brasil que passaremos então.

Para a compreensão do discurso como esses "óculos de cada época" é preciso considerar que a produção de sentidos que ele organiza

no espaço midiático é determinada por uma série de agenciamentos de seleção e controle sobre as materialidades enunciativas postas em circulação, nas quais o discurso se (re)produz na articulação do *visível* e do *enunciável*. Com base nisso, analisamos a discursivização do tema do casamento entre pessoas do mesmo sexo no Brasil a partir da capa da edição 99 da revista *Época SP*.

Esta edição é de abril de 2013 após a justiça de São Paulo determinar a realização do casamento civil de casais do mesmo sexo em qualquer cartório do Estado. Dessa forma, gostaríamos de trazer à reflexão a prática discursiva da revista sobre o casamento homoafetivo a partir da forma como se articulam o visível e o enunciável na capa de *Época SP*.



Figura 26: capa da revista *Época SP* abr. 2013.

Fonte: <http://epoca.globo.com/regional/sp>

Primeiramente no nível do enunciável, ou seja, o que torna possível à publicação fazer circular seus dizeres (escritos ou não), temos a chamada “Casamento gay: como a conquista desse novo direito civil em São Paulo afeta a vida de homens e mulheres homossexuais”. A manchete “casamento gay” reforça o modo quase generalizado como a mídia se refere à união entre pessoas do mesmo sexo. Nas últimas seções trataremos do embate discursivo em torno dessas denominações.

Ainda no nível do enunciável, no texto a construção dos sentidos está atrelada a um domínio de memória que atravessa este discurso e remete a história dos sujeitos homoafetivos em nossa sociedade. O vocábulo “conquista” nos reenvia à ideia de luta, tão intrinsecamente ligada a existência histórica de grupos e organizações sociais, como o movimento gay. Quando fala do “novo direito civil”, o nível enunciativo da revista sinaliza para o *domínio de atualidade* (COURTINE, 2008), para um ponto de singularidade na história, “o novo”, ou ainda, o acontecimento que irrompe para os sujeitos homoafetivos nas linhas móveis do dispositivo da sexualidade. Afinal, os elementos do dispositivo não estão previamente dados, mas vão irrompendo e se modificando nos movimentos de criação das linhas por onde ele se molda.

Por serem transitórias, as linhas ou os regimes – de natureza diversa – que compõem o dispositivo só funcionam interligadas a configurações de poder. Nesse sentido, a conquista de um novo direito civil pelos homens e mulheres homossexuais nos permite observar as constantes acomodações por que passa o dispositivo. Isto é, com a redemocratização do país, abriu-se um espaço favorável à reivindica-

ção, reavivou-se o princípio da cidadania, dando maior nível de informação e de consciência de direitos a amplos segmentos da população, alguns historicamente estigmatizados, como os homossexuais. Esses sujeitos passaram a buscar a proteção de seus interesses perante juízes e tribunais, e então tem lugar esse papel da judicialização, que tem se tornado decisivo na vida das pessoas homoafetivas.

Em face disso, a prática de uma judicialização sobre as relações homoafetivas fez emergir na estrutura social “novos sujeitos de direito” e estendeu a questão da sexualidade ao debate contemporâneo sobre cidadania. O sujeito homoafetivo é, portanto, “afetado” nessa interface da sexualidade e do direito. E dessa interação, desse novo lugar enunciativo, os sentidos passam a deslocar os simbolismos que cercam os modelos históricos de vínculo afetivo como casamento e família, que agora já não estão mais exclusivamente atrelados à compulsória reprodução biológica e perpetuação da espécie humana. Todas essas mudanças vêm na esteira da conquista desse novo direito civil dos homoafetivos.

Também em seu regime de enunciabilidade, o discurso da mídia, pela capa da revista, articula a memória discursiva através do regime de antecipação, o qual possibilita o aparecimento de uma “nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento, que desloca e desregula os implícitos associados ao sistema anterior”. (PÊCHEUX, 2007, p. 52). Arriscando por aqui um diálogo do autor citado com Foucault, afirmamos que este efeito de antecipação no enunciável da revista, acena a modos de subjetivação

para os sujeitos produzidos pelos poderes e saberes da judicialização sobre o casamento homoafetivo. Pois, como enuncia a publicação, este acontecimento “afeta a vida de homens e mulheres homossexuais”⁶⁵. E nisso de os “afetar”, o dispositivo abre, articulado a saberes e poderes, linhas de subjetivação que levam à transformação desses sujeitos no espaço de suas práticas e experiências cotidianas.

Quando Deleuze (1990) destaca as dimensões da visibilidade e da enunciação como constitutivas do dispositivo, ele trata de domínios que estão muito mais no âmbito da articulação complementar do que da dependência ou de um possível encadeamento obvio entre o que se diz e o que se mostra: “há disjunção entre falar e ver, entre o visível e o enunciável” (*ibidem*, p. 73). Segue-se desta observação, que não estamos reduzindo (nem se deve reduzir) o enunciável àquilo que foi dito ou escrito, nem o visível com a mera veiculação social de imagens e figuras. Mas ambos, o visível e o enunciável, são reverberações que subsistem sob condições específicas que lhe são correlatas.

Destarte, a materialidade imagética do enunciado da chamada da capa da *Época SP* marca exatamente essa “disjunção entre o visível e o enunciável”. A imagem das duas modelos com os rostos parcialmente se tocando, insinuando a preparação para um beijo, não ativa a memória relativa ao tema do casamento indicado na manchete. Os

65. Não nos propusemos investigar o discurso sobre o sujeito homoafetivo e o casamento pelo viés de uma biopolítica, nos termos foucaultianos, todavia é possível identificar no movimento de judicialização da homoafetividade com a instituição do casamento, um efeito de um biopoder sobre a vida desses sujeitos na sociedade contemporânea. O foco deste biopoder seria a promoção a todos da cidadania e do respeito às diferenças, o que inclui o direito ao casamento.

rostos das duas mulheres em close, com a forte maquiagem branca que realça os lábios vermelhos, tudo isso contrastando com o fundo preto da capa não são índices que remetem aos sentidos cristalizados social e culturalmente sobre o domínio enunciativo do casamento.

Então, como funciona esse modo de visibilidade na capa da revista, ou o que o torna possível? No início, dizíamos dos agenciamentos e controles dos dizeres no espaço da mídia. E isso está em relação direta com as linhas do visível e do enunciável de um dispositivo: aquilo que é dito ou mostrado numa dada época só ocupa este lugar de existência porque corresponde a uma vontade de verdade, entra numa dada ordem do discurso. Dessa forma, a revista como um lugar de visibilidade e de enunciação articula essas materialidades como “formas de luz que distribuem o claro e o obscuro, o opaco e o transparente, o visto e o não visto” (DELEUZE, 1990, p. 66), ou seja, a mídia cria sua própria visibilidade sobre o objeto discursivo.

A fim de entender esses jogos de verdade implicados na prática discursiva da revista, paramos nosso olhar sobre a foto das moças de lábios carnudos, semiabertos, marcados pelo vermelho forte do batom, e em seguida, a composição da imagem como um todo: uma sensualmente de olhos fechados, tocando levemente a outra, aparentemente sem notar seu olhar sensual e provocativo a encarar o leitor, desencadeia uma singular produção de sentido. Esse jogo de sensualidade e erotismo na foto da capa aciona uma rede de memórias, desta vez, não relacionadas ao casamento, mas a cena erótica de um filme, ou aos clássicos anúncios da indústria pornográfica talvez, que

comumente exploram o estereótipo-fetice do casal feminino que povoaria o imaginário masculino.

Esses efeitos de sentido que ora depreendemos do enunciado se inscrevem nos índices da materialidade da imagem. Ela, como um “operador de memória social comporta em seu interior um programa de leitura, um percurso inscrito discursivamente em outro lugar”, lembrando Pêcheux (2007, p. 51). Ou seja, o que torna a imagem legível, já mostramos isto noutra ocasião, são os rastros históricos de outros lugares, de outros dizeres que atravessam a sua espessura material.

Assim, diante do apagamento da memória social do casamento no discurso que a imagem faz circular, cumpre observar que a mídia não se ocupa apenas de emitir visibilidades, mas também, aliada ao processo incessante de repetição discursiva, ela justamente cria condições para a produção de novas discursividades. Com isso, se conformando a dada ordem do discurso, a revista, por sua vez, reorganiza e constrói novos e outros sentidos em sua prática discursiva.

Essas constatações ficam evidentes quando postas ao lado das condições de emergência para o enunciado da revista: esta edição da *Época* circulou na semana seguinte à publicação de uma capa histórica da revista americana *Time* que mostra um casal do mesmo sexo (capa dupla) se beijando ao lado da chamada “O casamento gay já venceu”. No site da revista brasileira, o editor afirma que “se inspirou” na *Time* para produzir a capa sobre o casamento gay em São Paulo. No entanto, a publicação americana mostra, de fato, um beijo na boca romântico, enquanto em *Época SP*, há apenas um jogo de insinuação.

Sobre esta singularidade enunciativa da revista brasileira, merecem destaque dois aspectos: o primeiro, diz respeito à reiteração que a imagem faz de um “tabu tagarela” da sociedade brasileira em relação à (in)existência na produção midiática do beijo entre pessoas do mesmo sexo⁶⁶. O segundo, que decorre do aspecto anterior, acena a um efeito de sentido reforçado na imagem do olhar da modelo, a um só tempo sensual e desafiador para quem a observa, em que junto com as transformações advindas da “conquista desse novo direito civil” estaria uma mudança cultural sobre a liberdade das pessoas gays de expressarem, como todo mundo, seus afetos em público, inclusive com beijo.

Podemos enfatizar por fim, que a forma como na mídia se organizam as linhas de enunciações e de visibilidades do dispositivo da sexualidade onde o casamento homoafetivo se constitui como objeto discursivo, ou de forma específica, a produção enunciativa da revista enfatiza os modos de subjetivação do sujeito homoafetivo inserido no espaço do direito civil, promovendo a sua subjetivação por meio de um novo regime de verdade. O silenciamento do beijo chama a atenção para as interdições sociais e históricas sobre a homossexualidade, mas também ressalta que o sujeito está em transformação, está se

66. Suscita sempre muita discussão no público e na crítica de telenovela o fato de esta, como um dos principais produtos do entretenimento cultural da televisão brasileira, não mostrar um “beijo gay”. Nessas produções, os casais gays amam, odeiam, vivem, morrem, brigam, comem, dormem e acordam juntos, mas não se beijam. O tema é tão especulado que no início de janeiro de 2014, um dos principais portais de notícia do país apresentou uma enquete, que já contava quase 90.000, votos para saber se o público queria que determinado casal gay de uma novela da Rede Globo se beijasse. Na última semana de exibição da novela, o “beijo gay” foi um dos temas mais comentados nas redes sociais. <http://televisao.uol.com.br/enquetes/2014/01/13/voce-acha-que-o-felix-mateus-solano-e-o-niko-thiago-fragoso-deviam-se-beijar-em-amor-a-vida.htm>

movendo pelas aberturas possíveis nas curvas que contornam o dispositivo. E isso nos faz lembrar Foucault (2006) falando que em matéria de sexualidade, a censura enquanto estratégia do poder é muito mais excessiva sobre a imagem do que em relação ao discurso verbal: talvez por isso a capa da revista enuncie “casamento gay”, mas não deixe ver o beijo.

4.3 Apressando o casamento: sobre os jogos de verdade no acontecimento discursivo

Vimos com M. Pêcheux (2008) que a irrupção de um acontecimento discursivo na grande máquina midiática não se dá na forma de uma instantaneidade que remete a fatos sociopolíticos e se materializa em um momento específico da história. Mas, que no domínio da mídia, há um trabalho discursivo cujos efeitos funcionam no sentido de uma prefiguração do acontecimento, no intuito de “apressar sua vinda...” (*idem*, p. 20). É sobre o funcionamento de jogos de verdade com vistas à antecipação do acontecimento casamento homoafetivo que refletiremos neste tópico.

Iniciamos esta discussão a partir da capa da revista *Time* (2013) mencionada na seção anterior.



Figura 27: capa da revista *Time* abr. 2013.
Fonte: <http://www.time.com>

A capa acima, denominada por alguns segmentos da mídia como uma edição histórica de *Time* pela forma como aborda o tema do casamento gay, circulou em abril de 2013, na semana em que a Suprema Corte americana começou o julgamento de duas ações que, apesar da legislação específica de cada Estado, influi na vida dos homossexuais de todo o país⁶⁷. A edição tem uma capa dupla, mas para efeito do contraponto analítico que fizemos com a revista *Época SP* (2013), não abordaremos a capa com o casal masculino.

Sobre a fotografia do casal em branco e preto, a cor amarela chama atenção à manchete: “O casamento gay já venceu” (tradução nossa).

67. O primeiro caso julgado pela Suprema Corte americana questiona a emenda que vetou o casamento gay na Califórnia, após 36 mil homossexuais terem se casado naquele Estado. O segundo trata da revogação de uma lei sancionada pelo democrata Bill Clinton em 1996 que exime os Estados de aceitarem casamentos realizados em jurisdições alheias, e corta o acesso de casais homossexuais a benefícios federais, como pensão por morte do marido ou mulher.

O sentido de certeza que o advérbio “já” imprime ao enunciado parece remeter o leitor a um evento já ocorrido num momento anterior. Contudo, ao prosseguirmos a leitura da sequência enunciativa da capa, a materialidade nos envia a outra temporalidade do acontecimento: “a Suprema Corte ainda não se decidiu, mas os Estados Unidos já” (tradução nossa). Pela construção discursiva da revista, aquele país já tem sua decisão a favor do casamento entre pessoas do mesmo sexo, mesmo sem o veredicto oficial da Suprema Corte.

Esta estratégia do discurso midiático da *Time* faz ecoar as ideias de M. Pêcheux (2008) sobre o jogo das formulações envolvendo o acontecimento discursivo. Queremos pensar aqui os efeitos de sentido produzidos no entrecruzamento dessas formulações como o ingrediente fundamental sobre o qual o discurso da mídia atualiza e faz circular saberes verdadeiros sobre o casamento e os sujeitos homoafetivos.

Por seu contexto de atualidade, o acontecimento irrompe como uma singularidade histórica, mas está organizado num espaço relacional com diferentes e sucessivas formulações. Nessa perspectiva, o jogo enunciativo da capa de *Time* produz um efeito de “antecipação” do acontecimento que caracteriza o casamento gay. Ainda que este não esteja inscrito na história, a sua história já está sendo escrita no espaço jornalístico da revista; não no sentido de uma possibilidade ulterior, mas no de uma certeza histórica presente, como bem afirma a reportagem: “ontem parecia impossível, agora parece um amanhã inevitável” (*TIME*, 2013).

A revista vai historiar toda a conjuntura sociopolítica americana que culminou nessa discursivização do casamento entre pessoas do mesmo sexo. E para legitimar seu discurso antecipatório sobre o tema, a *Time* ilustra as mudanças na sociedade americana que tornaram possível a irrupção do casamento exatamente neste momento. A matéria cita a entrada do tema do casamento gay na agenda política como o fator preponderante dessa transformação: meses antes do início da campanha para reeleição em 2012, em entrevista à televisão, o presidente Barack Obama declara apoio ao casamento de pessoas do mesmo sexo. Atitude inédita na política americana que foi seguida pela secretária de Estado Hillary Clinton ao afirmar que para os Estados Unidos, direitos dos homossexuais eram parte integrante dos direitos humanos em todo o mundo, questão na qual passou a ser apoiada pelo marido, o ex-presidente Bill Clinton.

A revista mostra ainda a mudança da opinião pública americana sobre o tema onde “1 em cada 7 adultos americanos dizem que sua oposição inicial ao casamento de pessoas do mesmo sexo se transformou em apoio” (*TIME*, 2013). Enfim, a revista fala de mudanças políticas, legislativas, demográficas e culturais que marcaram a ascensão do debate sobre o casamento gay e o tornaram um dado inevitável da convergência dos muitos fios da história.

Para dar forma ao acontecimento em sua capa, a revista reproduz na materialidade imagética a cena de um beijo que, em sua semiologia, resgata uma determinada memória social desse gesto: uma prática que ratifica o compromisso matrimonial, o momento que sela o

ritual do casamento. Esta imagem é quase um prolongamento do sentido presente na materialidade verbal “o casamento gay já venceu”. Implicitamente, o beijo é a consagração dessa “vitória”. Nessa direção, a prática discursiva da *Time* faz prefigurar discursivamente o acontecimento, dá-lhe uma forma, apressa sua vinda, estamos pensando a partir do formulado por Pêcheux (2008) sobre estrutura e acontecimento no discurso.

Todavia, esse trabalho midiático de antecipação do acontecimento já começara antes, no jogo oblíquo de outras formulações discursivas. Dentre essas séries enunciativas, está uma produzida a partir da declaração histórica de presidente americano Barack Obama favorável ao casamento entre pessoas do mesmo sexo em maio de 2012. Esta afirmação, repleta de conotações políticas por seu referencial discursivo polêmico e seu momento de produção, aparece através da mídia sob diferentes registros discursivos, como o do semanário americano *Newsweek* a que passamos agora.

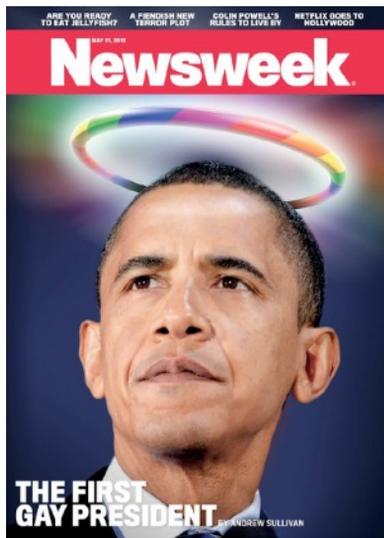


Figura 28: capa da Newsweek, mai. 2012.
Fonte: <http://www.newsweek.com>

Repercutindo a declaração de Obama, em de 21 de maio de 2012, a *Newsweek* trouxe uma capa provocativa na qual, o presidente americano é mostrado com uma aréola sobreposta a sua cabeça, nas cores da bandeira do movimento gay, acompanhado da manchete “O primeiro presidente gay” (*NEWSWEEK*, 2012). O primeiro elemento a ser destacado nesse enunciado é o jogo metafórico que a revista mobiliza e como isso sobredetermina a opacidade da linguagem.

Nessa direção, o enunciado da *Newsweek* não traz no intradiscusso o conteúdo sociopolítico a que se refere, mas o desloca através da ambiguidade suscitada nos efeitos de sentido inscritos na própria materialidade. Ou seja, o “apagamento” do apoio presidencial ao casamento de pessoas do mesmo sexo constrói novas significações porque retoma outros elementos da história externos a este aconteci-

mento. Um deles pode ser recuperado pela formulação “O primeiro presidente...”. Este fragmento traz uma construção linguística comumente usada para se referir a Barack Obama que ainda ecoa desde sua eleição em 2008: “O primeiro presidente negro...” Esta formulação é retomada e deslocada para “o primeiro presidente gay” na capa da *Newsweek*.

Outro elemento exterior ao acontecimento em questão ao qual a revista alude no texto de sua manchete é a afirmação de outra revista americana (*New Yorker*) que em 1998 chamou o então presidente Bill Clinton de “O primeiro presidente negro”. De acordo com a revista, mesmo não sendo afrodescendente, a trajetória e o estilo de vida de Clinton reuniam “quase todas as características dos negros americanos”. Nessa linha de raciocínio, a reportagem da *Newsweek* destaca os avanços que o governo de Obama empreendeu no sentido de conceder direitos civis aos homossexuais (como a revogação da lei que proibia gays de ingressarem nas forças armadas) e equipara a história da vida do presidente a da maioria dos homossexuais:

Ele era um garoto negro educado pelos avós brancos e uma mãe solteira branca no Haváí e na Indonésia, onde a sua cor realmente não fazia diferença. Mas na América, logo descobriu sua alteridade [...] Barack Obama teve que sair de um armário diferente. Ele teve que descobrir sua identidade negra e, em seguida, reconciliá-la com sua família branca, assim como os gays descobrem sua identidade homossexual e depois têm de conciliar isso com sua família heterossexual. (*NEWSWEEK*, 2012) [tradução nossa].

Consideradas essas condições de produção para o enunciado-capa da *Newsweek*, onde o descontínuo da história faz emergir elementos externos ao acontecimento, é possível observarmos como a exterioridade do um discurso é “suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória” (PÊCHEUX, 2007, p. 50). Segue-se dessa observação que a produção discursiva da *Newsweek*, longe de se caracterizar numa denúncia em torno da sexualidade do presidente americano, ela integra o seu discurso, implícita ou explicitamente, a uma rede de enunciações que dão coerência e sustentação a este dizer.

Contudo, fora desse domínio de memória em que a prática discursiva da revista se desenvolve, sua materialidade constrói novos efeitos de sentido: o enunciado verbal e a aréola nas cores do arco-íris mostram a estratégia discursiva da *Newsweek* que, como produto comercial, faz uso do sensacionalismo jornalístico, espetacularizando o sexo, a religião e a política na forma de notícia. Sobre esse efeito de espetacularização trabalhado pela revista, Pereira (2013, p. 111) afirma que “a espetacularização consiste, grosso modo, na conversão de um acontecimento, saber, objeto ou algo do tipo em evento inusitado, digno de propagação, que eleva o objeto ao nível de um espetáculo”. Neste mesmo trabalho, lemos:

embora o conceito de espetáculo não possa ser reduzido aos meios de comunicação de massa, “a vitrine do espetáculo”, sua face mais visível, seu monólogo ininterrupto e auto-elogioso, é composta por este complexo sistema de mídias que Débord postula como modelo socialmente

dominante, como “afirmação onipresente” da lógica da produção industrial e do consumo de massa (*id. ibid.*).

Por essa tônica do espetáculo, a revista integrando esse dispositivo de saber/poder da contemporaneidade, seleciona o que deve ser dito e enfatiza o jogo metafórico no enunciado, destacando a ideia de gay em detrimento da de casamento. As referências ao universo gay e o atravessamento do discurso religioso na imagem do presidente, como índices da opacidade do enunciado, são menos uma crítica ao político na busca da reeleição do que o enaltecimento da figura de Obama como o primeiro presidente americano que, sem ser gay, apoiou e concedeu direitos civis aos homossexuais. A imagem da aréola colorida sobre a cabeça do presidente corrobora com efeitos de sentido que “sacralizam” a figura do chefe da Casa Branca como aquele que foi capaz de um ato superior aos demais, dentro dos princípios conservadores da sociedade americana, estendeu o direito de casar aos homossexuais. Assim, o distingui dos demais presidentes daquele país, quiçá do mundo; imprime-lhe, portanto, um valor sagrado, bondoso, um “santo”.

Nesse confronto discursivo, a revista articula jogos de verdade sobre os sujeitos e o casamento homoafetivo. Estabelece aqueles discursos que devem ser tomados como verdadeiros. Com isso, o discurso da mídia engendra determinadas regras para estabelecer um lugar de verdade ao falar do casamento e dos sujeitos homoafetivos. Essas regras se materializam em jogos de verdade inscritos no discurso da

Newsweek: a equivocidade de sentido que caracteriza as formulações sobre o casamento homoafetivo, o paralelo da história de Obama com a vida dos homossexuais, a exaltação da figura do presidente, tudo isso compreende jogos de verdade, em vocabulário foucaultiano (2000), que funcionam definindo os contornos históricos atuais para o discurso sobre os sujeitos homoafetivos e o casamento.

A fim de constituir seu discurso enquanto jogo de verdade, as duas revistas – *Time*, *Newsweek* – articulam a diversas práticas coexistentes em nosso presente, e isso inclui sua própria produção enunciativa amparada pelo lugar institucional que a ambas ocupam no espaço do jornalismo mundial. Destarte, no contexto americano, a antecipação, observada na análise de *Time*, do casamento entre pessoas do mesmo sexo como acontecimento da história caracteriza um jogo de verdade que torna possível sua discursivização na mídia. É a partir desse jogo, que as afirmações da revista sobre este objeto discursivo serão tomadas como verdadeiras, ou não. Porém, não se trata de confrontar os enunciados para descobrir porque são verdadeiros, mas compreender o que torna possível seu funcionamento enquanto verdade admitida.

Nessa perspectiva, tocamos no tema da articulação de diferentes discursos na irrupção de um acontecimento, ou ainda, no trabalho incontornável da memória discursiva. Mote da próxima seção.

4.4 Casamento entre pessoas do mesmo sexo: memórias de um ritual

Ainda com vistas a analisar os jogos de verdade que problematizam as uniões entre pessoas do mesmo sexo e seu imbricamento na instituição de saberes e processos de subjetivação sobre os sujeitos homoafetivos, tomamos a charge seguinte a fim de caracterizar a regularidade enunciativa que atravessa o discurso da mídia em torno dessa questão. Queremos refletir também as formas de uso da linguagem como determinante dos diferentes posicionamentos discursivos que o sujeito ocupa quando enuncia. Estas estratégias reafirmam o discurso como lugar de lutas e enfrentamentos políticos.



Figura 29: charge “União estável”.
Fonte: <http://www.portalfiel.com.br>

Esta charge, intitulada “União estável” foi produzida por ocasião da decisão do Superior Tribunal Federal acerca das uniões homoafetivas em 2011. Em nosso material de análise, este cartum faz reverberar um efeito de “regularização”⁶⁸ que atravessa o *corpus* aqui relacionado sobre a produção discursiva da mídia em torno da temática das uniões entre pessoas do mesmo sexo. Esse efeito de regularização pode ser observado em um conjunto de representação discursiva e icônica que sempre é retomado no discurso midiático ao tratar desta questão.

Na figura 29, os elementos dessa representação discursiva, formando um “efeito de série” (PÊCHEUX, 2007), se repetem na composição da imagem. Esta, como operador de memória (*id. ibidem.*), age construindo sentidos através do entrecruzamento da memória mítica, da memória social e da memória histórica inscritas em práticas. Nessa direção, ao tratar das uniões estáveis homoafetivas, a charge reproduz em sua materialidade a cena de um casamento: os noivos, o celebrante, o altar, a disposição dos convidados. Embora na imagem sobressaia um efeito de opacidade quando entrelaça índices que tanto remetem ao cerimonial religioso quanto ao civil (a caracterização da figura do celebrante ativa uma memória visual da autoridade civil do juiz), a constituição da cena retoma a memória de um ritual de casamento.

A materialidade discursiva da charge se estrutura na memória do ritual do casamento, em seus elementos pré-construídos, citados, re-

68. Este termo é introduzido por Pierre Achard (2007) e retomado por M. Pêcheux no seu *Papel da memória*.

latados. São eles a condição para que esta imagem, enquanto enunciado, seja legível. E é exatamente esta remissão, esta retomada quase como um efeito de paráfrase sobre o casamento que caracteriza o que chamamos de uma “regularização” em torno do objeto de nossa pesquisa: na capa da revista *Superinteressante* (c.f. figura 12), na série formada pelas figuras 13, 14 e 15, analisadas em 3.4, os sentidos sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo são produzidos no interior de uma rede de memórias onde o ritual da celebração do matrimônio funciona como um ponto de regularização, um sistema de implícitos para aquilo que é dito socialmente acerca do trajeto temático “casamento gay”.

Todavia, considerando separadamente o enunciado da figura 29, na busca dos sentidos que dele nos são possíveis depreender, é inevitável discutir os jogos de verdade pelos quais as relações entre pessoas do mesmo sexo são problematizadas na mídia. E pela análise desses jogos de verdade, podemos caracterizar o posicionamento discursivo do sujeito que enuncia. Neste caso, é importante destacar o tom de crítica às uniões homoafetivas impresso no discurso chargístico. Esta se dá primeiramente pela associação que é feita entre o casamento – tanto civil quanto religioso – e o acontecimento histórico em si a que a charge alude, no caso, a equiparação da união estável entre casais do mesmo sexo àquelas entre um homem e uma mulher, e seu consequente estatuto de unidade familiar.

Em sua crítica, o enunciador torna indistinguível casamento e união estável. Ao tomar um pelo outro, o enunciado da charge evi-

dencia os efeitos de um contradiscurso ao acontecimento em questão. Nesse sentido, a articulação da memória em torno do casamento no discurso da charge funciona como aquilo que para Pêcheux (2007, p. 53) seria “um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como ‘boa-forma’, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo”.

Como efeito de sentido dessa manutenção na charge, e na mídia, de uma determinada memória discursiva sobre o ritual de casamento, têm lugar no espaço das relações sociais interpretações equivocadas acerca da decisão do STF. Por exemplo, a “confusão” muito comum na prática discursiva cotidiana de achar que, naquele momento, com o julgamento do Supremo, o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo passava a ser permitido. Fato que, como vimos no início deste capítulo, só veio acontecer dois anos depois com a resolução do Conselho Nacional de Justiça. Esta compreensão por segmentos da sociedade de que o STF “aprovou o casamento gay” está diretamente implicada na construção discursiva heterogênea que faz reverberar este acontecimento no domínio midiático.

Esse mesmo efeito de sentido que “confunde” casamento civil e união estável no caso do STF, produzindo o equívoco em torno do acontecimento discursivo, se materializa também no discurso da mídia quando relaciona casamento civil e casamento religioso. Assim, nas capas que citamos acima (c.f. figuras 12, 13, 14, 15), quando tematizam o casamento há, através de alguns traços visuais, uma retoma-

da de elementos que reafirmam o ritual característico desse tipo de celebração religiosa: a noiva de branco, de véu e grinalda, as damas de honra segurando a longa cauda do vestido, a marcha da entrada triunfante da noiva, o buquê, o momento do beijo. Inclusive, há uma reiteração da imagem feminina nessas capas, pois no imaginário visual da nossa cultura, a ideia de casamento é muito mais fortemente associada à figura da noiva do que a outro elemento da memória desse ritual.

Todos esses índices enunciativos presentes na materialidade das revistas nos levam à ideia pècheuxtiana de que “algo fala, sempre, antes, em outro lugar, independentemente”. (1995, p. 162). Ou seja, os sentidos de um discurso só são interpretáveis em referência a uma determinada memória. Esta sinaliza o “já dito” de um discurso. No caso da materialidade não verbal da mídia aqui em análise, podemos ampliar a formulação de M. Pêcheux e pensar que há também um “já visto” do discurso.

Esse “já visto”, que é tão próprio às discursividades midiáticas contemporâneas, vem confirmar que a retomada de uma imagem na produção enunciativa desempenha um papel, ocupa um lugar cujos sentidos se inscrevem no universo mais vasto da memória discursiva. Aqui já estamos muito próximo do pensamento de Courtine sobre a relação da imagem com a memória discursiva. Segundo este autor, “toda imagem se inscreve no interior de uma cultura visual e essa cultura visual supõe a existência de uma memória das imagens, na qual toda imagem tem um eco. Há um ‘sempre já’ de uma imagem” (2013, p. 46).

Nessa perspectiva, quando discursiviza o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo – esta é a modalidade de matrimônio reivindicada pelo movimento gay no Brasil e no exterior – os enunciados da mídia restabelecem essa memória visual da nossa cultura em torno do rito do casamento como sacramento, reafirmam um “já visto” inscrito discursivamente em outro lugar⁶⁹. Nesse trajeto de sentido, a imagem se repete e a reconhecemos na história, em sua aparente inequívocidade, “como que a recitação de um mito”, assim nos lembra Pêcheux (2007, p. 51) citando R. Barthes, pois o mito não deixa ver as contradições constitutivas das nossas práticas cotidianas, mas trata de significá-las nas ideias de uma natureza evidente e inequívoca dos acontecimentos em nossa volta: o mito é uma forma linguagem.

É possível pensar que os efeitos da retomada dessa memória visual do casamento nos enunciados da mídia sobre as uniões homoafetivas venham ressoar em construções discursivas que se opõem à realização dessas uniões como as que alegam que “o casamento gay viola a liberdade religiosa, porque os padres e pastores serão obrigados a casar homossexuais”, ou ainda que “a palavra ‘casamento’ pertence à religião”⁷⁰. Estes lugares enunciativos que fomentam polêmicas em torno da questão do casamento homoafetivo sublinham como estra-

69. Cumpre registrar que é da reiteração dessa memória visual do casamento enquanto rito, de sua regularização na materialidade da mídia que tematiza a questão das uniões homoafetivas que intitulamos esta tese “do armário ao altar”, ou seja, nas últimas décadas a discursivização na mídia da experiência da homossexualidade foi de uma insistente metáfora para revelar esta forma de desejo – o armário – à recitação do mito do matrimônio – o altar.

70. C.f. <http://casamentociviligualitario.com.br>

tégia discursiva um silenciamento de dados da história e da política que fundamentam a proposição dessas uniões.

O primeiro desses fundamentos diz respeito ao fato de se está sendo pleiteado unicamente o casamento civil: os casais homossexuais poderão se casar em cartório, não nas igrejas, a não ser que estas queiram, de livre escolha, celebrar este tipo de cerimônia. Outro fato silenciado como estratégia discursiva nessas construções argumentativas é a inevitável separação entre casamento religioso e casamento civil: ambos são instituições distintas, com regulações diferentes. Em par com isso, a Constituição brasileira, no artigo 226 § 1, diz: “O casamento é civil”. Logo em seguida, o texto constitucional estabelece que “o casamento religioso produz efeitos civis”.

A propósito da relação entre casamento e religião, a história nos mostra que a ideia do casamento como contrato civil é anterior à sua transformação em sacramento pelas religiões cristãs, não tendo aquele, portanto, nascido no seio destas. Segundo Bimbi (2013), foi muito posterior à adoção do catolicismo como religião oficial do império romano, precisamente no século XIII, que a Igreja instituiu o casamento como sacramento religioso, mas ele já existia como contrato civil desde muito antes do cristianismo e também era praticado por outras religiões, de diferentes maneiras e com diferentes regras. Dito isto, é possível depreender que o apagamento dessas questões históricas, integrando um *feixe de relações* que se estabelecem no nível das estratégias do discurso, é o que dá sustentação a algumas construções discursivas a respeito do casamento homoafetivo.

Retomando o tom de crítica, que mencionávamos antes, presente na charge “união estável”, outro elemento se destaca na composição da cena: o fato de a faixa horizontal (representando um tapete) que conduz os noivos até o altar ter o verde e amarelo das cores da bandeira nacional. Este pequeno traço na materialidade da imagem determina a direção da produção de sentidos, pois esta possui uma inscrição histórica. De modo que, as representações possíveis de inscreverem-se numa imagem “perdem o sentido fora dessa genealogia dos traços que as atravessam e as constituem”, como afirma Courtine (2011, p. 161).

Neste caso, há um posicionamento discursivo crítico do sujeito enunciativo na charge, cujos efeitos de sentido decorrentes desse discurso passam pela memória da imagem da bandeira nacional enquanto símbolo pátrio, o qual geralmente é exibido com orgulho e até lhe prestam reverência, e sua conversão, pelo enunciado da charge, num tapete sobre o qual os noivos caminham em direção ao altar, configurando-se, pois, num gesto de desacato diante de um elemento cívico.

O fato de a charge, como todo enunciado, se caracterizar pelas condições de emergência a que atende – como a de ser produzida a partir de uma posição sujeito determinada – juntamente com os índices e traços de sua existência material que destacamos, é o que atesta seu lugar de construção sócio-histórica. E como tal, não admite uma única interpretação. É, portanto, levando em conta esses aspectos que garantem a historicidade do discurso, que nossa perspectiva de leitura não pode se encerrar numa interpretação literal dos elementos

verbos-visuais que constituem a materialidade da charge. Isto é, são as condições de possibilidade específicas deste enunciado que nos “autorizam” efeitos de sentido nos quais, a referência à bandeira não significa apenas um elemento de identificação do país onde fora aprovada a “União estável”.

Numa extensão desse efeito de sentido, podemos considerar que pelo discurso da charge, tanto quanto a bandeira, o casamento seria um símbolo social do país que estaria sendo “desconstruído” pela decisão do STF. Sim, e necessitamos insistir que mesmo não tendo o Supremo deliberado sobre qualquer modalidade de casamento, o sujeito enunciativo da charge arrasta seu discurso para esse campo enunciativo. E ainda que o título da charge seja “União estável”, a continuação da materialidade verbal aponta, inequivocamente, para o ritual do casamento: “Eu vos declaro ma...!!??”.

O aspecto verbal do enunciado que constitui essa charge apresenta algumas singularidades que devemos considerar. Primeiro, ele ratifica aquelas regularidades, que assinalamos anteriormente, presentes no discurso da mídia sobre o casamento homoafetivo, a partir de uma memória discursiva nas imagens. Segundo, através da sátira própria dessa modalidade de cartum, o sujeito enunciativo desloca o sentido do seu dizer para a questão do casamento entre pessoas do mesmo sexo. O efeito de opacidade que marca esse momento pela/na linguagem é o que abre a via para o humor onde, conseqüentemente, silenciam os sentidos referentes à união estável e emerge a memória da realização do matrimônio. E assim, o efeito cômico do texto apaga a

evidência de que o estatuto dos pares que formalizam uma união estável não é o de marido e mulher ou marido e marido, como sugere a charge, mas de companheiros. O *status* de “marido” decorre apenas da realização do casamento.

Por último, o enunciado “Eu vos declaro ma...!??” além de “(con)fundir” casamento e união estável e atestar na própria estrutura da língua a ideia de “desconstrução” sobre o casamento e sua simbolização social, ele põe em evidência o funcionamento discursivo da linguagem. Este enunciado, com suas interjeições e interrogações, ao lado da expressão aflita do celebrante diante de um casal do mesmo sexo ao qual não sabe como se referir, mostra que as transformações sociais e consequentes mudanças nas práticas discursivas compelem a linguagem a entrar numa nova ordem do discurso.

Nessa ordem do discurso do casamento, as palavras e as coisas precisam se reconfigurar: aquelas devem ser flexionadas na direção da abrangência destas. Isto é, na ordem do discurso que reconhece e legitima o casamento homoafetivo, antigas formas e expressões da língua não dão conta das novas configurações relacionais que aí têm lugar. Conceitos como marido, esposa, família, casamento já não remetem apenas ao seu antigo referencial, assim como outras denominações passam a figurar nesse campo enunciativo; casamento igualitário, casamento homoafetivo são alguns exemplos.

Ainda sobre o texto da charge, nele o uso da linguagem verbal faz aparecer novos sentidos, por exemplo, para o casamento, agora extensivo a casais do mesmo sexo, assim como para a ideia de marido,

que já prescindia da existência de uma esposa, o mesmo se aplica a esta em relação ao marido. Analisando o texto da charge no viés do discurso, podemos concluir que ele mostra uma regularização discursiva sobre o casamento “susceptível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória” (PÊCHEUX, 2007, p. 52). Ou seja, o acontecimento que irrompe com a instituição do casamento entre pessoas do mesmo sexo, desloca e desregula aqueles implícitos associados ao ritual do casamento e produz uma nova ordem no discurso. Com “Eu vos declaro ma...!!??” compreende-se que o pré-construído “eu vos declaro marido e mulher” deslocou-se reconfigurado para “eu vos declaro marido e marido”.

Esta análise do funcionamento discursivo do uso da linguagem que empreendemos a partir da charge é um posicionamento que tomamos em face do nosso objeto. Todavia, diante de tudo o que refletimos sobre esta materialidade do *corpus*, incluindo suas condições de produção e circulação⁷¹, observamos que em relação ao enunciado verbal, o efeito de sentido que emerge na charge aparece acentuar a possibilidade de uma situação embaraçosa e constrangedora para as partes envolvidas numa cerimônia de casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Com efeito, o sujeito que enuncia na charge estabelece um jogo de verdade pelo seu discurso acerca da decisão do Supremo em que a união estável homoafetiva, ou mesmo o casamento, é realçada pelas “confusões” e desestruturas que produzirá no uso cotidiano da lin-

71. A charge foi produzida pelo site www.portalfiel.com.br, que se denomina “um portal evangélico de notícia”.

guagem em detrimento de qualquer outro sentido histórico de reconhecimento no campo dos direitos humanos, da cultura e das liberdades individuais que possa advir desse acontecimento. Este jogo de verdade através do qual o sujeito enuncia sobre as uniões homoafetivas reafirmam o espaço de lutas e enfrentamentos políticos que é próprio do discurso, sobretudo quando a disputa sobre a produção da verdade se dá na própria dimensão material da linguagem, como mostraremos na seção seguinte.

4.5 *Casamento igualitário: o discurso como elemento tático*

Aproximando-se o final da escrita deste trabalho, nos ocuparemos a partir deste tópico dos jogos discursivos de produção da verdade acerca dos sujeitos e as uniões homoafetivas que se articulam na própria espessura material da linguagem. Essas estratégias reafirmam o discurso enquanto arena de lutas, elemento tático. Em nosso gesto analítico, observaremos a inflexão discursiva proposta em torno da temática do casamento gay que visa encontrar na linguagem outros lugares conceituais para este objeto. Nesse sentido, o discurso pelo casamento entre pessoas do mesmo sexo se constitui numa batalha pela/na linguagem a fim de afirmar as liberdades individuais ao passo que nega as categorizações reducionistas.

Isso decorre do fato de que a pauta do movimento gay no mundo todo mudou nos últimos anos. E o foco dessa mudança tem sido a luta por segurança jurídica. Esta reivindicação nos tem mostrado a

colocação em discurso da temática do casamento civil penetrando o campo da linguagem. Em outras palavras, a correlação de forças que envolve a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo inscreve no terreno jurídico questões de sentido inerentes à linguagem. A que discutimos aqui trata da denominação “Casamento gay” e sua recorrência quase generalizada na mídia. E isto nós mencionamos em tópicos anteriores desta tese.

Destarte, com vistas a contemplar as diversas construções identitárias ancoradas na sexualidade e ao mesmo tempo evitar o efeito reducionista ou mesmo estigmatizante impresso pelo termo “Casamento gay” – é necessário sublinhar a inexistência de um sentido em si para as palavras e lembrar que sua produção se dá pela linguagem na história – em muitos lugares os coletivos LGBTs encamparam movimentos ressignificando essa terminologia.

Na França, por exemplo, o movimento intitulou-se “Casamento para todos” e passou a configurar no discurso da mídia, como podemos observar na edição de 10 de janeiro de 2013 da revista semanal *Le Nouvel Observateur*:



Figura 30: capa de *Le Nouvel Observateur*, jan. 2013.

Fonte: <http://tempsreel.nouvelobs.com/>

Um primeiro olhar para a manchete desta capa nos remete à outra publicação francesa que analisamos no capítulo anterior (c.f. figura 18, p. 140). Ao contrário desta, aquela enunciava: “casamento homossexual, por que eles dizem NÃO”. A produção enunciativa de ambas essas revistas ilustra o funcionamento de jogos de verdade que se confrontam na arena discursiva da mídia em torno da questão do casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Num posicionamento discursivo abertamente favorável a estas uniões, a revista *Le Nouvel Observateur* afirma: “casamento para todos, por que eles dizem SIM”. Sobre a superfície branca da capa, este SIM é desenhado com o colorido do arco-íris, em oposição ao NÃO amarelo escrito no fundo preto da revista *Valeurs Actuelles*. O discurso que subjaz à materialidade enunciativa das duas publicações só pode ser apreendido a partir de um gesto analítico que conceba a

produção de efeitos de sentido como algo realizado por sujeitos sociais, que se valem da materialidade da linguagem e estão inseridos na história, citando Gregolin (2007).

Isso nos coloca novamente diante da existência de uma função enunciativa, isto é, da relação entre os sujeitos no discurso, uma condição histórica que se exprime pela própria materialidade dos enunciados. O fato de o sujeito produzir seu discurso determinado por regras sócio-históricas é o que sustenta uma configuração interdiscursiva entre aquilo que se enuncia; Foucault (2008b) nos fala disso. Ou ainda, precisamos saber a que se refere o enunciado, o seu espaço de correlações, além de qualquer lógica semântica ou gramatical. Nesse ponto dá pra ouvir a voz de Pêcheux (1995) insistindo que “as palavras, expressões, proposições, etc. adquirem sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (p. 160).

Somente nessas condições, uma escolha lexical e não outra produz um determinado sentido para os sujeitos no processo discursivo: a publicação que diz não às uniões de pessoas do mesmo sexo emprega “casamento homossexual”, e não “casamento para todos” como faz aquela que diz sim. E que importância reveste esta questão no sentido de que uma aparente discussão terminológica não pareça “puro negócio de butique”? Este é o ponto crucial, pois envolve a produção de novos saberes sobre o sujeito e a homoafetividade, muda a dinâmica das relações de poder, institui outros lugares para o sujeito homoafetivo enquanto foco de uma discursividade.

Com isso, os efeitos de sentido que fundamentam a ideia de “casamento para todos” passam pela questão da igualdade que é um princípio do direito civil. Isso significa que o casamento não seria uma exclusividade de alguns indivíduos, mas um direito de todos. Além disso, o “casamento para todos” não reafirma a problemática das categorizações presente em expressões como “casamento gay”, “casamento homossexual”. Estas denominações, por seu turno, acentuam uma lógica da diferença em que o objeto do discurso – o casamento – reforça estigmas quando classifica “casamento gay”, “casamento homo”, como se este fosse uma outra modalidade de matrimônio destinado a membros de grupos à parte do restante da sociedade.

Mas devemos reiterar que os sentidos do discurso não estão só (como se isso fosse bem pouca coisa...) na escolha do léxico. Nessa batalha pela linguagem travada no exercício da função enunciativa, a materialidade visual também significa e produz diferentes formas de objetivação do sujeito homoafetivo na relação com o casamento.

Enquanto a revista de posicionamento discursivo contrário ao casamento para todos procura validar seu dizer apenas listando segmentos profissionais que corroboram esse discurso, na publicação que diz sim a estas uniões, a voz de autoridade a que ela recorre para dar um efeito de verdade ao seu discurso aparece materialmente na fotografia de diversas personalidades francesas que assinam um manifesto pelo casamento para todos. A abertura da reportagem enuncia: “gay ou hétero, dezenas de intelectuais, políticos, psicólogos, atle-

tas, artistas defendem o casamento para todos. E dizem por que a *Le Nouvel Observateur*”. (tradução nossa).

Ao ressoar em seu discurso a voz, e a imagem, de diferentes profissionais, a revista, produtora de narrativas cotidianas que funcionam na manutenção do dispositivo da sexualidade, constitui um jogo de verdade no qual sua prática discursiva venha ter validade⁷². Esta estratégia discursiva de articular um dizer a diferentes sujeitos sócio-históricos cuja existência pode ser identificada em diversos espaços institucionais da sociedade contemporânea, também foi mobilizada pelo movimento pró-casamento entre pessoas do mesmo sexo no Brasil.

Neste caso, produziu-se uma campanha na internet pela aprovação de uma PEC (Projeto de Emenda Constitucional) de autoria do Deputado Federal Jean Wyllys que propõe ampliar o direito ao casamento civil a casais do mesmo sexo. Esta campanha conta com a participação de diversas personalidades nacionais ligadas à televisão, ao teatro, ao cinema, à música, as artes em geral. Além de vídeos pessoais e depoimentos desses “sujeitos midiáticos” declarando apoio ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, o site da campanha cita declarações e discursos de vários líderes mundiais que defendem estas uniões. No interior desse dispositivo midiático, permeado por técnicas de saber e mecanismos discursivos, a campanha se caracteriza num jogo de verdade através do qual o casamento civil de pessoas do mesmo sexo começa a se constituir como objeto histórico-discursivo possível.

72. Marcado por uma surpreendente polarização da sociedade, o movimento em defesa do casamento para todos na França foi vitorioso, e em 23 de abril de 2013 o parlamento estendeu o direito ao casamento às pessoas do mesmo sexo daquele país.

A exemplo dos coletivos LGBTs da Espanha e da Argentina – estes países aprovaram o casamento entre pessoas do mesmo sexo em 2005 e 2010, respectivamente – no Brasil, o movimento pelo casamento adotou o título e o lema defendidos por aqueles países: “casamento igualitário: os mesmos direitos com os mesmos nomes”⁷³.



Figura 31: slogan da campanha. Fonte: <http://casamentociviligualitario.com.br>

Os efeitos de sentido possíveis que passam a circular na materialidade desse enunciado dão a ver outros saberes determinando a produção discursiva do sujeito homoafetivo enquanto constituído sócio-historicamente. Com efeito, este já não é apenas o objeto de um discurso político, mas torna-se sujeito produtor desse discurso.

Este evento nos indica uma descontinuidade na história observada a partir daquilo que Jean-Jacques Courtine escreveu sobre o funcionamento do discurso e do poder em relação a grupos marginalizados e oprimidos da sociedade até os revolucionários anos 1960, quando, ainda segundo ele, a linguagem era um instrumento de dominação sobre os *corpos sem discurso*: “mulheres, loucos, crianças, colonizados, minorias de raça, classe, gênero não tinham nada exceto seus

73. C.f. <http://casamentociviligualitario.com.br>

corpos para opor ao discurso do poder” (COURTINE, *apud* MILANEZ, 2006, p. 151). Trazendo esta reflexão para a questão dos sujeitos homoafetivos e o casamento hoje, podemos concluir que estes são *corpos com discurso*, que produzem na linguagem modos de subjetivação e resistência.

A subjetivação, neste caso, pode ser observada pela forma como o sujeito se mune de um discurso de verdade, em vocabulário foucaultiano. Discurso por meio do qual ele age e enuncia algo sobre si em determinadas circunstâncias. Ou seja, o sujeito que reivindica o “casamento civil igualitário” se coloca social e juridicamente como potencial detentor dos mesmos direitos civis que os demais no restante da sociedade. E nessas condições, caberia, portanto, a defesa de que “o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo deve ser o mesmo, deve ter os mesmos requisitos e efeitos, deve garantir os mesmos direitos e deve levar o mesmo nome que o casamento civil entre pessoas de distinto sexo”⁷⁴.

A propósito disso, a ênfase à questão da igualdade materializada no título da campanha “casamento civil igualitário” é um ponto onde reside um discurso de resistência dentro do amplo debate sobre a legalização do casamento para casais do mesmo sexo. Esta é uma mudança no modo como esses sujeitos vêm se posicionando no campo minado das relações de poder que envolvem garantia de direitos e cidadania aos LGBTs. Se antes, as reivindicações apoiavam-se na defesa de uma condição de “diferente”, e esta era sempre uma via aberta para uma reação

74. C.f. <http://casamentociviligualitario.com.br>

negativa alegando “luta de minorias por privilégios”, agora estes sujeitos, mesmo sem negar as diferenças, se colocam estrategicamente como cidadãos iguais em direito. E tendo este princípio como sustentação, negar o acesso destes a direitos civis como o casamento, só pode ser justificado pela escolha deliberada em insistir na manutenção de um preconceito ou de fazer parte de uma forma de exclusão.

Esta forma móvel e produtiva como se distribui estrategicamente a resistência no discurso pelo casamento igualitário guiará nossa reflexão na última seção.

4.6 “Os mesmos direitos com os mesmos nomes”: casando estratégia e resistência

Pensando a partir da genealogia do poder foucaultiana, a resistência é um elemento das relações estratégicas nas quais se constitui o poder. Nessa direção, o discurso pelo casamento igualitário se configura num desses lugares de resistência pelo modo estratégico como se distribui de forma móvel e produtiva no debate social em torno das uniões entre pessoas do mesmo sexo. Um jogo estratégico, como cantava o poeta brasileiro no regime militar em *Geraldinos e Arquibaldos*: “é contramão, olha cama de gato [...] no campo do adversário é bom jogar com muita calma, procurando pela brecha pra poder ganhar” (GONZAGUINHA, 1976).

E conforme falamos no capítulo inicial teórico, o tema da resistência em Foucault (1979) está imediatamente relacionado à compreen-

são do poder na metáfora do jogo, cujo funcionamento em manobras e táticas visa uma “vitória” sobre o outro. Como enuncia o texto da canção citada acima, para ganhar o jogo – naquele caso, uma metáfora com o futebol – é necessário agir nos espaços lacunares, nas brechas viáveis de uma resistência. Nessa compreensão, a resistência é uma ação estratégica de poder sobre a ação do outro, uma vez que ela sempre se apoia na situação que combate.

No contexto discursivo da campanha pelo casamento igualitário, há uma estratégia que se funda na política do próprio discurso de reconhecimento das uniões dos homossexuais. Ou seja, lá onde as vozes cotidianas dos saberes e poderes, sejam políticos, midiáticos ou aqueles tomados como senso comum falam do casamento enfatizando o estigma do sistema conceitual ligado aos rótulos “gay”, “homossexual”, ou defendem que a união estável homoafetiva já seria suficiente para esses casais, entra em jogo o discurso da resistência que enuncia: “a gente não quer ficar com uma sorte de gueto, uma lei outra que não o casamento [...] a gente quer os mesmos direitos com os mesmos nomes”⁷⁵.

Esta questão do “casamento igualitário” mostra o modo de relação estratégica do sujeito frente à malha dos micropoderes, mostra a forma como o ser humano pode sempre transformar-se em sujeito, numa forma de subjetividade diferente do modelo instituído previamente no jogo das relações de poder/saber. No caso do projeto do

75. Texto adaptado da entrevista do deputado federal Jean Wyllys falando da campanha pelo “casamento igualitário” ao programa de TV “Saia justa” no canal GNT.

“casamento igualitário”, não é reivindicada a criação de uma lei nova para que pessoas homossexuais possam se casar, senão uma proposta de emenda na Constituição (PEC) alterando o artigo 226º que versa sobre o direito ao casamento civil, de modo a estendê-lo aos casais do mesmo sexo⁷⁶.

Depreendemos daí que, prevendo uma reação política contrária a qualquer projeto que propusesse um tipo de lei autorizando o casamento homossexual no Brasil, a ação estratégica de resistência se movimenta noutra direção: propõe apenas uma mudança sutil no texto da Constituição. Como efeito, ter-se-iam garantidos (por lei legislativa) ao casamento entre homoafetivos, os mesmos direitos civis daquele entre casais de diferente sexo, evitando-se ainda uma possível colocação em discurso do argumento renitente da “lei para privilegiar homossexuais”, comumente empregado nas falas que se opõem à existência do casamento igualitário.

Temos no caso dessa mudança estratégica uma (re)ação, uma prática do sujeito resistindo numa determinada relação de poder. E é uma estratégia de resistência; não por que simplesmente ele nega algo, mas por que se dá um processo de criação: recria-se e transforma uma situação histórica previamente dada a este sujeito. E nesse jogo de verdade onde há a possibilidade de mudar as coisas (e sempre há), o sujeito homoafetivo vive um processo de subjetivação a partir da relação com o discurso sobre o casamento.

76. C.f. <http://casamentociviligualitario.com.br>

O elemento deflagrador desse processo de subjetivação é o posicionamento tático do discurso da resistência frente aos mecanismos instituídos de poder. Vemos isso num gesto dessa resistência de apagamento do sistema conceitual reiterado no discurso da mídia, que trouxemos aqui, por meio das nomenclaturas “casamento gay”, “casamento homossexual”. A estratégia de não reproduzir esses conceitos nem realçar determinados sentidos históricos constituídos neles se materializa no slogan da campanha pelo casamento igualitário: “os mesmos direitos com os mesmos nomes”. Nele, verificamos que se deslocou o foco do discurso da liberdade e da diferença para a o debate em torno da promoção dos princípios fundamentais da igualdade e do direito.

Ao historicizar a noção da igualdade através das políticas de ação afirmativa da sociedade contemporânea, Scott (2005) nos coloca que a questão da igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de silenciá-la ou de levá-la em consideração em dada situação. A autora, citando um dicionário da história das ideias⁷⁷, escreve: “A igualdade requer um ato de escolha, pelo qual algumas diferenças são minimizadas ou ignoradas enquanto que outras são maximizadas e postas a se desenvolver” (p. 15).

É precisamente nesse ato de escolha – estratégico – que se articula o discurso da campanha pelo casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, segundo o qual não se justifica que seja feita apenas uma concessão parcial de direitos materiais ou que receba outra denomi-

77. C.f. PALMER, R.R. (1973-74). *Dictionary of the History of Ideas*.

nação o reconhecimento jurídico de uniões afetivas que objetive a igualdade legal entre indivíduos na sociedade. Por isso a ênfase discursiva na questão do “igualitário”. A página da campanha pelo “casamento igualitário” na internet traz uma resposta didática sobre os efeitos práticos na vida do sujeito homoafetivo decorrentes do princípio presumido de que os indivíduos devem ser tratados como iguais, na forma da lei:

— Quando um homem homossexual aluga um apartamento, ele assina um contrato de “aluguel”, não de “vínculo imobiliário gay” e as “carteiras de trabalho” das mulheres homossexuais não se chamam “livro de assinaturas de emprego lésbico”. Da mesma forma, quando um gay ou uma lésbica casa, esse casamento não deve receber uma denominação diferente: a única razão para chamá-lo diferente é querer manter o preconceito. Algum político democrático defenderia que quando um negro se casa, seu casamento fosse chamado pela lei com outro nome, por exemplo, “união civil de negros”? É a mesma coisa! A “união civil”, como instituição alternativa ao casamento, destinada aos casais do mesmo sexo, seria uma sorte de gueto. Trata-se de uma alternativa inspirada na doutrina “Iguais, mas separados”, que serviu para justificar as leis racistas que vigoraram até as décadas de 1950 e 1960 em alguns estados dos EUA⁷⁸.

Atentemos ao fato de que não se elimina a questão da diferença, ela inclusive se mostra nesse discurso da resistência, na suposta pertença do sujeito homoafetivo a um grupo. Contudo, a ideia de uma “diferença sexual” desse sujeito em relação aos demais é “minimizada” para que o sentido de igualdade seja “maximizado”, afinal, na or-

78. <http://casamentociviligualitario.com.br>

dem desse confronto discursivo que caracteriza uma luta por direitos, os sentidos que recaem sobre a ideia da diferença precisam ser silenciados para que se evidencie outro regime de verdade.

Essa linha de conduta do discurso que “apaga” os sentidos sobre a questão da diferença em detrimento do princípio da igualdade aparece como uma regularidade no trabalho de Nascimento (2013) sobre o discurso de inclusão do sujeito com deficiência. Nesse caso, a vontade de verdade do discurso da inclusão produz um efeito de normalização para o sujeito com deficiência por meio de sentidos como de que “ser diferente é normal”. Esta produção discursiva legitima práticas pedagógicas inclusivas sustentadas no princípio de que a educação é para todos e que todos devem ser tratados igualmente.

Como no exemplo citado, a problemática da diferença no discurso do casamento igualitário é uma “presença ausente”, pois sua função inter ou intradiscursivamente é destacar a importância da igualdade de direitos dos sujeitos. Dessa correlação de forças, como via que se abre no discurso da resistência, há a produção de novos saberes sobre a homoafetividade que resultam em transformações sobre o sujeito.

Na medida em que a homoafetividade não exista enquanto condição impeditiva do acesso ao direito, há nessa dimensão uma possibilidade de reinvenção para os sujeitos homoafetivos, e ela subjaz ao discurso da resistência: a possibilidade de que possam casar ou não, porque assim escolheram, significa menos como um potencial “enquadramento aos padrões de normalidade da sociedade” do que o sentido de legitimação do afeto e do amor entre as pessoas e o efeito

revolucionário que essa pauta tão recente do casamento entre pessoas do mesmo sexo produz, uma vez que ela mexe e ressignifica estruturas e construções históricas da sociedade.

Nesse sentido, observando que “o casamento tem um efeito celebratório, eleva a estima sobre os casais homoafetivos, legitima um amor que é um amor proscrito, um amor difamado, um amor estigmatizado”⁷⁹, ele será o cerne de uma pauta política como resistência cuja defesa sustenta que a materialização nas práticas sociais e discursivas desses sentidos desencadeados pelo casamento são desdobramentos imediatos à sua condição de direito inalienável do ser humano. E esta estratégia político-discursiva dialoga com o pensamento de Hannah Arendt de que o impedimento de alguém casar se caracteriza na mais abusiva das violações, em relação à qual, tantas outras formas de violação de direito tornam-se secundárias⁸⁰, pois “o direito de casar com quem quiser é um direito humano elementar comparado aos direitos humanos inalienáveis ‘à vida, à liberdade e à busca da felicidade’ [...]” (ARENDR, 2003, p. 271)⁸¹.

79. Entrevista do deputado federal Jean Wyllys falando da campanha pelo “casamento igualitário” ao programa de TV “Saia justa” no canal GNT.

80. <http://www.homorealidade.com.br/2012/06/o-movimento-lgbt-e-o-casamento-civil.html>

81. A autora faz esta reflexão a partir do contexto da segregação racial nos Estados Unidos. Especificamente trata da integração em uma escola pública do Estado de Arkansas, em 1957, quando por meio da intervenção do Governo Federal, uma adolescente ingressou na Escola Central de Little Rock. Espantada com a imagem agressiva dos estudantes brancos em torno da jovem, a filósofa questiona tanto a legitimidade do governo americano em impor a integração, como também propõe a inversão da luta por inclusão da população negra, para a legalização do casamento inter-racial que, até aquele momento, era ilegal em diversos estados do Sul.

De fato, em relação à segregação racial nos Estados Unidos, a História nos ensinou que a política de integração forçada não se mostrou uma estratégia produtiva no combate ao racismo, como o foram os efeitos práticos nas relações sociais produzidos pelo casamento inter-racial. Podemos tomar esse paralelo entre o casamento inter-racial americano e o casamento igualitário no Brasil como duas emergências históricas separadas no tempo, mas que atestam a existência de muitas liberdades renitentes intrínsecas às relações de poder, que na forma de uma inversão estratégica possível dão lugar a modos de resistência.

São essas resistências que questionam, mas também produzem os discursos de uma época. Que dão dinâmica ao inconcluso confronto discursivo dos contemporâneos, sobre o qual nos assevera a epígrafe deste capítulo: “eu não espero pelo dia em que todos os homens concordem. Apenas sei de diversas harmonias bonitas, possíveis, sem júízo final” (VELOSO, 1991). Essas harmonias possíveis são as resistências. São a possibilidade dos sujeitos virem a ser de outra forma, impensada, ousada, absurda à nossa época. Afinal, são as resistências do sujeito que fazem os discursos variarem no tempo. E ainda que estes passem como a verdade de uma época, desconstruí-los, transformá-los não será o fim, senão apenas o limiar para uma nova discursividade.

Considerações (in)conclusivas

“Toda luta por liberdade na história da humanidade foi como o movimento do mar... as ondas avançam... e retrocedem... mas uma hora, inevitavelmente, chegam na areia”

GIORGI, 2014

Falamos, no início da escritura deste trabalho, de uma vontade de saber sobre a inscrição do sujeito homoafetivo no discurso da mídia que nos conduziu a este estudo. Depois de tanto dito, eis, então, que chega o momento de calar. Calar pelo menos as articulações do nosso dizer sobre o objeto de estudo, pois já é hora de lançarmos sua escrita à audiência cuja própria apreensão é, em si, uma continuação de efeitos de sentido, talvez, impensados por nós no canteiro de obras da pesquisa. Antes, porém, gostaríamos de recuperar pontos do que foi discutido até então.

Dizíamos na introdução que, pelo trabalho discursivo da mídia, nos últimos anos, o lugar enunciativo do sujeito homoafetivo deslocou-se de uma afirmação da diferença sexual para o de reconhecimento da igualdade de direito civil. Perseguimos este dado, testando a produtividade de noções teóricas do campo movediço do Discurso no esburacado terreno da sexualidade. Acreditamos que, desse casamen-

to entre dois domínios do saber em constante transformação, nos foi possível depreender algumas conclusões, que devem ser observadas em seu aspecto interino.

O caráter não definitivo das análises que aqui trouxemos decorre menos do viés dinâmico que caracteriza os domínios do conhecimento em que elas se desenvolveram do que da natureza histórica constitutiva da pesquisa: a tese é, sobretudo, uma produção discursiva, e como tal, traz um olhar singular sobre o objeto, possibilitado já desde as questões e objetivos recortados para o seu desenvolvimento. Isso significa que outro pesquisador produziria outras problemáticas e outras análises. E uma visada epistemológica diferente resultaria numa outra pesquisa.

Desse modo, a premissa que fundamenta nossa investigação é o fato de que o sujeito homoafetivo tem, historicamente, na produção discursiva da mídia, se deslocado de um lugar discursivo de afirmação da diferença sexual para o de reconhecimento da igualdade de direito civil. Trouxemos este dado para o texto da tese e pudemos observá-lo materializado na dispersão dos fragmentos enunciativos que mobilizamos em nossas análises.

Em que pesem os deslocamentos históricos produzidos em torno da relação do sujeito com a homossexualidade em nossa cultura, na apreensão da materialidade que se repete através dos enunciados da mídia, nos foi possível estabelecer uma regularidade temática na construção discursiva que fala do sujeito homoafetivo na atualidade: a questão do casamento gay. Voltamo-nos para esta questão do pre-

sente, cientes do papel fundamental do discurso da mídia na construção de sentidos sobre a homossexualidade. E assim, miramos nos dizeres que ela faz circular, as articulações entre a historicidade e a materialidade linguístico-imagética de seus enunciados.

Consideramos a discursivização da mídia sobre o sujeito homoafetivo na relação com o casamento uma prática regulada por regras de formação, que orientam “o que pode e o que deve ser dito”, e está, ao mesmo tempo, imbricada em jogos de verdade que tornam possível determinada forma de dizer “e não outra em seu lugar”. Com este olhar arquegenealógico para o objeto que analisamos, foi possível restituir ao discurso sobre o casamento gay sua condição singular de acontecimento e examiná-lo focalizando sua irrupção histórica.

Todavia, foi necessário, antes, retrazar as condições para seu aparecimento apenas em determinado momento da história, dentro das redes de formulações que discursivizam o sujeito homoafetivo. Buscamos no interior do arquivo, tanto as relações que este sujeito estabelece com saberes e poderes, para se constituir como objeto de um discurso e de sua própria ação, quanto as estratégias e as táticas que, nas enunciações da mídia, organizam os sentidos e as verdades sobre o sujeito e a homoafetividade.

Desse modo, tomamos certa distância do nosso objeto na atualidade e fomos buscar, em materialidades de um passado recente da mídia, elementos por onde se inscreve o fio histórico-discursivo que nos conduz ao sujeito homoafetivo hoje. Descrevemos, então, a relação de contiguidade entre o discurso sobre o casamento entre pessoas do

mesmo sexo e o acontecimento do *coming out* enquanto condição histórica para o limiar dos discursos que falam de homoafetividade e casamento em nosso presente.

Assim, costuramos a interseção entre essas discursividades, embaçados na Análise do Discurso em diálogo com os fundamentos teóricos da Nova História. Nessa perspectiva, consideramos que os textos e as imagens da mídia produzem narrativas cotidianas, ou seja, seu discurso produz sentidos a respeito de uma realidade, afinal, o discurso se inscreve principalmente não na unidade perceptível e superficial da palavra expressa, mas na dispersão das enunciações produzidas pelos sujeitos, em seu processo de interrupções e descontinuidades (FOUCAULT, 2008a).

Nessa direção, a mídia vai significar nesta pesquisa o elemento que (re)produz uma realidade e (re)constrói um modo de dizer essa realidade. Os enunciados das revistas que analisamos funcionam na manutenção do dispositivo da sexualidade, pois constituem jogos de verdade pelos quais, esta prática discursiva passa a ocupar um lugar de verdade acerca do homoafetivo como sujeito sócio-histórico.

Do lugar da mídia, onde é dado a ver discursivamente, o “sair do armário” se caracteriza como prática discursiva que liga sujeito, sexualidade e verdade. Nesse sentido, a relação que este sujeito estabelece com o discurso sobre a *verdade* passa pelo exercício de “confessar” a própria sexualidade. Este discurso, enquanto uma forma do cuidado de si tem, simultaneamente, uma função subjetivadora, que sinaliza para o exercício da liberdade sexual dos indivíduos, mas também produz

um efeito disciplinador e coercitivo sobre o sujeito, pois se estrutura numa lógica binária que socialmente impele o sujeito, independente da orientação sexual, a identificar a própria sexualidade.

Considerando a relação serial que atravessa os acontecimentos em diferentes formações históricas, observamos que num primeiro momento, a questão da saída do armário sustentou uma discursividade em torno do ser gay pautada na *liberdade* de expressão da sexualidade; em seguida, o discurso do armário foi enfatizado pela ideia de *diversidade* sexual, a afirmação pela diferença; atualmente, a este discurso da *liberdade* e da *diversidade* acerca da homossexualidade coaduna-se outra prática discursiva, esta sustentada em saberes relativos à *igualdade* de direitos e cidadania.

A partir daí, desenvolvemos a terceira seção da tese: tomamos as *unidades do discurso*, desenvolvidas na *Arqueologia* e mapeamos sua irrupção como objeto do discurso midiático. Com base na série intitulada *Casamento gay e direito civil*, adentramos em definitivo no trajeto temático *casamento gay*. Debruçados em sua materialidade enunciativa, primeiro nos detivemos às relações discursivas que a mídia, como instância “autorizada a falar” do objeto, efetua para tornar o tema do casamento entre pessoas do mesmo sexo um acontecimento na história contemporânea. Diagnosticamos, portanto, a judicialização do sujeito homoafetivo como condição para objetivá-lo na ordem do discurso midiático.

Atentos ao papel da mídia como campo de regularidade para diferentes posicionamentos enunciativos, bem como para a dispersão do

sujeito do discurso, verificamos que nas enunciações da mídia, se estabelecem feixes de relações, determinadas historicamente, que funcionam como lugar de emergência para o conceito de casamento gay. Na análise da materialidade dos enunciados, é possível notar o funcionamento da memória produzindo um efeito de série, com deslocamentos, retomadas, e ausências entre os diversos conceitos que se interligam ao de “casamento gay”, de forma que, numa deriva constante, novas ideias e conceitos vão estabelecendo os contornos sócio-históricos para o casamento e o sujeito homoafetivo.

Nessa derivação conceitual que a questão do casamento homoafetivo desencadeia no elemento midiático, há uma regularidade enunciativa que relaciona conceitos como *direito*, *igualdade* à necessidade de reconhecimento jurídico das uniões entre pessoas do mesmo sexo. Ao mesmo tempo, por essa forma de coexistência dos enunciados, outros conceitos adquirem novos sentidos nas formulações que as revistas enunciam: *família* e *casamento* reposicionam o sujeito homoafetivo em novos lugares discursivos na contemporaneidade.

Na última seção, trouxemos para as reflexões o discurso em seu caráter genealógico, isto é, lugar de lutas, táticas e enfrentamentos políticos. Olhar para o discurso nessa perspectiva é, sobretudo, arriscar-se em compreender a complexidade da vida e das práticas que cotidianamente nos fazem dizer aquilo que somos e nos possibilitam viver o que vivemos.

Nessa direção, pelos enunciados da série *o casamento igualitário* e *o acontecimento discursivo*, pusemos em relevo a estratégia discursiva

siva a favor do casamento homoafetivo, cujo funcionamento evidencia um movimento de mudança nas práticas de linguagem: os sujeitos pleiteiam no discurso do *casamento para todos/casamento igualitário* novos lugares e posicionamentos discursivos acerca das relações homoafetivas. Em razão disso, o sujeito em sua prática discursiva, “apaga” determinados sentidos relativos ao seu modo de ser no mundo, como a ideia de “diferença sexual”, para realçar outros, como “igualdade de direitos”.

Na análise do *corpus*, este posicionamento tático do discurso é compreendido como um modo de resistência do sujeito homoafetivo frente aos mecanismos do poder instituído: tanto em relação ao reconhecimento jurídico das uniões dos casais homoafetivos, quanto à prática discursiva da mídia que, em geral, reafirma lugares discursivos e categorizações reducionistas que, histórica e socialmente, rotulam e estigmatizam esse sujeito.

Refletimos esta resistência do sujeito como elemento constitutivo das regras de funcionamento do discurso que põem em relação de contiguidade verdade, poder e sujeito. Essas resistências, que também são jogos de verdade, atravessam a história no âmbito político-discursivo e abrem um espaço de lutas e poder que organiza outros modos de subjetivação dos sujeitos na relação com a homoafetividade. E aí, é mister sublinhar o funcionamento do discurso da mídia, ainda que a resistência também se dirija a ela, na construção de sentido sobre esse sujeito na história.

Nesse fechamento, quando já recuamos a outros ditos sobre o sujeito homoafetivo, seguimos sua marcha *do armário ao altar*: identificamos o “armário” como vontade de verdade; mostramos o papel da mídia como elemento de saber/poder para o funcionamento do dispositivo da sexualidade; discutimos o sujeito do direito em relação à homoafetividade; analisamos jogos de verdade que problematizam o casamento gay, acreditamos que a imersão teórico-metodológica, e histórica, que aqui empreendemos possa contribuir com reflexões ulteriores em torno do funcionamento das novas discursividades ligadas à sexualidade, e cujo enfoque teórico compreenda o domínio do Discurso e da Linguagem na constituição do sujeito.

Sendo o sujeito, o foco desta tese, convém encerrarmos considerando o que nos sugere Foucault (2002): olharmos através da história para compreender a constituição de um sujeito que não é dado em definitivo, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é, por ela, a cada instante fundado e refundado.

Referências

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre. [et al]. **Papel da Memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2007, p. 7-17.

ARÁN, Márcia. **Políticas do desejo na atualidade**: o reconhecimento social e jurídico do casal homossexual. Disponível a partir de <http://www.universidadenomade.org.br>. Acesso em: 01 jul. 2013.

ARENDT, Hannah. Reflexões sobre Little Rock. In: **Responsabilidade e Julgamento**. 1 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2003. p. 261-281.

ARIÈS, Philippe. Por uma história da vida privada. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. **História da vida privada III**: da renascença ao século das luzes. São Paulo: Companhia das letras, 2009, p. 9-25.

BALEIRO, Zeca. **Armário**. Disponível em <http://letras.mus.br/zeca-baleiro/1284077/>. Acesso em: 21 fev. 2012.

BARROSO, Luiz Roberto. **Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática**. 2008. Disponível a partir de <http://www.oab.org.br>. Acessado em 16 jul. 2013.

BARTHES, Roland. [1980]. **A Câmara clara** – nota sobre a fotografia. Trad. de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984, 185p.

BARTHES, Roland. [1957]. **Mitologias**. Trad. Rita Buongiorno, Pedro de Souza e Rejane Janowitz. 5ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010, 258p.

BIMBI, Bruno. **Casamento igualitário**. Tradução Rosanne M. Nascimento de Souza. Rio de Janeiro: Garamond, 2013, 548p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: senado, 2010.

BOURDIEU, Pierre. Les rites comme actes d'institution. **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 43, jun 1982.

CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual**: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

CANDIOTTO, Cesar. Verdade e Diferença não Pensamento de Michel Foucault. **Kriterion** [online]. 2007, vol. 48, n.115, p. 203-217.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CONDE, M.C.F. **O movimento homossexual brasileiro, sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania**. 173 f. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Goiás, Goiânia, 2004.

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício**: estudos sobre o homoerotismo. 3 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

COURTINE, J.-J. Crônicas do esquecimento ordinário. In: **Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública**. Organização de Carlos Piovezani e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2006.

COURTINE, J.-J. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. R. (Org.). **Análise do Discurso; heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Claraluz, 2008, p. 21-35.

COURTINE, J.-J. Discurso e imagens: para uma arqueologia do imaginário. In: SARGENTI, V.; CURCINO, L.; PIOVEZANI, C. (Org.). **Discurso, semiologia e história**. São Carlos, Editora Claraluz, 2011, p. 145-162.

COURTINE, J-J. Foucault e a história da Análise do Discurso, olhares e objetos: entrevista com Jean-Jacques Courtine. In: Michel Foucault e o discurso: aportes teóricos e metodológicos. Tradução de Jaciane Martins Ferreira *et.al.* Uberlândia: EDUFU, 2013, p. 37-63.

CUNHA, Celso. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3ª ed. Celso Cunha & Luiz F. Lindley Cintra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: **Michel Foucault, Filósofo**. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução de Cláudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2005.

DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade** - O que diz a Justiça. São Paulo: livraria do advogado, 2001, p. 197.

DREYFUS, H.L.; RABINOW, P. A analítica interpretativa; a genealogia. In: **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e a hermenêutica** tradução: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1995, p. 116

DREYFUS, H. L; RABINOW, P. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: DREYFUS, H. L; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo da hermenêutica**. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1995, p. 253-78.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Tradução Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FASSIM, Éric. **O arco-íris no centro da política**. O Estado de São Paulo. Disponível a partir de <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos>. Acesso em: 27 abr. 2013.

FERRAZ, M.C.F. Foucault, Nietzsche e a Comunicação. In: QUEIROZ, A. e CRUZ, N.V. (org.). **Foucault hoje?** Rio de Janeiro: 7Letras, 2007, p. 97-107.

FLORENCE, Maurice. Foucault. In: **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política.** MOTTA, Manuel Barros da (org.). Tradução de Eliza Monteiro, Inês A. D. Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 234-239.

FERREIRA, M.C.L. **Da ambigüidade ao equívoco:** a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, an interview: Sex, Power and the politics of Identity. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. **The advocate**, n.400, 1984, p. 26-30.

FOUCAULT, Michel. **Soberania e Disciplina.** In: Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 182.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault:** uma trajetória filosófica para além do estruturalismo da hermenêutica. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos II.** Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. MOTTA, M. B. (Org.). Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel. Sobre a Arqueologia das Ciências: resposta ao círculo de epistemologia. In: MOTTA, M. B. (Org.). **Ditos e escritos II: Michel Foucault Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de pensamento.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 82-118.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: MACHADO, Roberto (org.). **Microfísica do Poder.** 16ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** Tradução Roberto Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU editora, 2002, 160p.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: _____. **Ditos & Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 203-222.

FOUCAULT, Michel. Em **Defesa da Sociedade** Curso no Colegia de France (1975-1976) Tradução, Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política**. MOTTA, Manuel Barros da (org.). Tradução de Eliza Monteiro, Inês A. D. Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política**. MOTTA, Manuel Barros da (org.). Tradução de Eliza Monteiro, Inês A. D. Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b, p. 264-287.

FOUCAULT, Michel. Poder e Saber. In: MOTTA, M.B. (Org.). **Ditos e Escritos IV**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c, p. 223-240.

FOUCAULT, Michel. Sexualidade e poder. In: **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política**. MOTTA, Manuel Barros da (org.). Tradução de Eliza Monteiro, Inês A. D. Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006d.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007a.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007b.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007c.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. Tradução: Laura Faga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 17ª ed. 2008c.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008d.
- FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: MOTTA, M. B. (org.). **Michel Foucault Ditos & Escritos III**: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**: curso no Colígio de France (1982-1983). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.
- FOUCAULT, Michel. Da Amizade como modo de vida. In: MOTTA, Manoel Barros de (org.). **Ditos e escritos VI**: Repensar a Política. Tradução de Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b, p. 348-353.
- FREIRE, Alyson. **Por que o medo do casamento gay e da adoção por homossexuais?** 2013. Disponível em <http://www.cartapotiguar.com.br/>. Acesso em: 03 jan. 2013.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**: o discurso na história da Lingüística. Campinas: Pontes, 2004.
- GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, Emblemas e sinais. Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- GIORGI, Maju. **Ando tão à flor da pele... qualquer beijo de novela me faz chorar**. 2014. Disponível em <http://majugiorgi.ig.com.br/>. Acesso em: 02 fev. 2014.

GONZAGUINHA. **Geraldinos e Arquibaldos**. Disponível em <http://letras.mus.br/gonzaguinha/46276/>. Acesso em: 27 dez. 2013.

GREGOLIN, Maria do Rosário. A mídia e a espetacularização da cultura. In: GREGOLIN, M. do R. (org.). **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 9-17.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Michel Foucault: o discurso nas tramas da História. In: **Análise do discurso: unidade e dispersão**. Org. Fernandes, Cleudemar Alves e Santos, João Bosco Cabral dos. Uberlândia: Entre-Meios, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GREGOLIN, Maria do Rosário. J-J. Courtine e as metamorfoses da Análise do discurso: novos objetos, novos olhares. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. R. (Org.). **Análise do discurso; heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Claraluz, 2008, p. 21-35.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do Discurso e Semiologia: enfrentando discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, V.; CURCINO, L.; PIOVEZANI, C. (orgs.). **Discurso, semiologia e história**. São Carlos: Claraluz, 2011, p. 83-105.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Discurso com Foucault: no coração da História**. São Carlos, SP: UFSCar, 2012. (Conferência).

GUILLAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. 2. ed. Campinas: editora da Unicamp, 1997.

ISTOÉ. São Paulo: Ed. Três, n. 53, 28 dez. 1977.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Esquina Ed. Ltda. N. 1, 25 mai. 1978.

- MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MILANEZ, Nilton. **O nó discursivo entre corpo e imagem**: que identidade para o brasileiro é essa? Vitória da conquista: [s.n.], [200?]. 18 p.
- MOTA, Murilo Peixoto da. As diferenças e os “diferentes” na construção da cidadania gay: dilemas para o debate sobre os novos sujeitos de direito. In: **Bagoas**: revista de estudos gays, gênero e sexualidades. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. V. 2, n. 2 jan./jun. 2008. Natal: EDUFRN, 2008, p. 191-210.
- NASCIMENTO, M.E.F. **A pedagogia do sorriso na ordem do discurso da inclusão da revista *sentidos***: poder e subjetivação na genealogia do corpo com deficiência. 289 f. Tese (doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- NAVARRO, Pedro. Pode a imagem falar na análise do discurso político? In: GREGOLIN, M.R.F.V.; KOGAWA, J.M.M. (org.). **Análise do Discurso e Semiologia**: problematizações contemporâneas. Araraquara – SP: cultura acadêmica editora, 2012, p. 121-148.
- NUNES, José Horta. Introdução. In: ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.
- ORLANDI, Eni. [1999]. **Análise de Discurso** – princípios e procedimentos. 8ª edição. Campinas: Pontes, 2009, p. 100.
- ORLANDI, Eni. P. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.
- PÊCHEUX, Michel. **Matérialités discursives**: colloque des 24, 25, 26 avril 1980, Université Paris X – Nanterre. Lille: Presses Universitaires, 1981.

PÊCHEUX, Michel. Sobre os contextos epistemológicos da Análise de discurso. In: Escritos – **Linguagem, cidade, política, sociedade**. N.4. LABEURB/Nudecri- Laboratório de Estudos Urbanos, Unicamp, 1999.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. [et al]. **Papel da Memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2007, p. 49-57.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 5 ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

PEREIRA. T.M.A. **O espetáculo de imagens na ordem do discurso midiático**: o corpo em cena nas capas da revista Veja. 203 f. Tese (doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

POCAHY, Fernando Altair. **Entre vapores e dublagens**: dissidências homo\eróticas nas tramas do envelhecimento. 164 f. Tese (doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande de Sul, Porto Alegre, 2011.

RÍOS, Rubén H. **Michel Foucault y La condición gay**. Madrid: Campo de Ideas, 2007.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Tradução: André Teles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2002.

SARGENTINI, Vanice. Contribuições da Semiologia Histórica à Análise do Discurso. In: SARGENTINI, V.; CURCINO, L.; PIOVEZANI, C. (orgs.). **Discurso, semiologia e história**. São Carlos: Claraluz, 2011, p. 107-126.

SEDGWICK, Eva Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 28 de Junho de 2007. Disponível a partir do <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 24 de agosto de 2012.

SCOTT, W. JOAN. O enigma da igualdade. In: Revista **Estudos Feministas**. Florianópolis, janeiro-abril/2005, p. 11-30.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

- SUPERINTERESSANTE. São Paulo: ed. Abril, n. 202, jul. 2004.
- TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Tradução de Alda Baltar; Maria Auxiliadora. Brasília: editora UNB, 1998.
- VEYNE, Paul. **Foucault, o pensamento, a pessoa**. Tradução de Luís Lima. Lisboa: Edições texto e grafia Ltda., 2008.
- VEJA. São Paulo: Ed. Abril, n. 1808, 25 jun. 2003.
- VELOSO, Caetano. **Fora da ordem**. Disponível em: <http://letras.mus.br/caetano-veloso/44726/>. Acesso em: 6 dez. 2013.

Sites consultados:

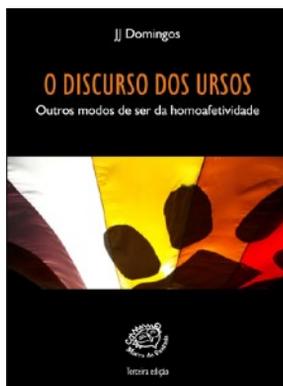
- <http://www.time.com>. Acesso em: 2 ago. 2011.
- <http://www.newyorker.com>. Acesso em: 4 ago. 2011.
- <http://www.casamentociviligualitario.com.br>. Acesso em: 6 fev. 2012.
- <http://www.cartoonstock.com>. Acesso em: 22 set. 2012.
- <http://www.paradasp.org.br>. Acesso em: 2 jul. 2013.
- <http://www.liberation.fr>. Acesso em: 9 jul. 2013.
- <http://www.villagevoice.com>. Acesso em: 10 jul. 2013.



José Domingos

Doutor em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística – PROLING – da Universidade Federal da Paraíba. Desenvolve pesquisa em Análise do Discurso sobre produção de identidades na contemporaneidade, relações de poder e processos de subjetivação, mídia, discurso e sentido. É professor efetivo do Departamento de Letras e Artes (DLA) na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Mais obras de José Domingos sobre Linguística



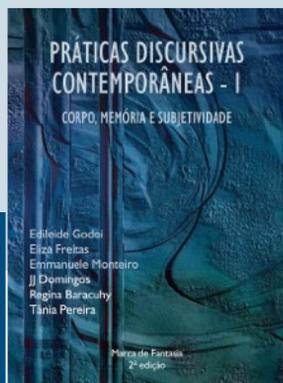
O discurso dos ursos:
outros modos de ser da
homoafetividade



Discurso, poder e
subjetivação: uma
discussão foucaultiana



Linguagem e discurso na
constituição do sujeito



Práticas discursivas
contemporâneas 1:
corpo, memória e
subjetividade



Práticas discursivas
contemporâneas 2: corpo,
identidade e mídia



Foucault e mídia: entre
pirotecnias e reflexões



<https://www.marcadefantasia.com>